

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO  
RUA PAULO SIMONI, 123

PROCESSO: 01.142436.15.02

**Equipe técnica responsável:**

Arquiteta Larissa Camilo de Souza Lima

Historiadora Letícia Dias Schirm

---

Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público

Junho/2022

## ÍNDICE

|                                                   |           |
|---------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>                  | <b>1</b>  |
| <b>2. O BAIRRO SANTO ANTÔNIO</b>                  | <b>4</b>  |
| <b>3. O BEM CULTURAL</b>                          | <b>51</b> |
| <b>4. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DO BEM CULTURAL</b> | <b>66</b> |
| 4.1. O ENTORNO                                    | 66        |
| 4.2. A CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA               | 72        |
| <b>5. JUSTIFICATIVA PARA PROTEÇÃO PROPOSTA</b>    | <b>88</b> |
| <b>6. DIRETRIZES DE PROTEÇÃO</b>                  | <b>92</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS</b>                             | <b>94</b> |

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente dossiê de tombamento refere-se ao bem cultural localizado à rua Paulo Simoni, 123, Segunda Seção Suburbana, quarteirão 004A, lote 019A. Localizado no perímetro oficial do bairro Santo Antônio, o imóvel não se encontra inserido no perímetro de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santo Antônio deliberado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município – CDPCM/BH, em reunião realizada em 16 de agosto de 2006:

Deliberação n.º 082/2006

Ref.: Apresentação do estudo para proteção do Conjunto Urbano Bairro Santo Antônio: levantamento, diagnóstico, mapeamento e inventário.

§ Aprovado o inventário apresentado: o perímetro, os pedaços e as indicações para tombamento, com destaque para aprovação dos imóveis indicados para Registro Documental, posteriormente à visita a campo a ser realizada pelos conselheiros.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

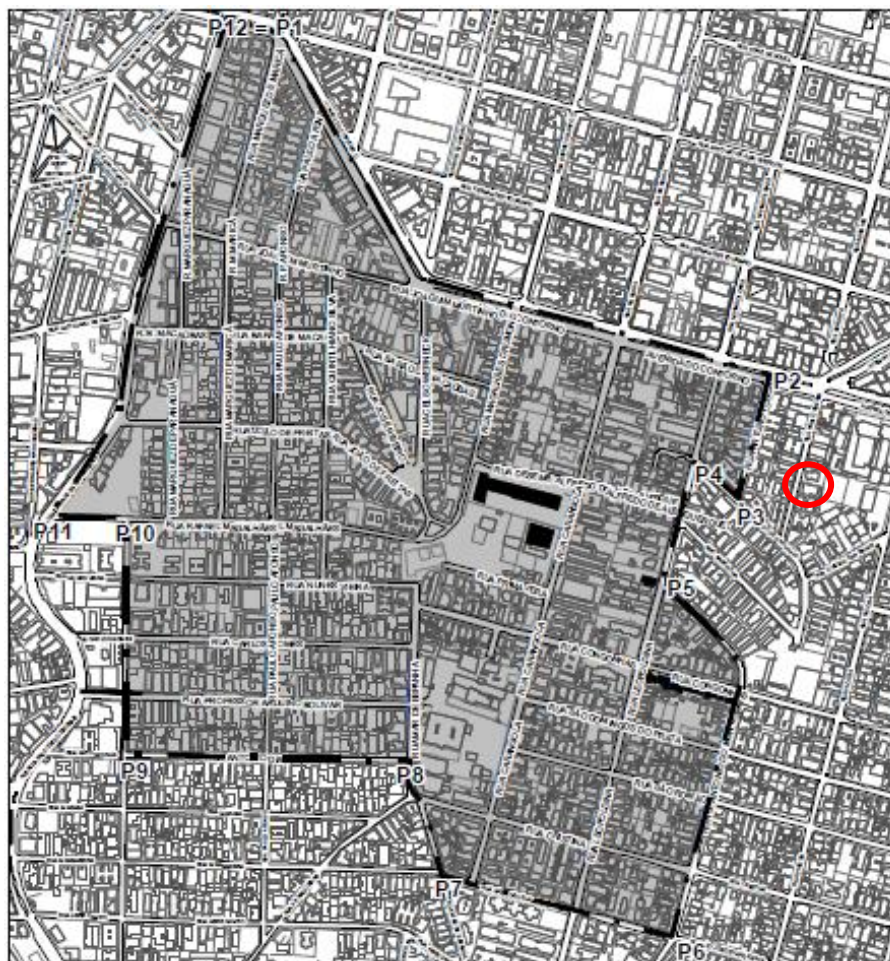


Figura 01: Perímetro de Proteção do Conjunto Urbano Bairro Santo Antônio com indicação da localização do bem cultural estudado. Fonte DPCA.

O bem cultural foi listado dentre aqueles merecedores de estudos aprofundados durante os trabalhos de inventário do bairro, assim como aconteceu com o Instituto Padre Machado que lhe é lindeiro, por isso foi aberto o processo de tombamento.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

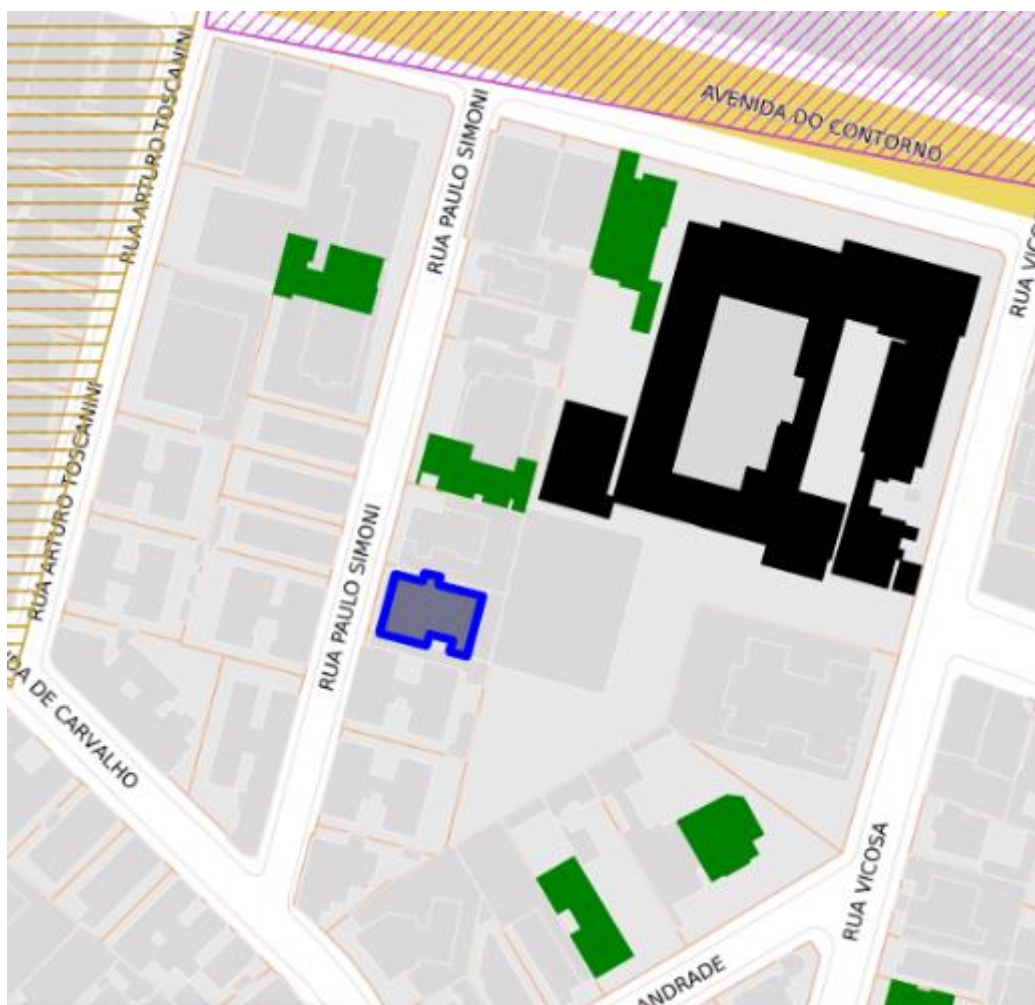


Figura 02: Mapeamento cultural com o imóvel destacado em azul e o Instituto Padre Machado em preto. Fonte Base de Dados da DPCA.

Em 8 de março de 2022 foi protocolado na Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público solicitação de celeridade de tombamento do imóvel em questão, acompanhado de material assinado pela arquiteta Eliana Ronki, com manifestação contrária do proprietário. Dito isto, o presente dossiê de tombamento, processo nº 01.142436.15.02 é apresentado ao CDPCM/BH com informações, levantamentos e análises que visam explicitar o valor cultural e urbanístico específicos do bem cultural, sua significância na conformação da paisagem e da ambiência urbanas. Subsidiará, dessa forma, a definição do grau de proteção da edificação, assim como de suas diretrizes fundamentais de proteção, conforme estabelecido pela Lei nº 3.802/84 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.



## 2. O BAIRRO SANTO ANTÔNIO<sup>1</sup>

Na concepção urbana da nova capital, a zona urbana delimitada pelo anel de contorno - a Avenida Dezanete de Dezembro -, não estava destinada à população recém-chegada que viera tentar a sorte na nova capital, nem aos remanescentes do ex-arraial. Os lotes residenciais foram cuidadosamente reservados para os funcionários públicos que, não por coincidência e mais por dever de ofício, vieram ocupar a primeira cidade planejada da era republicana. Belo Horizonte é inaugurada, então, sob o signo da excludência, inacessível para aqueles que estavam distantes do poder, tanto na velha, quanto na nova ordem. Ao povo foram designados os locais menos iluminados pela ordenação de prancheta, como as áreas de colonização agrícola e a porção suburbana da cidade.

Outra marca da nova capital que se constituía foi a tentativa dos seus planejadores de verem-na ser ocupada do centro para a periferia. A grande preocupação em alocar para a área interna do perímetro da Avenida do Contorno os equipamentos, serviços e a infraestrutura urbana básica fez com que os preços dos terrenos se elevassem de forma tal que restava às camadas populares apenas a ocupação das áreas periféricas da cidade. Essas áreas não seguiram nenhum princípio de planejamento, o que fez com que surgissem bairros *“sem vias de acesso adequadas, sem terrenos para escolas, igreja, mercados e sem áreas verdes”*<sup>2</sup>. Isso nos faz lembrar que as

(...) cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis.<sup>3</sup>

O controle do poder público, que desde o início da implantação da cidade, fez um grande esforço para dirigir o processo de ocupação do solo urbano na direção centro-periferia, o que, segundo os

---

<sup>1</sup> Este texto é um resumo do histórico do Conjunto Urbano em Estudo do bairro Santo Antônio desenvolvido pela equipe técnica do então Departamento de Memória e Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

<sup>2</sup> BARBOSA e outras p. 48.

<sup>3</sup> Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Pesquisas Urbanas. *Quando a rua vira casa*. P.7.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



dirigentes embelezaria e manteria sempre limpa a cidade, não durou muito tempo. Tal decisão elevou consideravelmente os preços de lotes na região central, impedindo grande parte da população de construir nessa área e criando, assim, uma dificuldade de adensamento da área planejada, a que deveria ser ocupada em primeiro lugar. Assim, ficou o centro dotado de toda a infra-estrutura, em grande parte subutilizada, e as zonas suburbanas e rural com um grande adensamento, mas com uma enorme carência de bens e equipamentos coletivos. Embora o poder público estivesse atento a esse processo de ocupação, para ele a implantação de infra-estrutura nas zonas suburbanas tornava-se bastante onerosa, já que havia, entre a região central da cidade e os subúrbios, grandes áreas totalmente despovoadas.

Em Belo Horizonte, na área destinada pela Comissão Construtora aos sítios, foram implantadas, ainda antes da inauguração da cidade, colônias agrícolas. A política de criação de colônias agrícolas situa-se no contexto em que o governo federal republicano, antevendo a crise da monocultura cafeeira, procura incentivar a produção diversificada para o mercado interno através de pequenas propriedades a serem cultivadas por imigrantes estrangeiros.

Também como parte do projeto de Belo Horizonte, a Comissão Construtora idealizou áreas, denominadas colônias agrícolas, destinada aos sítios, que foram implantados ainda antes da inauguração da cidade. Essa foi uma iniciativa endossada pelo recém-instalado governo federal republicano que procurou incentivar a produção para o mercado interno através de pequenas propriedades a serem cultivadas por imigrantes estrangeiros.

Foi em uma das colônias localizadas no entorno da cidade, a colônia Afonso Pena, nucleada a partir dos terrenos da Fazenda do Leitão, que surgiria parte do bairro Santo Antônio.

Não foi possível determinar exatamente como a região estava ocupada antes do início da construção da cidade. Barbosa<sup>4</sup> afirma ser parte da área atual do bairro, um trecho da Fazenda do Leitão conhecido como “pasto da mandioca” - porção sudoeste do Santo Antônio, na encosta

---

<sup>4</sup> Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Pesquisas Urbanas. *Quando a rua vira casa*. P.7.



limítrofe à atual Avenida Prudente de Moraes. O restante da vertente a leste da rua Carangola é descrita com a denominação dada pela Comissão Construtora - Segunda Seção Suburbana - sem definição sobre o que teria existido ali anteriormente. Sabemos apenas que era onde se produziam os melhores tomates maçãs da capital e existia o melhor time de várzea da região.

Sobre a Colônia Afonso Pena, nucleada a partir dos terrenos da Fazenda do Leitão, que vão constituir parte do bairro Santo Antônio, pouco se sabe. Como convém ressaltar, com base na exaustiva catalogação levada a efeito por Berenice Guimarães e Sérgio Azevedo<sup>5</sup>, pesquisas enfocando a história e a ocupação dos bairros de classe média em Belo Horizonte são em pequeno número, senão raras. O Santo Antônio não foge a este padrão. De todo o levantamento bibliográfico e de fontes sobre o bairro, apenas dois trabalhos se referem especificamente à área e, entre eles, há um intervalo de 22 anos<sup>6</sup>.

Tendo em vista a descrição de Abílio Barreto de uma área na qual atuava com frequência o Capitão Lopes (futuro Major) durante o período de construção da cidade - onde relata a existência de “(...) *turbulentos bairros provisórios de cafuas e barracões [dentre eles, o ‘Córrego do Leitão’] (...) que ficava aquem da velha fazenda do Leitão, na margem esquerda do córrego desse nome e se espraiava pela colina fronteira*”<sup>7</sup>, Lemos<sup>8</sup> a identifica como a mesma compreendida pelo atual bairro Santo Antônio. Barbosa<sup>9</sup> acredita que tal descrição corresponda, hoje, ao “Morro das Pedras”, próximo à Avenida Raja Gabaglia. Entretanto, uma leitura mais atenta da obra de Abílio Barreto, em

---

<sup>5</sup>-GUIMARÃES, B. & AZEVEDO, S. *Belo Horizonte em tese*, op. cit.

<sup>6</sup>-TORRES, Ângela de Oliveira, *Estudo Sócio-Econômico do Bairro Santo Antônio*, IGC-UFMG, BH, 1972 (mimeo). BARBOSA, C. L.; DAMASCENO, L. S.; VILELA, M. G.; FONSECA, L. C. *Santo Antônio: a memória de um bairro*, monografia de bacharelado, Departamento de Comunicação - PUC/MG, BH, 1994 (mimeo).

<sup>7</sup>-BARRETO, A. *Belo Horizonte - Memória histórica e descritiva - História média*, op. cit.

<sup>8</sup>-LE MOS, C. B. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica de Belo Horizonte*, dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG, 1988 (mimeo) - citada pelas autoras.

<sup>9</sup>-BARBOSA, C. L. (e outras), *id. ibid.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



conjunto com os trabalhos publicados pela Comissão Construtora<sup>10</sup>, nos quais ele fundamenta grande parte da sua pesquisa, autoriza posição distinta das acima citadas.

Sobre a existência do aglomerado de cafuas, Barreto descreve estar ele “aquém da velha Fazenda do Leitão”, o que só pode se referir ao trecho do rio localizado no perímetro interno da Contorno, como o termo “aquém” parece indicar. Vale lembrar que o Córrego do Leitão tem um curso correspondente, hoje, à Avenida Prudente de Moraes, Rua São Paulo, Rua Padre Belchior, desaguando no Arrudas na altura do Barro Preto. A expressão “margem esquerda” liquida com a hipótese do aglomerado situar-se no atual bairro Santo Antônio, uma vez que este localiza-se na margem direita do Leitão. Resta, pois, a possibilidade dos barracões e cafuas estarem, naquela época, no interior da zona urbana, o que é reforçado por Teulières<sup>11</sup> e por uma reportagem da década de 1930 do “Diário da Tarde”<sup>12</sup> em que são retratados os conflitos entre os moradores ribeirinhos do Leitão - *no bairro de Lourdes* - e a Prefeitura acerca das obras de canalização daquele Córrego<sup>13</sup>.

Não foi encontrada indicação que corroborasse a determinação específica do trecho identificado como “Pasto da Mandioca”<sup>14</sup> da Fazenda do Leitão que seria parte do atual bairro Santo Antônio. Isso torna-se irrelevante em decorrência do levantamento do material da Comissão Construtora que determina as fazendas existentes antes do início da construção de Belo Horizonte. A *Planta*

---

<sup>10</sup>-ESTADO DE MINAS GERAES, *Revista Geral dos Trabalhos* - Comissão Construtora da Nova Capital, H. Lombards & Cia, RJ, abril de 1895, *op. cit.*

<sup>11</sup>-TEULIÈRES, Roger. *Bidonvilles du Brésil - Les favelles de Bello-Horizonte*, Extrait de la revue Les Cahiers d’outre-mer, Bourdeaux, 1955. O autor refere-se aos aglomerados no interior da zona urbana e especificamente a um situado próximo ao Barro Preto que pode ser o do Leitão.

<sup>12</sup>-Edição de 03/10/1936, página 8.

<sup>13</sup>-Os moradores se recusam a sair de suas casas, apesar da PBH estar ofertando, em troca da retirada, lotes na “Vila Concórdia” - *Diário da Tarde*, *op. cit.*

<sup>14</sup>-BARBOSA, C. L. (e outras), *op. cit.*



*Geodésica, Topográfica e Cadastral*<sup>15</sup> deixa clara a correspondência entre a área atual do bairro e a Fazenda do Leitão, numa parte (leste), e, noutra, as propriedades do Sr. Ilídio Ferreira da Luz, chamados de *Fazenda do Capão* (porção oeste), nome também de uma “rua” do Arraial que permitia o acesso à referida fazenda. Na *Relação das propriedades adquiridas pelo Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte*<sup>16</sup> constam as importâncias de: 40:000\$000, paga ao Sr. Cândido Lúcio da Silveira (proprietário da “Fazenda do Leitão”) e 35:000\$000, paga ao Sr. “Ilídio Ferreira da Luz (e outros), pela “Fazenda do Capão”. Sobre a relação entre os terrenos da Fazenda do Capão e o bairro Santo Antônio há também o livro em que Tassini<sup>17</sup>, falando sobre o reservatório d’água da Rua Carangola (atual sede da COPASA), descreve a “Encosta do Ilídio”:

No antigo Curral del Rei, Ilídio Pereira (sic) da Luz era proprietário da Fazenda do Capão, que abrangia grande extensão de terras compreendendo parte do atual bairro de Santo Antônio. Encosta do Ilídio era a área onde se construiu o Reservatório do Cercadinho (...), atual Carangola, situado na rua do mesmo nome<sup>18</sup>.

A partir dessas informações determinou-se, com maior exatidão, a formação do bairro Santo Antônio em seus primórdios, pelos terrenos das fazendas - do Leitão e do Capão - contemporâneas do Arraial que precedeu a capital: uma antiga região de matas fechadas onde existiam diferentes espécies de árvores, como piteiras, embaúbas e grandes coqueiros. Pela quantidade de árvores era comum encontrar colmeias de abelhas, várias minas d’água e alguns córregos, dentre os quais o do Leitão.

Acredita-se que o córrego do Leitão recebeu este nome em homenagem ao dono de uma fazenda, o Sr. Domingos Leitão, cujas terras englobavam toda a área hoje ocupada pelos bairros Cidade

---

<sup>15</sup>-“Primeira no gênero elaborada no país” e conforme as “notas e cadernetas de campo fornecidas pela quarta divisão de serviço”, em escala 1:10.000, in: *Revista Geral dos Trabalhos*, op. cit.

<sup>16</sup>-*Revista Geral dos Trabalhos*, op. cit.

<sup>17</sup>-TASSINI, R. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1947 (citado também na nota nº. 83, p. 173, pelos coordenadores da nova edição da obra de Abílio Barreto).

<sup>18</sup>-TASSINI, R. op. cit.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Jardim, Vila Paris e Luxemburgo. Os moradores mais antigos do bairro, no entanto, têm outra versão:

Contam eles que o abundante córrego provocava tragédias em épocas de chuvas e cheias. Destruía as casas da população ribeirinha e carregava as cadeiras, mesas e panelas dessa população pobre, e principalmente levava os leitões dos criadores que nadavam até o Rio Arrudas no centro da cidade, onde eram pescados por populares.<sup>19</sup>

A Fazenda do Leitão e a sua parcela correspondente hoje ocupada em parte pelo Santo Antônio é transformada, assim, em 1899, em núcleo colonial. Sobre a vida cotidiana no Núcleo Colonial Afonso Pena, poucas são as notícias. Sabe-se que em 1902 (Decreto nº. 1544) tenta-se criar um vinhedo experimental na colônia, sem maiores informações sobre seu destino<sup>20</sup>. Neste mesmo ano, levantamento estatístico aponta a Colônia Afonso Pena como a segunda mais populosa de Belo Horizonte, com 271 pessoas<sup>21</sup>. Apesar disso, como anteriormente citado, foi inevitável o fracasso do empreendimento

(...) em função do não cumprimento, por parte do governo, daquilo que ficou estabelecido, em termos de ajuda propriamente dita. A depressão econômica que se instalou, nas primeiras décadas do século [também em virtude dos gastos na construção da nova capital], impediu o governo de prover assistência que lhes cabia. Isolados, os colonos deixavam de lado as suas glebas, buscando uma melhor sorte em outro lugar. [Entre os anos de 1911 e 1914, os ex-núcleos coloniais], (...) seriam anexados à cidade, tendo os seus terrenos parcelados em lotes, por companhias de desenvolvimento e por especuladores. A conversão das 'fazendas' em 'Vilas', por um processo de subdivisão em lotes, foi um empreendimento que, pelo seu sucesso inicial, incentivou um movimento, especialmente a partir de 1924, no sentido da aquisição de outras áreas para tal finalidade. Em 1930, existiam 25 vilas. A ampliação do sistema de bondes contribuiu muito para a sorte destes empreendimentos<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> BELO HORIZONTE, *Estado de Minas*, *op. cit.*

<sup>20</sup>-BARBOSA, C. L. (e outras), *op. cit.*

<sup>21</sup>-BARBOSA, C. L. (e outras), *op. cit.*

<sup>22</sup>-LIMA, F. J., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Em seu relatório de 1915, o então Prefeito Cornélio Vaz de Mello comenta a emancipação das colônias agrícolas em Belo Horizonte, demonstrando a visão oficial do poder público sobre o fato:

As colônias, por seu desenvolvimento, fizeram jus á sua emancipação e foram, por decreto do governo do Estado, anexadas á cidade, augmentando, assim, a área suburbana. Ellas já eram na realidade uma continuação da 'urbs', que, si dellas não tirava proveito, também dellas não cuidava. Fácil é, porém, comprehender-se que como colônias que eram, não estavam sujeitas a regras preestabelecidas, como se dá nas cidades. Assim é que, conseguindo os colonos os lotes e pagando-os mais tarde, delles fizeram o que bem entenderam. Nelles fizeram edificações sem alinhamento e nem nivelamento, retalharam-n'os, vendendo partes a terceiros, abriram ruas com largura de 10 metros, e até menos, beccos sem sahida, faltando em todas agua canalizada e o respectivo esgoto. Nestas condições, póde-se avaliar as difficuldades da Prefeitura que tem de procurar adaptal-as ás suas leis. A administração vai, porém, pouco a pouco, corrigindo as referidas irregularidades, deixando o resto ao tempo, esse grande factor, que no geral tudo resolve e concerta<sup>23</sup>.

A porção leste do bairro Santo Antônio, que ocupou parcela dos terrenos da Fazenda do Capão, foi, em parte, contemplada no planejamento da capital, integrando a chamada Segunda Seção Suburbana.

---

<sup>23</sup> -Prefeito Cornélio Vaz de Mello, *Relatório - 1915*, Imprensa Oficial, 1915.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

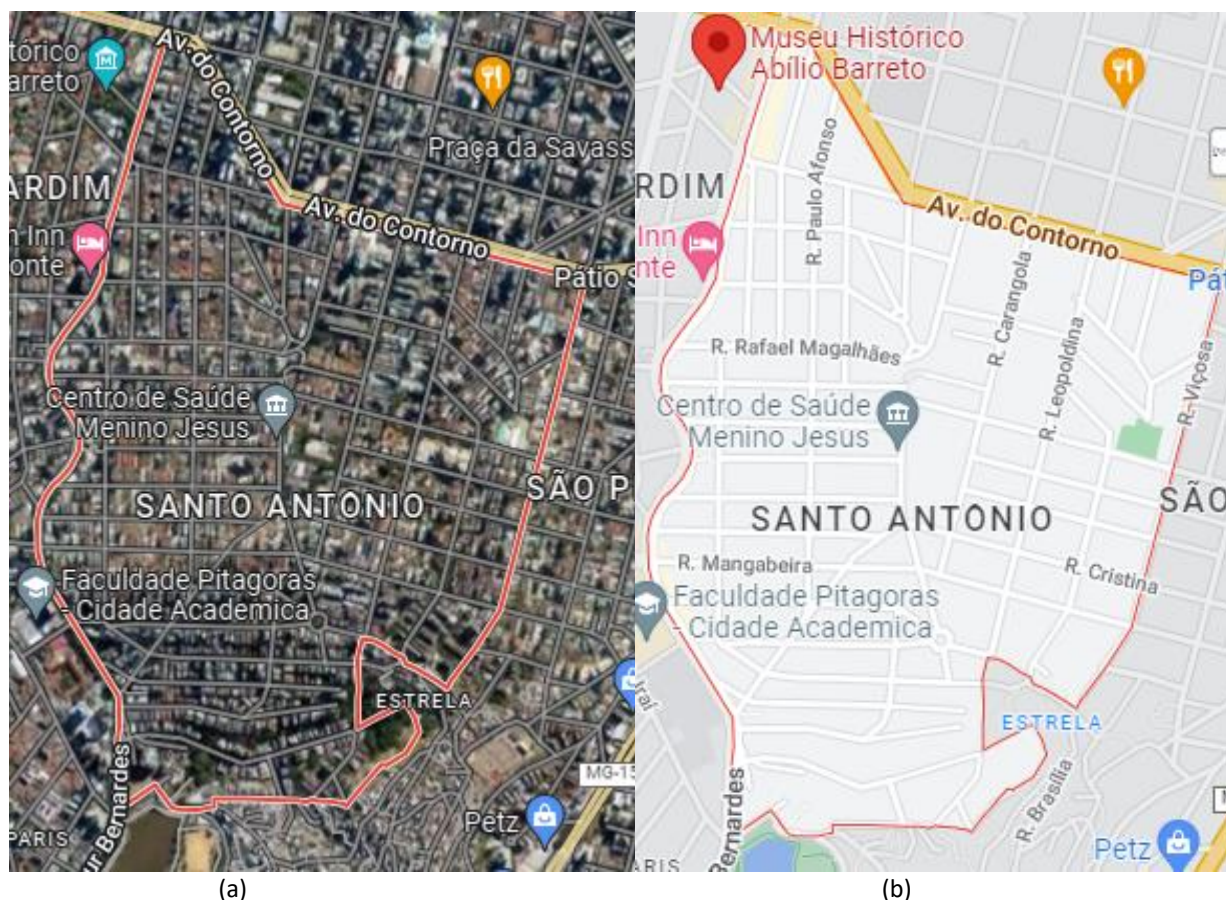


Figura 03 a-b: Delimitação do bairro Santo Antônio em junho de 2022. Fonte: Google Earth, 2022.

Embora a Comissão Construtora também tenha projetado algumas ruas no perímetro externo à Avenida do Contorno, na área relativa à Colônia Afonso Pena, a região não foi urbanizada logo de início. Tanto é que o traçado da Contorno, na altura da atual Cidade Jardim, não corresponde ao da planta original<sup>24</sup>. No trecho da Segunda Seção Suburbana, entretanto, há grande coincidência entre o traçado planejado e o existente, inclusive acerca do nome de algumas ruas, talvez pela presença do reservatório do Cercadinho (hoje sede da COPASA), construído juntamente com a Capital, situado na Rua Carangola.

<sup>24</sup> Cf: COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *Planta Geral da Cidade de Minas*, “organizada sobre a ‘Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral do Belo Horizonte’, de 26/11/1894”.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



A “caixa d’água” da Carangola, como sempre foi chamada, foi um espaço de uso coletivo, apropriado pelos moradores do bairro que não dispunham, como ainda não dispõe, de áreas verdes e de lazer. A Caixa d’Água foi muito utilizada, por volta dos anos 1930, para passeios, pois,

(...) para os domingos, a receita era pegar o bonde e fazer um pic-nic na Caixa d’água, situada na Rua Mar de Espanha, formosamente arborizada e aberta aos visitantes curiosos de fim de semana.<sup>25</sup> Segundo o *Jornal Estado de Minas*, “A colônia alemã de Belo Horizonte se reunia aos domingos nos terrenos em torno da caixa d’água, hoje Copasa, para animados piqueniques. Romeu Gonçalves conta que as reuniões eram marcadas pela fartura, não faltando salsichas cozidas, mostarda, batatas e pão picado, além da saborosa cerveja alemã e da cerveja brasileira Cascatinha, marca famosa na época. Quem quisesse participar do piquenique era muito bem-vindo, inclusive os meninos da região<sup>26</sup>.”

Como bem descreve Abílio Barreto,

O reservatório de água do Cercadinho (posteriormente Carangola, no Bairro Santo Antônio), previsto no projeto original, foi construído para distribuir as águas captadas do córrego do mesmo nome. Em 13/12/96, foi lavrado contrato para a adução de águas do Cercadinho e, em 12/12/97 (inauguração da nova capital), já estava funcionando embora de forma eficiente. O primeiro abastecimento de água de Belo Horizonte, que funcionou a partir da inauguração, consistia na captação dos córregos Cercadinho e Serra (reservatório do Cruzeiro), com vazão de 11 milhões litros/dia (9 milhões do Cercadinho) em condições de abastecer cerca de 30 mil habitantes. O reservatório Carangola mantém-se em funcionamento abastecido por águas do sistema Rio das Velhas, tendo sido desativada apenas sua estação de tratamento. Sobre o reservatório foi construído, em 1967, o prédio do antigo DEMA, onde funciona atualmente a COPASA<sup>27</sup>.

Assim, é preciso que se ressalte a importância que este reservatório desempenhou no abastecimento d’água para a jovem capital. De acordo com o relatório da “Primeira Secção (Abastecimento d’água) da Quinta Divisão (Estudo e preparo do subsolo)” da Comissão Construtora<sup>28</sup>,

---

<sup>25</sup>-*Jornal de Casa*, *op. cit.*

<sup>26</sup>-*Estado de Minas*, edição de 11.07.90.

<sup>27</sup>-BARRETO, Abílio, *op. cit.*

<sup>28</sup>-COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



conhecidas as cótas dos pontos mais elevados da futura cidade, estava naturalmente indicada para seu abastecimento, a captação das águas do Córrego da Serra que, além de ficar o mais próximo, apresentava águas mais altas.

(...)Para completar o volume d'água necessário ao abastecimento para 30.000 habitantes no mínimo, á razão de 300 litros para cada um, procedeu-se a diversos estudos para a captação das águas do Acaba-Mundo e do Cercadinho, que são destinadas ao mesmo reservatório situado na Encosta do Ilídio<sup>29</sup>, e também já em construção<sup>30</sup>.

C. Cesar de Campos, Engenheiro-Chefe da Quinta Divisão, no relatório citado, trata das fontes, despesas e meios de conduzir águas para a cidade, através de projeto que visava ao atendimento de 30.000 habitantes, contingente populacional previsto pela Comissão Construtora para ocupar a zona urbana da cidade, aquela melhor dotada de equipamentos e infraestrutura. Quanto aos locais destinados aos reservatórios,

(...) a razão capital da preferência está na elevação do sítio acima dos pontos principais; vem depois a consideração das manobras e a economia da distribuição. Os pontos edificáveis mais altos, a que tem de satisfazer o abastecimento para 30.000 habitantes, são o Alto da Boa Vista, na cota 901 e o Morro da Santa Cruz, a 961.

O Morro da Porteira das Taboas, última vertente do espigão compreendido entre o Leitão e o Chácara e que, alcançando a cota 1010, domina o Pinto e o local da cidade, afastaria demasiado o alimentador da distribuição interna do centro a abastecer, com dispensável acréscimo de despesa (...).

O Morro da Santa Cruz abrange pequena superfície, ao passo que o Alto da Boa Vista é extenso. Natural é, pois, destinar áquelle um manancial de menos águas, e tanto mais conforme, quanto lhe está mais perto e é o que mais alto vantajosamente pode ser captado. Quadra-lhe, pois, o córrego da Serra.

Mais próximo da Boa Vista fica o córrego Acaba Mundo, que já abastece por meio de um vallo em terra. Mais próximo também, o manancial mais importante. Notando-se mais que - em prolongamento desse espigão e depois da depressão, que já descrevemos - vai-se erguendo para a Serra, entre os valles do Leitão e do Acaba-Mundo, a Encosta do Ilídio, compreende-se quão apropriada está ella para, por sua situação dominante á cota 901, receber, por um lado o Acaba-Mundo e, pelo outro o Cercadinho, em um mesmo deposito.

---

<sup>29</sup>- "Encosta do Ilídio - No antigo Cural del Rei, Ilídio Pereira (sic) da Luz era proprietário da Fazenda do Capão, que abrangia grande extensão de terras compreendendo parte do atual bairro de Santo Antônio. Encosta do Ilídio era a área onde se construiu o Reservatório do Cercadinho (...), atual Carangola, situado na rua do mesmo nome (TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*, 1947)" - reprodução da nota número 83 (p. 173) de BARRETO, Abílio, *op. cit.* O nome correto do proprietário da Fazenda do Capão era Ilídio *Ferreira* da Luz.

<sup>30</sup>-COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Assim pois, três reservatórios no perímetro da cidade constituirão as fontes de sua canalização interna: - o principal, na Encosta do Illydio e na cota 933, recebendo o Acaba-Mundo e o Cercadinho com capacidade relativa aos 18.000.000 que deve coligar no máximo; - o da Santa Cruz, na elevação vizinha ao morro e na cota 976, alimentado pelo córrego da Serra e capaz de receber-lhe os 3.500.000 de máxima; - e, finalmente, o da estação, atrás desse edifício, na vertente oposta do ribeirão dos Arrudas, em cota ainda por fixar, com capacidade para as sobras e recepção nocturna<sup>31</sup>.

O custo total da obra deste primeiro sistema de abastecimento de Belo Horizonte foi de Rs 2.385:954\$244<sup>32</sup>. Nesta primeira fase, o Estado permanece à frente dos serviços de água, quando, em 1898, são transferidos para a Prefeitura Municipal. Até a década de 1930, o complexo Serra-Cercadinho continuará sendo o principal sistema de abastecimento de água da cidade. Em 1930 é criada nova comissão de estudos sobre o fornecimento de água para a capital, que propõe a instalação de modernos filtros nos reservatórios da cidade, novas formas de captação do manancial existente e novos contratos de adução. O reservatório da Carangola, a partir de então dotado de tais filtros, permanecerá como um dos esteios centrais do abastecimento municipal.

Em 1951 é criado o Serviço de Postos Artesianos de Belo Horizonte que, em 1953, é transformado no Departamento de Águas e Esgotos (DAE), a partir de 1965 denominado DEMAÉ. Em 1973, o Prefeito Oswaldo Pierucetti propõe a encampação do DEMAÉ pela COMAG - Companhia Mineira de Águas e Esgotos, criada em 1963 pelo governo estadual -, o que se efetiva logo em seguida. No ano seguinte, a Lei 6475/74 altera a denominação da COMAG e surge a COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - com sede na Rua Carangola, no local onde havia funcionado, desde 1896, a Caixa d'Água<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup>-COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *op. cit.*

<sup>32</sup>-COPASA, *O abastecimento de água de Belo Horizonte: esboço cronológico das principais realizações*, Arquivo Público Mineiro.

<sup>33</sup>-COPASA, *O abastecimento de água de Belo Horizonte, op. cit.*

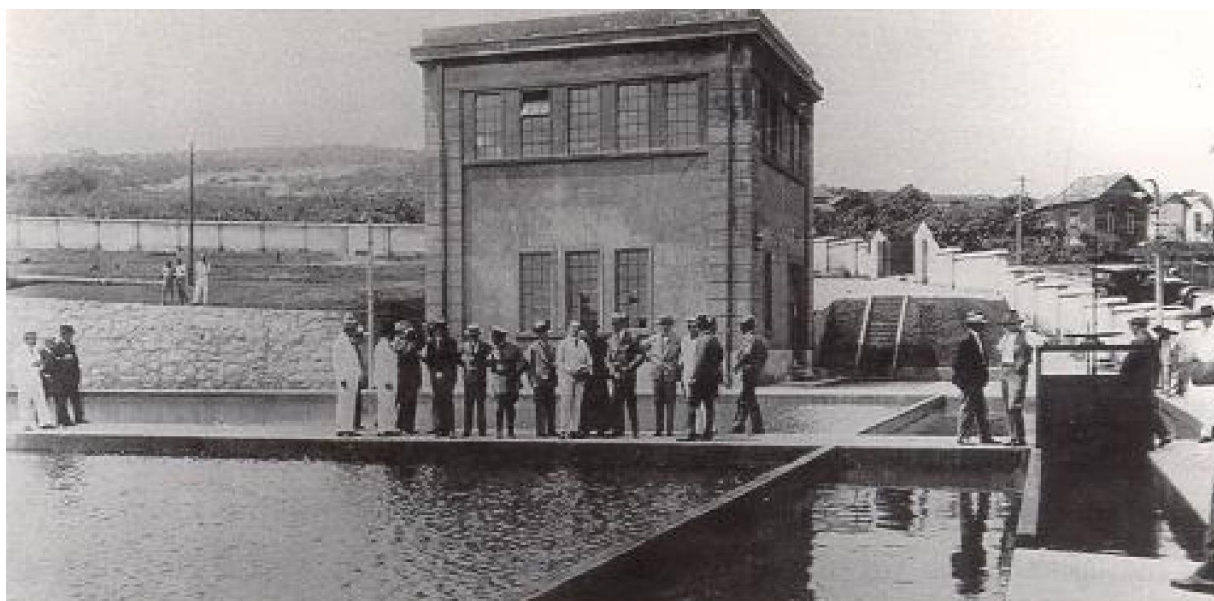


Figura 04: Tanques de decantação e casa de química da estação de tratamento da rua Carangola<sup>34</sup>.

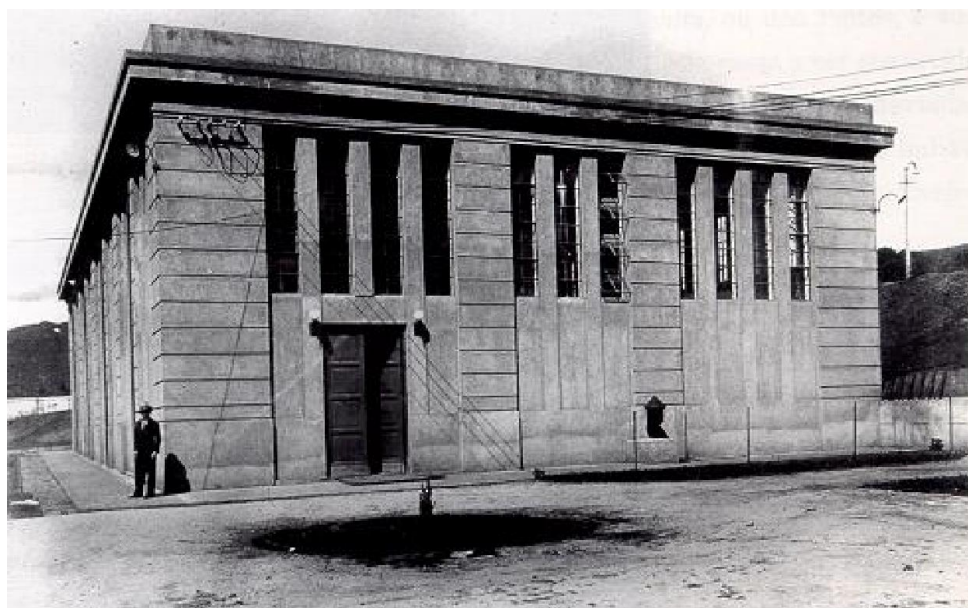


Figura 05: Estação de tratamento da rua Carangola<sup>35</sup>.

Os diferentes usos dados àquele equipamento ao longo do tempo merecem ser revelados para que não se veja este espaço como uma mera repartição pública - a COPASA. Ao revés, a “caixa d’água” da Carangola, como sempre foi chamada, foi um espaço de uso coletivo, apropriado pelos

<sup>34</sup> BARRETO, Abílio, *op. cit*

<sup>35</sup> Fonte: Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



moradores do bairro que não dispunham de áreas verdes e de lazer. A Caixa d'água foi muito utilizada, por volta dos anos 1930, para passeios, pois,

(...) para os domingos, a receita era pegar o bonde e fazer um pic-nic na Caixa d'água, situada na rua Mar de Espanha, formosamente arborizada e aberta aos visitantes curiosos de fim de semana 68 Segundo o Jornal Estado de Minas, “A colônia alemã de Belo Horizonte se reunia aos domingos nos terrenos em torno da caixa d'água, hoje Copasa, para animados piqueniques. Romeu Gonçalves conta que as reuniões eram marcadas pela fartura, não faltando salsichas cozidas, mostarda, batatas e pão picado, além da saborosa cerveja alemã e da cerveja brasileira Cascatinha, marca famosa na época. Quem quisesse participar do piquenique era muito bem-vindo, inclusive os meninos da região<sup>36</sup>

Além da estação de tratamento de água da rua Carangola, encontravam-se previstas na Planta Geral<sup>37</sup> da cidade, as ruas Carangola, Viçosa e Leopoldina. Já havia também uma Rua Cristina, com traçado distinto da atual rua de mesmo nome, mas planejada para fazer ligação com a região do Acaba Mundo, hoje Carmo-Sion, função que, não por coincidência, é mantida pela Rua Cristina de nossos dias. A Rua Mar de Espanha, já no plano, tem em parte o trajeto de hoje, exceto que, na Planta, ela atravessa, incólume, a encosta próxima à atual rua Nunes Vieira e segue até a avenida do Contorno sobre o traçado contemporâneo da rua Coletor Celso Werneck.

Nesta mesma Planta Geral, a Segunda Seção Suburbana era constituída de 20 quarteirões de diferentes áreas e delimitada pelas ruas Mar de Espanha, Campanha (ocupando uma trajetória similar à da Rua Cristina atual), Cristina, Grão Mogol e Avenida Dezanete de Dezembro (ou Avenida do Contorno, como ficou conhecida).

A porção específica, por muito tempo sem nome, que os moradores identificavam como “área atrás do palácio”, estava delimitada, aproximadamente, pelas atuais Ruas Viçosa e Magalhães Drumond. Sobretudo, a referência compreendia também a área urbana situada “atrás do palácio” do Presidente do Estado (Palácio da Liberdade). Deste modo, em seus primórdios, este pedaço do bairro ao mesmo tempo que se distinguia do pedaço sob a influência do Núcleo Colonial Afonso Pena - um assentamento com típicas características rurais -, se aproximava de uma área situada

---

<sup>36</sup> *Estado de Minas*, edição de 11.07.90.

<sup>37</sup> COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



dentro do traçado da Contorno (aquela atrás do palácio) que, por sua posição, então, de proximidade do poder - aos fundos do palácio de governo e a Praça da Liberdade - ainda que longe do centro da cidade, possuía a aura da nobreza urbana. O bairro teria sido, naquele tempo, uma transição entre o requinte do planejamento urbano e a informalidade da ocupação rural. Vale ressaltar que até hoje a área ocupada pelo Santo Antônio é oficialmente reconhecida, nos órgãos municipais, como composta por duas porções distintas, a ex-Colônia Afonso Pena e a Segunda Seção Suburbana.

Nos anos 1930, o Santo Antônio ainda não contava com uma infraestrutura satisfatória, os loteamentos iam surgindo no meio das hortas e mandiocaís, que conforme as palavras de Ayres da Mata Machado nasciam ingenuamente ao lado das ruas<sup>38</sup>. Dona Olímpia, antiga moradora do bairro conta em entrevista realizada em 1996: *“Quando eu mudei para aqui não tinha rua calçada, não tinha rua aberta, era barro feito não sei o quê”*<sup>39</sup>. De acordo com a entrevistada, foi na gestão de Otacílio Negrão de Lima que estes problemas começaram a se resolver: *“o prefeito que foi eleito era parente do dono dos lotes aqui. Otacílio Negrão de Lima, ele ajudou demais.”*<sup>40</sup> Este melhoramento urbano pode ter sido facilitado também com a criação da Câmara Municipal, em 1936, permitindo à população a livre escolha de seus representantes tanto no Legislativo quanto no Executivo.

Foi também nos anos de 1930 que ocorreu o loteamento das terras pertencentes à família Inneco, na parte mais íngreme da região, próxima a atual Avenida Prudente de Moraes, iniciando-se na Avenida do Contorno até a Rua Carlos Gomes. Nesse loteamento foram construídas várias casas que, em conjunto, ficaram conhecidas como *Vila Inneco*. As residências foram construídas através de financiamento dos institutos de previdência da época. O nome do construtor era Primo Righ, que prestava serviços para o proprietário, Vicente Inneco. O autor das plantas, como foi possível constatar pesquisando o material guardado por dona Olímpia, também moradora da antiga vila, foi o arquiteto Luiz Signorelli.

---

<sup>38</sup> MATA MACHADO, Ayres da, “Quando eu vim para aqui”, in: *Jornal de Casa*, op. cit.

<sup>39</sup> Olímpia Gusmão, 83 anos, entrevistada em 12.06.96, GT Santo Antônio, SMC/DMPC

<sup>40</sup> Olímpia Gusmão, op.cit

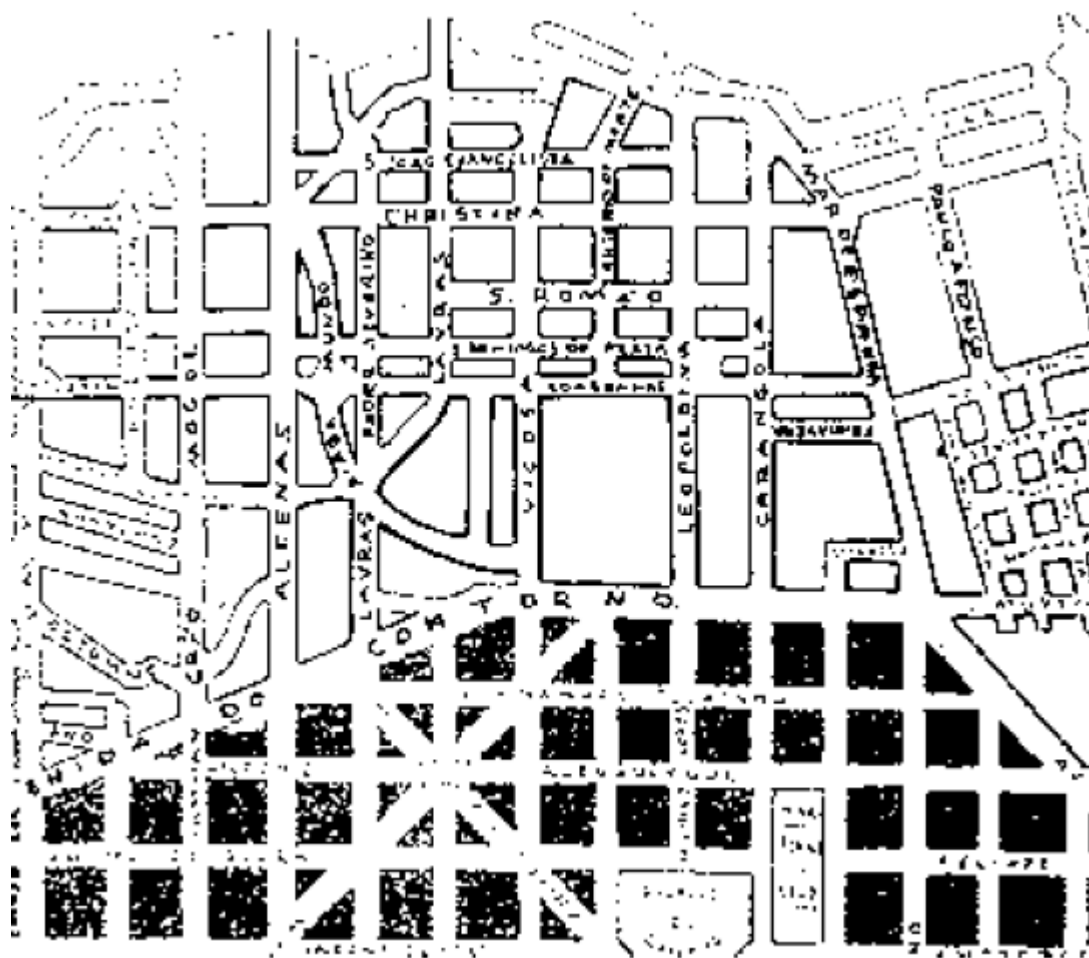


Figura 06: Detalhe retirado da Planta Geral de Cidade de Belo Horizonte, produzida pelo Banco Mineiro da Produção nos anos 1930. Destaque para parte do Bairro Santo Antônio.<sup>41</sup>

Na época da construção da casa de dona Olímpia o bairro ainda era pouco desenvolvido,

As casas eram pouquíssimas, era tudo mato. Só tinha a rua Carangola e a nossa (Quintiliano Silva) o resto era tudo mato, porque era um terreno da Escola de Agronomia, tinha boi, plantava mandioca, milho, tinha uma cerca que separava porque nem tinha rua.<sup>42</sup>

Segundo dona Olímpia, no local onde é hoje a Rua Mar de Espanha, havia um riacho onde os meninos iam pescar pequenos peixes: “Saía por baixo, porque tem um muro, um barranco, aí saía

<sup>41</sup> Panorama de Belo Horizonte.1997.

<sup>42</sup> Olímpia Gusmão, *op.cit*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



e ficava aquele riachinho escorrendo e a gente atravessava o riacho e ia lá na rua da Bahia para fazer qualquer coisa.”<sup>43</sup>

O comércio do bairro, ainda na década de 1940, era muito precário. A padaria mais próxima estava localizada na Rua da Bahia e, segundo dona Olímpia, pertencia a uma das irmãs do Vicente Inneco. O imóvel onde funcionara a padaria não mais existe. Em seu lugar foi construído um apart-hotel. Embora distante, em razão das dificuldades de locomoção. *“o pão vinha na porta, naquele tempo era tudo arcaico, talvez fosse bom porque eu criando criança não tinha facilidade para sair, então vinha carne na porta, leite na porta, pão na porta, tudo era fácil”*<sup>44</sup>.



Figura 07: Vista aérea do bairro Santo Antônio. Em destaque, edificações da Vila Inneco, às margens do córrego do Leitão. Data provável: 1951. Fonte: APCBH.

---

<sup>43</sup> Olímpia Gusmão, *op.cit*

<sup>44</sup> Olímpia Gusmão, *op.cit*



Figura 08: Vista aérea do bairro Santo Antônio. Em destaque, Rua da Bahia/ rua Carangola e edifício do Minas Tênis Clube. Data provável: 1955. Fonte: APCBH.

Também dona Leondina<sup>45</sup>, outra moradora antiga do bairro, lembra que *“de manhã cedinho, eles colocavam o pão, o leite e ninguém mexia. Era muito tranqüilo. A gente achava que era tudo tão melhor quando era tudo assim, mais calmo.”*<sup>46</sup> A compra de verduras, antes do advento das feiras, era feita do mesmo modo, o vendedor ia de porta em porta oferecer sua mercadoria: *“Isso a gente tinha uns conhecidos... ali não existia o colégio Dom Silvério, lá tinha um barracão ‘assim’ de*

<sup>45</sup> Leondina Dutra de Carvalho, 86 anos, entrevista realizada por BARBOSA, C. L. (e outras), *op. cit.*

<sup>46</sup> Leondina Dutra de Carvalho, *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



*tropeiros e eles traziam aquelas coisas da roça, portanto tinha uns conhecidos da gente que traziam as coisas prá gente.”<sup>47</sup>*

Importante empreendimento localizado no bairro e que se tornou referência na região foi a fábrica de cerâmicas Pezzi. A família Pezzi, aliás, foi uma das pioneiras na ocupação do bairro, lá se instalando em 1907, quando também montam uma cerâmica para a fabricação de telhas, tijolos e manilhas. O senhor Salvador Primo, morador do Santo Antônio quando criança, observava sempre da janela de sua casa, a área ocupada pela cerâmica:

Na frente de nossa casa tinha uma chácara que era desse Josué [Josué Pezzi] que era proprietário da cerâmica. Então ali tinha uma chácara, eram umas mangueiras... E a cerca... era cerca naquele tempo, e era uma cerca-viva, de pinheiros. Isso é que tinha na frente da nossa casa. Do lado da Rua Leopoldina só tinha a cerâmica lá embaixo, mais nada. Do lado esquerdo, descendo, é que tinha as casas. Eu me lembro de todas as casas, de todos os moradores, eu me lembro de todos... Mas no lado direito não tinha nenhuma casa, era cerâmica e lá mais embaixo era aquele brejo lá no fundo de tanto eles tirarem argila para fazer tijolo, telha, material, não é!?”<sup>48</sup>.

A Cerâmica Pezzi, como era conhecida, esteve em atividade até 1948, quando é desativada e tem sua área loteada. Onde existia a cerâmica hoje existe um equipamento importante para o bairro, o Clube Mackenzie. Ao longo de sua existência, a Cerâmica teria grande influência na vida do bairro. Juntamente com a Caixa d'Água e a proximidade da Praça da Liberdade, parece ter sido a responsável pelo fato do adensamento da região ter tido início ali.

Na avaliação do Sr. Onofre Gabriel de Castro esse era um tempo em que o bairro ainda era calmo,

na década de 40 você encontrava ainda tropas, carroças, e o tropeiro vindo de porta em porta mostrando o produto: laranjas, cará, queijo. O bairro Santo Antônio como toda Zona Sul, Carmo, Sion, é uma inchação posterior à década de 40. O Santo Antônio é uma explosão do centro.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> Olímpia Gusmão, *op.cit*

<sup>48</sup>-Salvador Primo, entrevistado em 18.11.91 por Thaís Velloso Cougo Pimentel, Grupo de História Oral da FAFICH, UFMG.

<sup>49</sup>-Entrevista com Sr. Onofre Gabriel de Castro, *in*: BARBOSA, C. L. (E outras), *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



A características do novo bairro e dos novos tempos foram tornando-se mais visíveis. Na passagem dos difíceis anos 1920 para a década de 1930 o bonde começou a servir o bairro:

(...) um motorneiro muito simpático, Chico Monteiro, alegria dos pequeninos moradores nascidos ali. E a cidade já funcionava a pleno vapor trazendo um bairro a mais e novas pessoas inquietas. - Avenida do Contorno, rua da Bahia e Carangola aonde circulava o bonde, o Grupo João Pessoa.<sup>50</sup>

A cidade havia adquirido sua primeira linha de bonde em 1901 e a que servia a área do bairro Santo Antônio foi inaugurada no dia 05 de setembro de 1926. Para se chegar até o ponto final do bonde era preciso atravessar o matagal, devido a ausência de ruas abertas, *“ainda não tinha a rua Leopoldina, era uma cerâmica naquele tempo”*<sup>51</sup>. *“Só no governo Melo Viana que se instalou um bonde aqui. Antes a gente tomava na Praça da Liberdade”*<sup>52</sup>. Já em 1935, os moradores do bairro se mobilizavam, para reclamar da falta de bondes e da superlotação dos dois que serviam a área, pois a companhia de Força e Luz havia desativado um veículo.

O Grupo Escolar Presidente João Pessoa, antigo ponto final dos bondes que serviam ao bairro, foi fundado em outubro de 1930. Apenas três dias após sua inauguração, suas atividades foram paralisadas em virtude dos conflitos advindos da revolução de 1930. A Escola foi criada para atender aos moradores das proximidades, numa época em que havia poucas escolas públicas na capital. Equipada com apenas uma sala, com alpendre e sanitários, contava com uma única professora que ministrava aulas para alunos das quatro primeiras séries do 1º grau. Atualmente, a Escola Estadual João Pessoa atende às crianças das redondezas e também da favela Bico do Papagaio.

---

<sup>50</sup>-BELO HORIZONTE, *Jornal de casa, op. cit.*

<sup>51</sup> Entrevista realizada por BARBOSA, C. L., *op. cit.*

<sup>52</sup> BELO HORIZONTE, *Jornal de Casa, op. cit.*



Figura 09: Escola Estadual João Pessoa, antigo ponto final dos bondes que serviam ao bairro na década de 1930.

No ano de 1937, em uma chácara na rua Mar de Espanha, instalou-se a sede do Centro de Preparação de Oficiais para Reserva (CPOR), que anteriormente funcionava na avenida Olegário Maciel. Esta chácara pertencia ao Sr. Mário Brant, e ocupava a área onde hoje estão as ruas Antônio Dias, Carlos Gomes e Arduíno Bolívar. Era um terreno sem nenhuma intervenção construtiva, considerado propício à prática de exercícios militares. Os terrenos onde posteriormente seria construída a Praça Cairo e a igreja Menino Jesus, também foram utilizados para exercícios dos futuros oficiais. O CPOR esteve no bairro apenas até o final da década de 1940.

Quando eu mudei para aqui tinha o CPOR, no pedacinho que estava começando a rua Mar de Espanha. Eles faziam exercício num mato que havia ali, meus meninos ficavam em cima da janela dizendo que era guerra...<sup>53</sup>

O senhor Cássio Viotti, não só conviveu nas vizinhanças do CPOR, como também era integrante de uma das turmas de oficiais:

Eu entrei para o CPOR em 1936, quando ele foi fundado. Naquele ano, a parte prática era feita na rua junto à praça Raul Soares. O quartel improvisado era num prédio na Olegário Maciel ao lado do atual Mercado Novo. Em 1937 o Exército

<sup>53</sup> Olímpia Gusmão, *op.cit*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



alugou uma chácara velha, muito humilde, na Rua Mar de Espanha ao lado da caixa d'água, onde é hoje a COPASA. Na região próxima à chácara havia muito poucas casas. Quase tudo era mato ainda, de tal modo que nós descíamos um pouco para fazer trincheira e organização do terreno lá onde se situa a igreja do Menino Jesus. (...) na Praça Cairo, era o morro do Mendonça. No inverno fazia um frio terrível, ventava muito ali. Nós todos com fuzis nas mãos geladas. E a gente tremia de frio no alto do morro.<sup>54</sup>

No início dos anos 1940 o bairro perde o centro de ensino superior ali radicado desde os anos 1920 - a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária, que é desativada em 1941, e tem seu lugar desocupado até 1961, quando é inaugurada a Fafich.

Porém, mantendo a tradição educacional do bairro, a despeito dessa perda, entra em funcionamento ali uma escola que já mantinha atividades em Belo horizonte desde 1939, quando transfere-se de São João del Rey - o Colégio Padre Machado. Fundado naquela cidade em 1921, sob a direção de Antônio Lara Resende, o colégio funcionou antes da ida para o Santo Antônio na antiga sede do Colégio Isabela Hendrix, à Rua Espírito Santo, 605. A chegada ao bairro dá-se em 1944. O terreno, contíguo ao da Cerâmica Pezzi, Poni e Simoni, havia sido comprado à família Simoni, como conta em suas Memórias<sup>55</sup> o próprio Lara Resende: (...) acabamos adquirindo quinze mil metros quadrados de Paulo Simoni, a vinte e dois mil réis. A essa área anexe, mais tarde, dois mil e duzentos metros que eu adquirira para mim<sup>56</sup>.

A casa da família Lara Resende transformou-se no “Machadinho”, como é denominado o prédio onde funciona o pré-escolar do Colégio Padre Machado. A construção do edifício principal da Colégio foi realizada com recursos do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciantes, mas Lara Resende pretendia ainda comprar todo o terreno da cerâmica, que ia até a Rua Leopoldina e cujos fundos seguiam até a Rua Congonhas, para o Colégio e para loteamento da área entre o prolongamento das ruas Sergipe e Leopoldina angariando, assim, fundos para a construção e manutenção da nova sede. No quarteirão da Rua Sergipe (fronteiriço ao Colégio) seriam erguidas

---

<sup>54</sup> Relato do senhor Cássio Viotti, in: BARBOSA, C. L., (e outras), *op. cit.*

<sup>55</sup>-LARA RESENDE, Antônio, *Memórias 2: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva*, Record, BH, 1972.

<sup>56</sup>-LARA RESENDE, A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



casas, com financiamento da Caixa Econômica, para os professores e funcionários do Instituto Padre Machado:

Falei a respeito com o Presidente da Caixa Econômica Federal, onde a propriedade de Paulo Simoni [e outros] se achava hipotecada. Jannuzzi [arquiteto que projetou o Colégio] fez uns *croquis* e se entusiasmou com o meu sonho. Sandoval [Presidente da Caixa] botou as mãos na cabeça: 'Querido, você é um sonhador! Tenho inveja de você! Não pense em tal aventura!'<sup>57</sup>.

Ainda assim foram feitos estudos sobre o lugar. O relatório apontava o local como quase todo alagadiço e, portanto, inviável para as pretensões de Lara Resende. O próprio Lara Resende conta que o presidente do Conselho Fiscal do Instituto - Antônio Mourão Guimarães, banqueiro, até então seu tradicional apoiador nos empreendimentos relativos ao Colégio - pediu ao técnico (Sabino José Ferreira) um laudo negativo para desincentivá-lo das suas pretensões.

Sem sucesso em seus planos para aquele trecho do bairro, Lara Resende vai assistir, impotente, em 1948, à desativação da Cerâmica e ao loteamento de seus terrenos. Dois anos depois ele se afastaria da direção do Colégio - a partir de então sob a responsabilidade da Congregação dos Padres Barnabitas - e deixaria o bairro. Assim, em 1950, o Colégio foi adquirido pela Congregação de Padres Barnabitas, por quem é dirigido até hoje.

O colégio sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Deixou de ser internato, admitiu estudantes femininas e passou por algumas adaptações internas. O nome do Colégio foi uma homenagem de Antônio de Lara de Resende à memória do Cônego Antônio José da Costa Machado, por sua grande dedicação ao ensino, em várias cidades brasileiras e, em especial, à São João Del Rei.

Uma parcela dos terrenos da área próxima ao Colégio permanece com baixo aproveitamento do solo e se configura como um dos poucos equipamentos de lazer do bairro - o Clube Mackenzie. Não por coincidência, os lotes foram doados pela família Pezzi ao Clube, por isso o local escapou do loteamento.

(...) nós da família Pezzi, doamos ao Mackenzie uma série de lotes aí, entendeu? O Mackenzie era um clube, mas não tinha instalações. Ele funcionava ali, junto ao

---

<sup>57</sup>-LARA RESENDE, A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Detran. O Detran tinha ali umas quadras de voleibol. Era voleibol. Doamos uns cinco ou seis lotes lá para o Mackenzie. O resto foi dividido entre nós e o Poni.<sup>58</sup>

O Clube foi fundado em dezembro de 1943, e teve como seu primeiro presidente o Sr. Orestes Stefanini. O Clube mantém uma piscina de 25m x 12,5m, duas piscinas para crianças, 3 quadras abertas e um ginásio. A sede social foi construída posteriormente. O Mackenzie teve uma grande participação no setor esportivo de competição da capital.



Figura 10: Mackenzie Esporte Clube. Fonte: DPCA.

Foram construídas também no bairro Santo Antônio, já nos anos 1940, casas para os funcionários da Companhia “Força e Luz”, empresa responsável pelo tráfego de bondes. As casas eram geminadas, e a sua compra era facilitada pelo sistema de hipoteca. Hoje da vila resta apenas um modelo que não guarda o seu sistema construtivo original. A senhora Maria da Conceição Moura fala sobre o período,

Vim para o Santo Antônio em 1949. Naquele tempo o meu marido era condutor de bonde. A Companhia de Força e Luz fizeram essas casinhas popular aqui na Rua Antônio Dias para os seus empregados. Essa Rua era toda de empregados de bonde. A empresa comprava o lote e construía duas casas nele. Como o empregado

---

<sup>58</sup>-Relato de Maximiniano Pezzi, in: BARBOSA, C. L., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



ganhava muito pouco, dava prá ficar só com a metade. Não dava prá ficar com o lote todo.<sup>59</sup>

Esse ar bucólico, entretanto, vai se perdendo ao longo dos anos com os loteamentos que iniciaram-se em 1924 e foram concluídos em 1982. Assim, o bairro vai se verticalizando, perdendo o seu ar de periferia e ganhando conotação de zona nobre da cidade e, com isso seus moradores veem um decréscimo da qualidade de vida e dos padrões residenciais e familiares de ocupação do bairro.

No final dos anos 1940,

(...) as ruas Santo Antônio do Monte, Carangola e Leopoldina já chegavam até onde vão hoje. Todas as ruas transversais que cortam as ruas Leopoldina e Carangola já eram calçadas por pedras, com exceção da Rua São João Evangelista, que se restringia a um grande buraco<sup>60</sup>

O Santo Antônio foi se constituindo com uma diversidade de moradores como, funcionários públicos, intelectuais, universitários, autônomos, e vários outros. Aos poucos a infraestrutura foi sendo aprimorada. O Sr. Cássio tem uma explicação para as mudanças ocorridas nesse setor,

Pelo que eu me lembro o Santo Antônio era um bairro pobre, tranquilo e não tinha essa característica de zona nobre. Com o passar dos anos foi construindo casas boas, gente de certo nível, desembargadores, juízes, altos funcionários, comerciantes, gente de maior poder aquisitivo. O Minas Tênis Clube aglutinou em torno dele uma certa nobreza. Combinava a nobreza do dinheiro, gente rica, de maior posse. Mas, anteriormente, era um bairro pobre, um bairro de periferia. Hoje ele tem esse ar de nobreza.<sup>61</sup>

Na década de 1940 foi construído o Royal Sport Club, que ocupava o prédio da Rua Carangola, 44: *“o prediozinho ainda existe, são dois pavimentos. Embaixo é comércio, é açougue, congelados, aquelas coisas.”*<sup>62</sup>. No segundo pavimento, hoje, funciona a sede do grupo de capoeira “Mão Branca”. Foi construído em apenas seis meses através de empréstimos conseguidos junto à Caixa Econômica Federal, que na época era presidida Pelo Dr. Manoel França Campos, um antigo morador

---

<sup>59</sup> BARBOSA, C. L.. (e outras), op. cit.

<sup>60</sup> BARBOSA, C. L.. (e outras), op. cit.

<sup>61</sup> Relato de Cássio Abranches Viotti, in: BARBOSA, C. L. (e outras), op. cit.

<sup>62</sup>-Olímpia Gusmão, op.cit

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



do bairro, que foi também presidente do clube e várias vezes deputado federal. Foi no Royal Club que o bairro viveu intensamente sua vida social. Além de ser um clube político, promovia grandes bailes e horas dançantes, frequentadas pelas filhas do então Prefeito, Juscelino Kubischek, que era o Presidente de Honra e assíduo frequentador do restaurante.

Em 1942 foi inaugurada a Paróquia Santo Antônio, marco importante na evolução do bairro, situada na Rua Espírito Santo esquina com Avenida do Contorno:

O terreno de propriedade do Sr. José Gonçalves Lage se estendia da Rua da Bahia à Espírito Santo. Foi dentro desta faixa que ele construiu sua casa, o armazém e o botequim. A parte restante ele doou para a igreja. Segundo publicação do jornal Estado de Minas foi uma doação não só do comerciante José Gonçalves Lage como também do funcionário público Onório Coelho e do advogado Manoel Terça<sup>63</sup>.

D. Olímpia afirma que no terreno onde posteriormente foi construído a Igreja havia apenas um barracão onde era celebrada uma missa aos domingos às oito horas da manhã, por um padre da Igreja de Lourdes. Assim, até 1936, havia apenas esta pequena capela de madeira, dedicada ao santo de devoção local, o Santo Antônio. Quem celebrava as missas eram padres pertencentes à Paróquia de Lourdes, que congregava toda a região. A primeira etapa de construção da Igreja esteve a cargo da Irmandade de Santo Antônio, criada em janeiro de 1925, data da inauguração da capela, filial da paróquia de Nossa Senhora de Lourdes. Esta etapa foi até o início de 1936, quando a comunidade recebeu seu primeiro vigário, o Padre Clóvis de Souza e Silva, precisamente em 09 de fevereiro de 1936.

Contemporaneamente à inauguração da Paróquia Santo Antônio, o crescimento da cidade foi se dando nas áreas contíguas à Avenida do Contorno, em direção a parte sul da capital. O resultado disso foi uma grande valorização do Bairro Santo Antônio e também dos bairros vizinhos. Deixando para o passado lembranças como estas: *“a passagem pela Rua Carlos Gomes onde havia um buraco de mais de cinco metros de profundidade. Com o tempo seco era uma proeza passar ali, com chuva o terreno escorregadiço, era uma loucura”*<sup>64</sup>. A única via de acesso do Santo Antônio à Cidade Jardim

---

<sup>63</sup> Estado de Minas, edição de 11/07/90.

<sup>64</sup> Belo Horizonte. Estado de Minas, op. cit.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



era uma pinguela de madeira de cinco metros de comprimento por dois de largura, onde hoje passa a Avenida Prudente de Moraes. Aos poucos a região foi adquirindo nova forma e se afirmando enquanto uma zona de *status*, privilegiada e elegante, e consolidando o seu conceito de bairro residencial.

No final dos anos 1940, mais precisamente em 1949, foi inaugurada uma pequena mercearia no Santo Antônio que, mais tarde, viria a se tornar um dos mais importantes pontos de encontro da região: a mercearia do Lili. Fundada pelo senhor Antônio Sérvulo de Oliveira, o Lili, o estabelecimento foi o primeiro ponto comercial do local. Inicialmente, era apenas uma mercearia que funcionava na esquina da Rua Cristina com Leopoldina. Com uma freguesia fiel e formada por amigos, a mercearia transformou-se em bar e mudou-se para a Rua São João Evangelista, onde, até os dias atuais, mantém-se como referência na vida noturna da cidade.

Nos anos 1950 foi construída uma vila, na Rua Leopoldina, conhecida, mais recentemente pelos moradores, como a “Vila da Vaquinha”, que foi demolida em 1984 para dar lugar a um grande condomínio residencial. Ao tempo em que Barbosa escreve sobre o bairro (1994), a Vila da Vaquinha ainda existia: “O bairro possui ainda 2 vilas, conhecidas por ‘Vila Vaquinha’ e ‘Vila Ilza Dias’, ambas localizadas na Rua Leopoldina, e que em seu conjunto totalizam 28 casas.”<sup>65</sup>

A “Vila da Vaquinha”, infelizmente, seguiu o destino que lhe foi dado pela especulação imobiliária - o chão: “*destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueia os caminhos da lembrança, arranca seus marcos e apaga seus rastros*”<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> BARBOSA, C. L., e outras, *op. cit.*

<sup>66</sup>-CHAUÍ, Marilena de Souza, “Os trabalhos da memória”, in: BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, Edusp, SP, 1987.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 11: Vista do eixo das ruas Congonhas e Leopoldina por volta dos anos 1950. Fonte APCBH.

A “Vila Ilza Dias” ainda permanece como lembrança de um tempo em que o bairro ainda era um lugar de pequenas propriedades, onde os vizinhos se conheciam pelo nome e mantinham relações duradouras de amizade e companheirismo, no caso das vilas, reforçadas pelo compartilhamento de espaços comuns de moradia e laços horizontais de solidariedade.

Existem diferentes versões para a origem da escultura instalada em frente ao número 62 da Rua Leopoldina, que tem a forma de uma vaca, e que foi apelidada de “vaquinha da Leopoldina”, ao mesmo tempo em que a rua é também chamada de “rua da vaquinha”. Segundo alguns, ela foi dada de presente a um político mineiro pelo artista plástico que a concebeu e esse político teria solicitado ao poder público municipal licença para que ela ficasse ali, enfeitando o passeio. Outros contam que a escultura pertencia a uma agência de publicidade que, após utilizá-la na propaganda de uma marca de produtos laticínios, abandonou-a no local onde se encontra. Há a versão de que teria sido encomendada por um fazendeiro que morava por perto e que pretendia matar as saudades da roça ao contemplá-la todos os dias.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



De qualquer maneira, é possível determinar a sua autoria. O artista plástico que criou a versão original da escultura foi Marcelo Nitsche, um paulista que participou do XII Salão Nacional de Arte, realizado entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981, no Museu de Arte da Pampulha, com o tema “A cidade faz”. O Salão teve o objetivo de levar artistas e comunidade a refletir “(...) sobre os processos de criação, distribuição e avaliação da obra de arte”. Dentre as atividades propostas, aquela que originou a vaquinha foi a “Intervenção”.



Figura 12 a-b: Vaquinha da rua Leopoldina. Fonte: DPCA.

Segundo os estudos de Torres<sup>67</sup>, já na década de 1950 o bairro Santo Antônio era uma região com características modernas e consideravelmente urbanizado. Acompanhando algumas melhorias urbanas pelas quais passava a região, crescia, cada vez mais, o número de moradores que para aquela região afluíam. Os índices demográficos de 1950, por exemplo, apontavam 8972 moradores, sendo que, poucos anos depois, em 1957, já havia 140033 pessoas residindo no bairro, dados que apontam um crescimento de 56,4%<sup>68</sup>.

Todavia, o sistema de transporte público permanecia insuficiente para atender toda essa população. Durante muitos anos, o bonde foi o principal meio de transporte que ligava o bairro ao centro:

O bonde saía da Praça Sete e subia a rua da Bahia toda, a rua Carangola e aqui na rua Congonhas, o bonde virava à direita e parava. Era o ponto final. Então, ele vinha

<sup>67</sup>-TORRES, M. A. O., *op. cit.*

<sup>68</sup> *O Diário*. 1959:4-9

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



carregado de alunos de todas as faculdades: de engenharia, medicina, Direito, Farmácia<sup>69</sup>.

Enquanto os moradores das Ruas Carangola, Congonhas e proximidades eram privilegiados pelo fácil acesso ao bonde, os moradores das áreas mais altas do bairro tinham que percorrer trilhos, descer buracos até chegar no ponto final, na rua Congonhas.

Na década de 1960 o que se apresentava como um problema para o bairro e que mobilizava uma grande faixa da população, era a falta de áreas verdes e de lazer. A única praça do bairro era a Praça Cairo e a única área verde, era remanescente do reservatório de águas da região, que hoje abriga a sede da COPASA.

No final dos anos 1969, o bairro Santo Antônio já contava com 23 prédios, o que demonstra o início do processo de verticalização da região sul da cidade. Todavia, a condição de bairro moderno diz respeito muito mais a parte próxima ao centro da cidade, pois, sua urbanização deu-se dos locais mais planos para os mais acidentados, isto é, no sentido centro-periferia. A iluminação pública, somente no início dos anos 1970, começa a chegar às áreas menos movimentadas. As ruas da Bahia, Espírito Santo e São Paulo, juntamente com a Avenida do Contorno, enquanto rua que fazem a ligação entre o bairro e o centro, receberam esse benefício primeiro, assim como as ruas Carangola, Leopoldina e Paulo Afonso, que são ruas de maior movimento do bairro e dão acesso à parte mais alta do bairro.<sup>70</sup>

O bairro, que surgiu com características basicamente residenciais, foi ao longo dos anos se modificando e recebendo uma ocupação diferente, como escolas, serviços públicos, escritórios particulares e um aumento considerável do setor comercial. Em um primeiro momento o bairro significou uma continuação da área residencial do centro, para posteriormente tornar-se extensão de uma nova área comercial surgida em contraposição ao centro - a Savassi.

---

<sup>69</sup> Entrevista com o Sr. Jorge Lasmar, realizada em 1996.

<sup>70</sup>-TORRES, M. A. O., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



O Santo Antônio, desde a instalação da Escola de Agronomia e Veterinária, em 1924, também se desenvolveu com um perfil relacionado à educação e ao ensino. O prédio onde funcionou essa faculdade abrigou também o Gynásio Affonso Arinos, fundado em 1934, sob supervisão federal, e que para lá se transferiu na década de 1940, permanecendo até o início dos anos 1960. Em 1961, foi construída no terreno da Escola, na face voltada para a Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, posteriormente incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais, como Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. A edificação original permanece, com poucas alterações, ainda hoje, e é atualmente a sede do Teatro Universitário da UFMG.



Figura 13: Escola Mineira de Agronomia Veterinária que funcionava na rua Carangola. Funcionou também como Teatro Universitário. Fonte APCBH

No momento da criação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939), o ensino superior de Belo Horizonte estava estruturado de forma profissionalizante, comum ao país todo. A Universidade de Minas Gerais era constituída pelo Conservatório Mineiro de Música e pelas Escolas de Arquitetura, Veterinária, Enfermagem, Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Farmácia.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



A despeito disso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais não foi criada dentro da estrutura da UMG. Ela nasce como instituição de ensino superior privada e só com o decorrer dos anos, quando há a formação de um patrimônio próprio e a sua aceitação pelos meios societários é que será ela incorporada à Universidade.

(...) A criação da Faculdade de Filosofia, como instituição separada de Universidade, pode ser explicada pelo caráter conservador dos mineiros, expresso na desconfiança em relação a inovações que julgassem poder significar alguma mudança de ordem cultural. Na verdade, a Faculdade de Filosofia significava um corpo estranho no espaço sócio-cultural mineiro, inspirando cautela por parte de vários segmentos da sociedade. A imprensa local, ao mesmo tempo que noticiava a respeito da organização e dos objetivos da Faculdade e de eventos ligados a sua vida acadêmica, também publicava artigos que questionavam sua atuação, considerando-a um 'luxo', referindo-se aos filósofos como lunáticos e desligados da realidade. As famílias mineiras, habitualmente, reagiam quando algum de seus filhos expressavam o desejo de fazer algum dos cursos da Faculdade de Filosofia, manifestando desaponto e avaliando negativamente esta opção: *'perda de tempo, carreiras sem futuro e sem prestígio, desperdício de talentos'*. A Universidade partilhava desta reserva ao novo instituto a ser criado na cidade, o que, somado a uma concepção patrimonialista [de gestão da UMG], reforçava uma atitude cautelosa, preferindo esperar para (...) avaliar a evolução da Faculdade de Filosofia, até a realmente desejá-la como parte de sua estrutura <sup>71</sup>.

Dentre os intelectuais que participaram da criação da Faculdade de Filosofia, destaca-se o chamado "grupo do Marconi", formado por professores daquele colégio, tais como Arthur Versiani Velloso, Braz Pellegrino, Pe. Clóvis de Souza e Silva, José Lourenço de Oliveira, Guilhermino César, Orlando de Carvalho, Nivaldo Reis, Mário Casassanta e Vincenzo Spinelli, a maior parte deles ligados à Casa d'Itália<sup>72</sup> e à Igreja Católica. "É interessante, a fim de caracterizar o ambiente ideológico que prevalecia nessa época, a conjugação entre o fascismo e o catolicismo na formação da FFCL-MG"<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup>-HADDAD, M. L. A., *op. cit.*

<sup>72</sup>-A Casa d'Itália foi criada em Belo Horizonte, em 1935, como sociedade civil "sem cunho político", com o fito de divulgar a italianidade e aproximar entidades e grupos de origem italiana. A sua criação, na verdade, se insere na política de expansão do fascismo provida por Mussolini na década de 1930 e, em BH, acolheu italianos e brasileiros ligados à causa fascista-integralista. Tornou-se um importante centro de referência cultural, haja vista as poucas opções existentes na cidade.

<sup>73</sup>-HADDAD, M. L. A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Para iniciar suas atividades, faltava à FFCL-MG as bases financeiras e materiais, especialmente no que se refere às instalações e ao funcionamento da nova escola. Para suprir tais deficiências, foi firmado um convênio com o “Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi” - colégio secundário mantido pelas organizações italianas, tendo à frente a Casa d’Itália - que cederia à faculdade toda a infraestrutura necessária, desde que as suas atividades não coincidisse com os horários das suas atividades escolares.

As relações estreitas com tais instituições de origem italiana dificultaram a concessão da autorização do Conselho Nacional de Educação para o funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia, pois já estava em curso a Segunda Guerra Mundial. Tal autorização só será concedida, após intensas negociações, em novembro de 1940, pelo Decreto-Lei 6486, para os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Neo-latinas e Letras Clássicas. O primeiro vestibular para ingresso nos cursos da Fafi é realizado em janeiro de 1941 e a abertura oficial das atividades acadêmicas dá-se no mês de março seguinte. Em meados de 1941 é encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde o pedido para o funcionamento dos cursos de Física, Química, História Natural, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia e Didática. Tais cursos passaram a funcionar já partir do ano seguinte, mas a autorização oficial só virá em 1947. As relações entre a Fafi, a Casa d’Itália e o Marconi, no decorrer da década de 1940, especialmente após o rompimento diplomático com os países do Eixo em 1942, tornam-se insustentáveis, diante do cenário mundial de rejeição ao nazi-fascismo.

A partir daquele ano estabelecem-se negociações com o governo do Estado para que este viabilize a continuidade dos trabalhos na Faculdade. O primeiro passo foi a transferência da Fafi para a Escola Normal Modelo (atual Instituto de Educação) até que, em dezembro de 1948, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais incorpora-se à UMG, que é federalizada em 1949 (Lei 971, de 16.12.49).

O afastamento em relação às entidades italianas coincide com a saída da órbita de influência da Igreja Católica. O arcebispo de Belo Horizonte, D. Cabral, que sempre preocupou-se em manter certo controle sobre a orientação dos cursos da Faculdade foi, a partir de então, encontrando maior resistência a tal objetivo. Somado a isso, tem início a expansão das universidades católicas no Brasil,



o que faz o arcebispado apoiar a iniciativa das irmãs do Colégio Santa Maria na organização de uma faculdade também voltada para o ensino de Ciências Humanas que será o embrião da Universidade Católica de Minas Gerais criada em 1958.

Durante a maior parte da década de 1940, os cursos da Fafi darão ênfase à preparação de pessoal para o magistério, “(...) em função do crescimento demográfico nos principais centros urbanos do estado”<sup>74</sup>. Não havia uma política de formação de pesquisadores, mesmo porque a faculdade nem dispunha, ainda, de instalações próprias e a infraestrutura necessária, reforçada pela pequena tradição do ensino superior brasileiro em relação à investigação científica.

Entretanto, com o fim da Segunda Guerra e da ditadura Vargas inicia-se um período de maior politização e democratização do país que se reflete na Fafi, especialmente após a incorporação à Universidade e a sua federalização. A criação da revista Kriterion, em 1947, é reflexo deste novo ambiente político e intelectual.

A partir de 1952 a Fafi passa dispor de instalações próprias (no Edifício Acaiaca) e, ainda que precariamente, de um espaço mais adequado para a biblioteca e os laboratórios próprios. Nesta década, os cursos ligados à ciência & tecnologia recebem incentivos e aportes financeiros das entidades ligadas à política nacional para esta área.

Assim, ao longo dos anos 1950 tem início a afirmação desses cursos, da investigação científica como objetivo fundamental da formação universitária, o que será consolidado na década de 1960

, com a mudança para Santo Antônio, para o prédio da Rua Carangola.

Para a Fafi, o desmembramento e a posterior saída das áreas de matemática, Física, Química, História Natural e Geografia - com a criação dos Institutos Centrais (1966)<sup>75</sup> -, e de Letras e Pedagogia significou alteração profunda em seu caráter de Universidade de Ciências - que a partir dos anos

---

<sup>74</sup>-HADDAD, M. L. A., *op. cit.*

<sup>75</sup>-VEIGA, L.; ALBANO, M. C.; SOMARRIBA, M. M. G.; BARBOSA, M. L. O., “UFMG: trajetória de um projeto modernizante”, *Revista do Departamento de História*, dez. 1987.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



1950, especialmente com incremento da pesquisa científica, começara a se consolidar<sup>76</sup>. Inclusive, vale ressaltar, o projeto original dos Institutos Centrais procurava tornar a Fafi o núcleo da Universidade, em virtude dos diferentes campos científicos que comportava. No entanto, as pressões das faculdades tradicionais fizeram com que o modelo adotado “desmontasse” a Faculdade de Filosofia<sup>77</sup>. Restaram para a Fafi - a partir de 1968, Fafich - os departamentos de Filosofia, Sociologia e Antropologia, História, Ciência Política e Comunicação.

Abandonada a idéia de se criar um Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, teremos nesse período o início das discussões sobre um Ciclo Básico de Ciências Sociais que somente será implantado [em meados da década de 70]. (...)

O esforço de dar organicidade à Universidade, de modo a ensinar, através da integração da unidade, a formação básica e profissional, foi o objetivo explicitamente buscado com a reforma, principalmente através da criação dos institutos centrais. (...)

[Na busca de tal objetivo, foram gerados alguns resultados não esperados, dentre eles], a desconexão, hoje quase completa, entre as áreas das chamadas Ciências Naturais e da Tecnologia, por um lado, e as áreas de Filosofia e Ciências Humanas, por outro. De acordo com um antigo colaborador de Aluísio Pimenta, abriu-se espaço para a pesquisa básica no ICEx e no ICB mas, ao mesmo tempo, a Filosofia e as Ciências Humanas perderam sua possibilidade de influenciar as Ciências Naturais e a área tecnológica<sup>78</sup>.

A nova estrutura universitária, que irá consolidar-se na década de 1970 se, por um lado, significou uma perda das características da Fafich tal qual o modelo de sua fundação, por outro, implicou também na irradiação da concepção universalista - e menos profissionalizante - do ensino superior para os demais setores da UMG (que a partir de 1965 passou a denominar-se UFMG):

Uma instituição como a Faculdade de Filosofia, cujo escopo é o estudo das ciências e da cultura (...), ao chegar a um certo grau de desenvolvimento, ou (...) se separa da Universidade, entrando em conflito com ela, ou então, vai modificar inteiramente a Universidade. E foi exatamente o que aconteceu quando a Faculdade de Filosofia se transformou nos Institutos Centrais. Houve a generalização da Faculdade de Filosofia em termos da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup>-VEIGA, L. (e outras), *op. cit.*

<sup>77</sup>-Cf. entrevista realizada por HADDAD, M. L. A. (*op. cit.*) com Aluísio Pimenta em 18.06.87.

<sup>78</sup>-VEIGA, L. (e outras), *op. cit.*

<sup>79</sup>-Entrevista com José Henrique Santos em 01.04.88, *in*: HADDAD, M. L. A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



A Faculdade de Filosofia veio alterar uma estrutura universitária bastante cômoda para as classes dirigentes. Enquanto a Universidade se compôs de escolas apenas profissionalizantes, baseadas na importação de conhecimentos, técnicas e know-how, a crítica aparecia mais como exceção do que como norma. É evidente que muitos espíritos críticos se formaram em tais escolas, mas é também verdade que a crítica geral das estruturas vigentes era puro acidente no funcionamento de tais instituições. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [depois, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas] a situação é, por definição, diferente: esta é uma escola que se destina à crítica, que tem de dar a seus alunos condições de pensarem a realidade com suas próprias cabeças, fora dos modos ufanistas; isto é, pensá-la de modo crítico, escalpelando-a quanto à sua estrutura e modo de funcionar. Este espírito hoje, para honra nossa e de toda a comunidade universitária, impregna toda essa comunidade<sup>80</sup>.

O momento de instalação da FAFICH no Santo Antônio (1961) é especialmente singular devido as grandes transformações que ocorriam no país e no plano internacional. Aconteciam movimentos de contestação aos valores capitalistas ocidentais, surgiam mudanças culturais e comportamentais diversas tais como: a contracultura, a explosão do rock, as rebeliões estudantis, a revolução sexual, as experiências alucinógenas e a espiritualização via religiões orientais.



Figura 14: Prédio Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Fonte: [FAFICH](#).

---

<sup>80</sup>-BESSA, Pedro Parafita, “Crítica e visão criadora da realidade” in: *UFMG: resistência e protesto*, Editora Vega, Belo Horizonte, 1979.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Tudo isso representava um grande avanço para a mentalidade cultural brasileira, sobretudo naquilo que colocava em xeque o autoritarismo e a exclusão social, política e econômica, marcos estruturais da nossa sociedade. Segundo Roberto Schwarz: “( ... ) o país estava irreconhecivelmente inteligente, surgia um novo vocabulário; ‘política externa independente’, ‘reformas estruturais’, ‘libertação nacional’, ‘combate ao imperialismo e ao latifúndio’”<sup>81</sup>.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que então estava em plena legalidade, com trânsito livre e franco acesso às instâncias legítimas do poder, discutia calorosamente as questões nacionais e as perspectivas de transformação que mobilizavam o país. A efervescência que pela primeira vez tomava conta do país refletia-se também no movimento estudantil: “(...) Brasil, primeiros anos da década de 60: talvez em poucos momentos da nossa história o que poderíamos chamar de “forças progressistas” tivessem se visto tão próximos do poder político.”<sup>82</sup>

O escalão avançado do movimento estudantil no Brasil pertencia a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e, em Belo Horizonte, contava com a efetiva participação dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais (mais tarde, FAFICH).

O caráter de universalidade, vicejante em razão dos diferentes campos do conhecimento que a faculdade abrigava, levava ao intercâmbio entre os alunos e estes descobriam que não era um ou outro curso em particular que não funcionava, mas toda a Faculdade, que carecia dos meios mais elementares para o ensino e a pesquisa, e ainda, era administrada por um grupo de “burocratas da cultura”, que controlavam a máquina administrativa da Universidade. “Dessa forma, ao verificarem que existia uma grande diferença entre a Universidade desejada no vestibular e a repartição encontrada, os estudantes se organizaram e começaram a pleitear melhorias para as condições de estudo.”<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup>-HOLLANDA, Heloísa Buarque de & Gonçalves, Marcos A., *Cultura e participação nos anos 60*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

<sup>82</sup>-HOLLANDA, H. B. de & GONÇALVES, M. A., *op. cit.*

<sup>83</sup>-POERNER, Arthur, *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1979.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Essas melhorias, conforme Darcy Ribeiro<sup>84</sup>, eram objetivo do governo Jânio Quadros recém-eleito (1961), que inclusive recomendou um Plano Nacional de Educação a Anísio Teixeira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada depois de mais de dez anos de disputa entre a reação, comandada por Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara que procuravam imprimir-lhe um caráter privatista, e os educadores liderados por Anísio Teixeira, que lutavam para forçar o Estado a assumir plenamente os seus deveres implantando um sistema público de educação popular responsável. Com o golpe militar de 31 de março de 1964 venceram os movimentos de caráter reacionário e antidemocrático.

(...) a classe média “silenciosa” se viu tomada por um turbilhão de preciosidades do pensamento doméstico: o zelo cívico religioso a ver por todos os cantos a ameaça de padres comunistas e professores ateus; a vigilância moral contra o indecoroso comportamento ‘moderno’ que, certamente incentivado por comunistas, corrompia a família; o ufanismo patriótico e depois... a agressão física.<sup>85</sup>

A Universidade Federal de Minas Gerais, como um todo, e a sua Faculdade de Filosofia em particular, estiveram, desde os primeiros dias do golpe de 1964, sob as miras e iras dos militares e civis seus associados que ascenderam, pelo uso da força, aos postos de mando do País. (...) Ainda em 1964, foi decretada a intervenção militar na Universidade, com o afastamento e substituição por um coronel do Exército de seu Magnífico Reitor Aluísio Pimenta (...)

Essas medidas visavam deter o processo de renovação do movimento estudantil e da Universidade em nosso país, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente:

Sindicatos sob intervenção, dirigentes operários presos, torturados, exilados; estudantes perseguidos nas ruas, encarcerados, expulsos de suas escolas, impedidos de participar de qualquer maneira na formação do projeto nacional; escritores obrigados, muitas vezes, para fugir à repressão, a encontrar formas de estilo capazes de transmitir, ainda que subliminarmente, sua mensagens; líderes religiosos, clérigos e leigos, submetidos a IPM's [inquéritos policiais militares], muitos também levados ao cárcere, alguns condenados a penas absurdas; representantes do povo arbitrariamente impedidos de exercer seus mandatos;

---

<sup>84</sup>-RIBEIRO, Darcy, *Aos trancos e barrancos - como o Brasil deu no que deu*, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>85</sup>-HOLLANDA, H. B. & GONÇALVES, M. A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



homens públicos suspensos em seus direitos políticos, forçados ao silêncio e ao exílio; o terror psicológico a pairar sobre o país inteiro ...<sup>86</sup>.

O movimento estudantil brasileiro se alia na condenação à forma autoritária do Estado brasileiro, denunciando o seu antinacionalismo. As reivindicações quanto a Universidade se aprofundaram, culminando com uma mobilização estudantil que empolgaria o País e que se irradiou a partir de Minas Gerais.

(...) na primeira quinzena de março, quando uma passeata em Belo Horizonte foi brutalmente reprimida pela polícia, que chegou mesmo a violar templos católicos, como a Igreja de São José, para espancar estudantes e mulheres, lá refugiados. Os espancamentos sofridos pelos jovens mineiros desencadearam passeatas estudantis de solidariedade no Rio, nos dias 19 (mais de três mil alunos) e 24 (cerca de cinco mil participantes) daquele mês, e em São Paulo, em 18 (dois mil estudantes), além de manifestações públicas em outros pontos do País, como nos Estados do Paraná e do Espírito Santo.<sup>87</sup>

Para os professores e lideranças comprometidas com a Universidade e para a própria instituição a nova ordem autoritária também logo se fez sentir:

Com a chegada ao poder do segundo marechal presidente começaram muitos, tudo o indica, a preparar, pela fabricação de incidentes, o endurecimento do regime. 1968 foi um ano agitado. A insatisfação estudantil, compartilhada por muitos docentes, atingiu ponto culminante em todo o mundo. Desde 1967 haviam começado as ativas resistências dos estudantes norte-americanos à guerra do Vietnã, com passeatas, levantamentos de fundos, fugas ao recrutamento militar, ocupações de escolas e muitas outras medidas de natureza semelhante. Em maio de 1968 houve o levante universitário francês. O Brasil não está no empíreo, mas na Terra e dela faz parte. Assim, esse espírito contestatário e libertário e de mudança, que foi um verdadeiro *zeitgeist* da juventude da época, também apareceu no Brasil. E isso é perfeitamente compreensível se considerarmos que a situação política de nossa terra apresentava muitas situações capazes de funcionar como caldo de cultura dessa insatisfação coletiva. E, essa é opinião minha, os que queriam, sempre quiseram desde 1964, um regime bem duro e fechado, dos tipos fascistas de Salazar e de Franco, tiveram muitos incidentes com que justificar medidas contra as universidades, como condições propícias para armar outros tantos propositadamente. Foram criados conflitos, repito, foram criados e não aconteceram por mera dinâmica dos fatos, em muitas universidades com a conivência e, possível até, sob a direção desses grupos inseridos no governo. A Universidade de Brasília foi invadida, a nossa Escola foi cercada (...). Ela foi objeto

---

<sup>86</sup>-MATA-MACHADO, Edgar de Godói da, Diário do Congresso Nacional, discurso publicado em 30 de março de 1967.

<sup>87</sup>-POERNER, A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



de intervenção direta. A Reitoria se colocou ao lado da unidade ferida, o Reitor fez suas as vozes desta Escola, e também, em pouco tempo, a intervenção foi suspensa e o militar interventor que aqui esteve a dirigí-la entregou-a novamente a seus legítimos dirigentes e representantes(...). Nesses primeiros tempos que se seguiram ao golpe de 1964 a Universidade Federal de Minas Gerais, como de resto as outras do país, foi colocada sob suspeita. Inúmeros professores e alunos foram perseguidos, alguns lograram esconder-se, outros foram presos e humilhados em sua dignidade humana e de docente e discentes. Seus crimes? Pensarem diferente da nova ordem que, pela força, se instalava<sup>88</sup>.

O psicanalista Hélio Pellegrino, mineiro, integrante dos principais movimentos intelectuais então surgidos, também faz relato acerca do fechamento do regime no final da década de 1960:

(...) foi uma declaração de guerra aos estudantes e ao povo. Em toda a história brasileira, nunca houve um fechamento tão brutal. O movimento estudantil ficou totalmente quebrado. De seus restos nasceu a tentativa heróica - embora precipitada - da luta armada. 'Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil'. Nossos melhores jovens resolveram viver, na carne, a letra do hino (...). Os estudantes se organizaram a partir de suas reivindicações concretas. A classe média, aos poucos, os acompanhou. A esperança era de que a classe operária pudesse despertar, e engrossar suas fileiras. Não se conhecia, na verdade, até que ponto a repressão havia esmagado essa possibilidade, tornando-a inviável. Nesta medida o movimento esgotou-se, e a luta armada, carente de apoio logístico por parte do povo, marchou para o holocausto<sup>89</sup>.

A então estudante Inês Ettienne Romeu, aluna do curso de História da Faculdade de Filosofia na UFMG, entre os anos de 1965 a 1968, ameaçada de prisão, passou a atuar na clandestinidade pela organização Vanguarda Popular Revolucionária. Presa em 5 de Maio de 1971, foi condenada à prisão perpétua, mas teve sua pena reduzida e saiu da prisão em 29/08/1975. Tendo testemunhado e vivido as agruras deste período, descreve suas experiências:

Em 1966, estudante de História da UFMG, não participava diretamente a nível de liderança nas entidades, a não ser como Presidente do Centro de Estudos Históricos, pôr essa época que se realizou, em Belo Horizonte, o Congresso Nacional da UNE, clandestinamente no convento dos padres franciscanos. O Congresso foi descoberto pela polícia política, mas houve tempo hábil para uma retirada organizada. Lá encontravam-se centenas de estudantes de todo o País, e, de uma hora para outra, tornou-se necessário escondê-los e alojá-los, para evitar prisões. Participei febrilmente de tais arranjos e, em casa de minha mãe, "guardei" dois

---

<sup>88</sup>-BESSA, P. P., *op. cit.*

<sup>89</sup>-HOLLANDA, H. B. & GONÇALVES, M. A., *op. cit.*

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



estudantes gaúchos. Na lembrança de fatos como esses, registrei a grande solidariedade que permeava todas as nossas atividades. Nós nos gostávamos e nos respeitávamos, mesmo que houvessem divergências políticas. Havia uma grande alegria de viver e de fazer o que estávamos fazendo. Com o decorrer do tempo, as características específicas do ME iam perdendo os seus contornos, e colocava-se a necessidade de alternativas de luta, ou seja, o movimento estudantil, enquanto tal, não teria a necessária força de pressão; cabia-lhe juntar-se à prática de outros movimentos, no campo e na cidade, articular-se com operários e camponeses. Mas as coisas não eram simples e fáceis. Frente a uma realidade extremamente complexa a esquerda dividia-se e multiplicava-se; no final de 1967 ruía o PCB sob o peso da proposta da luta armada, e também assim a POLOP e a AP, duas outras grandes organizações políticas. Sobrevieram as organizações armadas, entre as quais a VPR, da qual participei. Houve um reflexo imediato na área estudantil e, para muitos, a Escola era um grande celeiro para o recrutamento de combatentes para a luta guerrilheira que se anunciava. Respondia-se à violência com a violência. Em 13 de dezembro de 1968, o AI-5, o dictatus definitivo dos militares, colocou um pá de cal em todas as veleidades da luta e resistência pacíficas. E a guerrilha urbana eclode no final de 68, tempo em que passamos a estabelecer as condições para a guerrilha no campo, sendo o exemplo mais notável o do Vale do Ribeira, se não entrarmos em consideração sobre a guerrilha do Araguaia, que tem uma história diferente dos demais movimentos. O período de duração da luta armada estende-se até 1974. Calou-se o movimento estudantil, calaram-se todas as entidades de massa. Quando, na prisão, tive notícia do ressurgimento da luta dos estudantes, em 1977, ocorreu-me o pensamento de que este movimento não ressurgiu das cinzas, pois não sobraram cinzas. Ele surgiu novo e engatinhando, descobrindo pôr si mesmo as novas condições de luta. Daí a sua fraqueza, daí sua força<sup>90</sup>.

Em 1968, ano em que os embates entre universitários e militares atingiu seu ponto culminante, a rotina do bairro Santo Antônio foi brutalmente alterada pela invasão do prédio da Fafich. Segundo relatam os jornais da época, “*Sessenta soldados da política militar e mais 40 policiais do SNI e do DOPS invadiram a Faculdade de Filosofia da UFMG, depois de uma denúncia telefônica recebida pelo SNI de que estava havendo, no interior da escola, o primeiro dia do congresso da UNE.*”<sup>91</sup> Neste acontecimento, vinte universitários e secundaristas foram presos. A escola foi totalmente cercada, sendo que ninguém pôde passar pelo quarteirão e nem circular de carro pela região. Com a

---

<sup>90</sup>-HOLLANDA, H. B. & GONÇALVES, M. A., *op. cit.*

<sup>91</sup> *Diário de Minas*. Domingo, dia 06 de outubro de 1968. Pg. 8.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



movimentação de policiais “na rua Carangola, os vizinhos formavam “ bolinhos para comentar o caso”<sup>92</sup>.



Figura 15: Tropas policiais invadem o antigo prédio da FAFICH, na rua Carangola, 1968. Fonte: Acervo Projeto República/UFGM.

Como espaço de resistência dos estudantes, professores e do livre pensar, a FAFICH participou ativamente da redemocratização do país. Na década de 1980, a luta pelas “diretas já” contou com a adesão do movimento estudantil, que se rearranja, sob a influência da criação do Partido dos

---

<sup>92</sup> Op. Cit.



Trabalhadores e a legalização dos Partidos Comunistas. A derrota dos partidários das eleições diretas para Presidente da República não arrefeceu os ânimos dos estudantes, que criam o lema de toda a década na Universidade: “de reitor a presidente, quem escolhe é a gente”. O “Bar do Gordo”, reduto dos “faficheiros”, era o ponto de encontro dos ativistas políticos, dos “porra-locas” e de todos os que, às vezes ou sempre, preferiam uma cerveja gelada à sala de aula.

Em todas as campanhas eleitorais dos anos 1980 a FAFICH organiza comitês, debates com os candidatos e com as principais lideranças políticas de esquerda do país. Os estudantes também se engajam em movimentos de luta pela moradia estudantil na UFMG, pela qualidade dos “bandeijões” da Universidade e pela melhoria e democratização do ensino. Os “faficheiros” estão também presentes nos comitês pró-participação popular na constituinte e, de modo especial, na campanha presidencial de 1989. Nestas eleições, o “comitê pró-Lula FAFICH” reuniu todas as tendências e partidos presentes na Faculdade e foi eleito, pela imprensa de Belo Horizonte, como o comitê mais organizado e participante da cidade. Em reportagem da Revista Veja, de 24/09/89, sobre a campanha presidencial na Universidade brasileira, o comitê da Fafich foi mencionado especificamente.

Entretanto, a despeito dessa grande atividade política, as eleições para o Diretório Acadêmico e para os Centros de Estudos não eram muito disputadas. Várias vezes havia uma única chapa concorrendo, ou no máximo duas, que não se distinguiam profundamente em termos de perfil político ou de propostas de atuação. Muitas foram as explicações para essa certa monotonia eleitoral estudantil, que não se verificava em outras unidades da Universidade, tais como a Faculdade de Direito e a de Medicina. De acordo com alguns, isso se devia ao fato dos cursos da FAFICH terem ainda um grande conteúdo profissionalizante, de modo que os estudantes não possuíam grande comprometimento com as questões mais prementes da Universidade, embora se engajassem nos movimentos de caráter mais geral, ligados ao panorama político nacional. Outros avaliavam que era o movimento estudantil como um todo que havia se transformado, com a massificação do ensino superior. De acordo com essa visão, o movimento estudantil da década de 1960 e 1970 foi viabilizado pelo fato dos então estudantes universitários serem oriundos de camadas sócio-econômicas mais elevadas e não terem outros compromissos que não o estudo,

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



podendo se dedicar *full-time* ao movimento. Soma-se a isso o contexto repressivo da época, que não deixava outra alternativa para os partidários da democracia. No período pós-ditadura, restava o vazio ideológico, como bem expressou Cazuza: “ideologia, eu quero uma prá viver”. A despeito de ainda não nos encontrarmos sob um regime democrático consolidado, o “inimigo” não mais estava claramente identificado. Talvez Gabeira tenha conseguido captar, tal como Cazuza, o espírito da década de 1980 no Brasil, quando afirma que

Sem grandes cenários, não há grandes heróis. Tudo se resume também em aceitar o verdadeiro papel e tentar sobreviver a partir dele, sobreviver num tempo em que, de fato, as coisas mudam velozmente, mas não as coisas que nós gostaríamos de ver mudadas velozmente - os tempos da história não são os tempos da nossa fantasia. (...) A História triturou nossos sonhos. Nada nos impede de abraçar outros e continuar avançando da única maneira que nos foi dado avançar - através da constante superação de nossas ilusões<sup>93</sup>.

Outra possibilidade analisada é a de que, na FAFICH, em razão dos próprios cursos - Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, Ciência Política, Comunicação e História -, o aluno teria uma postura mais crítica diante da realidade política e haveria um certo consenso de esquerda na Faculdade - o que não ocorre na Direito, nem na Medicina, por exemplo -, sem possibilidade de existir um projeto de direita organizado que a ele se contrapusesse, o que tornaria os órgãos estudantis mais disputados, segundo essa perspectiva.

No final dos anos 1980, logo após o fim da campanha eleitoral da qual a Frente Brasil Popular saiu derrotada, os estudantes se viram diante da iminente mudança da FAFICH para o *campus* da UFMG na Pampulha. O início da construção do prédio no *campus* datava do final da década de 1970, mas só na segunda metade da década seguinte a conclusão da obra foi levada adiante. Até então, havia a expectativa de que a mudança não seria viável. Os estudantes eram francamente contrários à ida para a Pampulha e vários foram os protestos nesse sentido, afirmando que se tratava de uma estratégia de desmobilização política, ao se retirar a Universidade - e particularmente a FAFICH - daqueles locais onde ela estava integrada à comunidade. Para minimizar tais protestos, a mudança

---

<sup>93</sup>-GABEIRA, Fernando, *Nós que amávamos tanto a revolução* - diálogo Cohen Bendit/Gabeira, Rocco, RJ, 1985. Ver também, sob o mesmo título, COHN-BENDIT, Dany, Brasiliense, SP, 1987.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



se deu durante as férias de janeiro e os estudantes não conseguiram a mobilização necessária para, se não a impedir, pelo menos participar mais ativamente da definição de outros usos compatíveis com a história política e cultural do prédio da Carangola. Existiam várias entidades interessadas em ocupar o prédio, faculdades privadas, supermercado, Prefeitura. Ainda que a mobilização dos estudantes não tenha sido significativa, talvez tenha sido determinante na consolidação da orientação de que o prédio deveria ter um uso cultural. Nesse sentido, a área foi dividida entre a própria UFMG, que ficou com o “Coleginho” (onde funcionava uma parte do curso de Psicologia) e a área adjacente para uso do Teatro Universitário, e a Prefeitura de Belo Horizonte, que ali instalou a Biblioteca Infantil e Juvenil e algumas salas de aula.

Neste período, passa a funcionar também no prédio da Rua Carangola a Comuna S/A. A Comunidade Santo Antônio, foi fundada no final dos anos 1980, desenvolvendo projetos culturais e educacionais. Funciona no subsolo do prédio da antiga Fafich, na Rua Carangola, 288.

Durante a gestão da Frente BH Popular na Prefeitura, o prédio da FAFICH teve seu uso revitalizado, com o incremento do acervo da Biblioteca Infantil e Juvenil e a instalação, no local, de vários órgãos da Secretaria Municipal de Educação. Para atender as novas necessidades de uso do edifício ele foi reformado, respeitando o projeto original que não havia sido concluído, mantendo-se os oito andares projetados e as cores das fachadas. A nova pintura do prédio procurou não apagar as marcas deixadas pelos diversos movimentos que ali vivificaram, especialmente durante o período de insubordinação à repressão da ditadura militar. As diversas palavras de ordem e os lemas da época, grafitados nas paredes, foram mantidas na fachada posterior da edificação: “Em todos os discursos destacou-se o fato de terem sido preservadas, na fachada interna, as antigas pichações feitas pelas chapas do DCE durante o regime militar, apesar do prédio ter recebido nova pintura”<sup>94</sup>.

Sobre esse respeito à memória do lugar, bem descrevem a diretora e o vice-diretor da FAFICH no *campus*:

Rua Carangola, 288, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte. Este endereço, tão caro à nossa memória, hoje transformado em Escola Pública Municipal abrigou, do início

---

<sup>94</sup>-ICH - Informativo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, nº. 23, 1a. Quinzena, BH, agosto de 1996.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



da década de 60 até o ano de 1989, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Minas Gerais, homenageada no último dia 12 de agosto pela professora Glauro Vasquez de Miranda, secretária de Educação da PBH.

Fundada em 1939, a FAFICH colaborou decisivamente para a consolidação efetiva, entre nós, da idéia de Universidade. Uma Universidade tem início quando são criadas as condições para as exigências do conhecimento possam sobrepor-se ao imediatismo da sociedade e do mercado e quando o conhecimento é tanto pensado como buscado à luz de uma concepção geral de homem e de sociedade. Tendo esta meta como horizonte, a FAFICH/UFGM estabeleceu uma identidade e, em seguida, ao longo dos anos 60, exemplificou reiteradamente a junção da reflexão atenta e do entusiasmo pela ação modificadora da realidade. Também nós, em Belo Horizonte, tivemos o nosso 1968 e ele ocorreu, de forma quase ímpar, na nossa Universidade, no endereço da Rua Carangola, onde estudantes e professores reafirmaram seu compromisso com os valores da liberdade e da transformação social.

Com a intensificação da repressão a partir do final de 68, a Universidade brasileira e de resto toda a Nação foram duramente atingidas. Começava uma outra época. Impossibilitados os sonhos dos anos 60, a Universidade voltou seu olhar para dentro. Foram anos de resistência e solidificação, nos quais uma página da história foi virada. A introspecção das universidades, o crescente endurecimento político, arrefeceram, sem bloquear inteiramente, o tom predominantemente rebelde e inseparável de uma Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Contra o tempo e contra a corrente, de modo fragmentado, o homem e sua inserção social permaneceram como o atrator da investigação.

Do espírito da velha Fafich, da Rua Carangola, permanece o compromisso com a criatividade e a liberdade, valores fundamentais da instituição universitária, impedindo que nos conformemos à ação do tempo - tempo hoje difícil para as universidades públicas com as ações implementadas pelo governo federal de verbas escassas e baixos salários.

Hoje a esperança se reafirma. A manutenção daquele espaço como escola pública, atendendo a população de nossa cidade, na expressão mais efetiva do compromisso com a educação pública, gratuita e de boa qualidade, reafirma, de forma contundente, a relação entre o passado carregado de sonhos e ações libertárias e um futuro que, apesar de todas as incertezas não pode ser marcado pelo pensamento da impossibilidade, mas, pelo contrário, dos sonhos e utopias de nossos mestres, preocupados em resgatar a humanidade do homem<sup>95</sup>.

Nos anos de 1980, o bairro Santo Antônio vivenciou a chegada dos bares que se concentraram, principalmente, na Rua Congonhas e que transformaram o cotidiano dos moradores. A chegada dos bares também colaborou para o processo de substituição da ocupação de várias casas, antes apenas residências. Se, durante o dia, o Santo Antônio ainda guardava os ares de bairro residencial, ostentando antigas casas construídas nos anos 1930 e 1940, de noite, essas mesas “casinhas”

---

<sup>95</sup>-NEVES, Magda & FENATI, Ricardo, “FAFICH: esperança reafirmada”, in: *Estado de Minas*, 19/08/96.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



abriam suas portas para a boemia e a agitação da vida noturna. Essa alternância de uso tornou-se, por sua vez, uma marca registrada do bairro que, a partir de então, passa a fazer parte do circuito de bares de Belo Horizonte.

Um dos estabelecimentos mais emblemáticos desse circuito etílico-cultural no bairro Santo Antônio foi o Bar do Lulu. Criado em dezembro de 1981 por Luís Sérgio Ruas, mais conhecido por Lulu, o bar funcionou por 18 anos sempre no mesmo endereço, isto é, Rua Congonhas com Leopoldina. Além de ter se tornado, rapidamente, o ponto de encontro dos notívagos de Belo Horizonte, colaborou para aumentar a mística do local, o fato de Guimarães Rosa ter residido por algum tempo na edificação que abrigou o bar.



Figura 16: Antigo Bar do Lulu. Fonte: Google *Streetview*, 2022.

Nesse sentido, observa-se uma transformação da paisagem do bairro Santo Antônio. As edificações residenciais unifamiliares de baixa altimetria foram cedendo lugar a edificações multifamiliares, cada vez mais altas. Isso demonstra como a ocupação da cidade é um organismo vivo e os espaços vão se tornando cada vez mais heterogêneos. Além disso, observa-se também que os usos das edificações foram se alterando ao longo do tempo. Composto inicialmente por edificações

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



residenciais unifamiliares, grande parte dos remanescentes do início do bairro passaram a abrigar estabelecimentos comerciais, o que traz uma nova dinâmica para a circulação de veículos e pedestres. Todas essas modificações, no entanto, não alteraram a principal característica do bairro que permanece residencial o que é favorecido por sua proximidade com a região central da cidade.



### 3. O BEM CULTURAL

A rua Paulo Simoni localiza-se nos limites do bairro Santo Antônio, paralela à rua Viçosa. A via recebeu esse nome em homenagem ao empresário e industrial Paulo Simoni, imigrante italiano, natural da região de Comacchio. Simoni chegou ao Brasil em 1882, ainda criança, juntamente com outros dois irmãos, para se reunir ao pai e a irmã casada, que haviam se estabelecido no Rio de Janeiro. Na então capital do país trabalhou em um moinho de trigo.

Dez anos mais tarde, após ser vitimado pela febre amarela, transferiu-se para Juiz de Fora e iniciou suas atividades comerciais e industriais. Passou a dedicar-se à venda de gêneros alimentícios e, mais tarde, fundou uma pequena fábrica de massas. Posteriormente, assessorado por um químico alemão, organizou uma fábrica de vinhos e licores finos. Além disso, abriu para os irmãos uma charutaria e um armazém.

O sucesso dos empreendimentos levou Paulo Simoni a alçar outros voos. Em busca do que havia de mais moderno na Europa, vendeu suas fábricas e conseguiu os recursos necessários para uma viagem ao velho continente. Era 1907 e o percurso escolhido passava pela Itália, Suíça, França e Alemanha. Nesses lugares, adquiriu maquinário para a produção de massas, licores, refrigerantes e cervejas, além de equipamentos para os setores de cerâmica e marmoraria.

De volta ao Brasil, decidiu-se por não mais retornar para Juiz de Fora. Assim, enquanto aguardava a chegada de seus equipamentos, estabeleceu-se em Barbacena com planos de conseguir incentivos municipais para seu novo empreendimento. No entanto, em visita à Belo Horizonte, percebeu que a jovem capital era o lugar propício para a instalação de seus negócios, já que não havia recebido nenhum retorno das autoridades de Barbacena.

Vale destacar que o então prefeito Bernardo Monteiro, por meio do Decreto n. 1.516, de 2 de maio de 1902, havia instituído uma política de incentivos ao desenvolvimento industrial. Isso foi fundamental para a instalação de diversas indústrias na capital mineira, bem como pela definição de Paulo Simoni por esta localidade. O decreto previa doações de terrenos, isenção de impostos e fornecimento gratuito de energia elétrica. As indústrias geralmente se fixaram na Praça da Estação,

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



primeira região industrial da cidade, atraídas pela facilidade de transporte de matérias primas e equipamentos.

Sendo assim, Simoni adquiriu terrenos próximos à Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, na rua da Estação, 446 (mais tarde rua Aarão Reis, 500) e fundou o Estabelecimento Industrial Mineiro<sup>96</sup>. Apesar das instalações destinadas a destilaria, massas, tintas de escrever e bombons não estarem concluídas, instalou provisoriamente um motor a vapor para viabilizar a produção.<sup>97</sup> Vencidas as dificuldades iniciais de transporte do equipamento importado da Europa, seu empreendimento começou a prosperar já em 1909.



Figura 17: Estabelecimento Industrial Mineiro. Fonte: [Cervejaria Gambrinus](#)

Sua linha de produtos, bastante diversificada, obedecia aos rigores dos processos mais aperfeiçoados à época, acionados por maquinismo moderno e um motor elétrico. Empregando cerca de quarenta pessoas, fabricava: massas brancas e amarelas, cervejas, águas minerais, licores

<sup>96</sup> É provável que isso tenha acontecido entre 1907 e 1908. Sabe-se que em 1908, Paulo Simoni se casou com Emma Mellis Belgrano, com quem mais tarde teve seis filhos.

<sup>97</sup> Obteve junto à Prefeitura a concessão de outro terreno, dessa vez de 5.400 metros quadrados, por um prazo de 10 anos, situado nas proximidades da Estação, para a construção de um moinho de trigo. Porém, por questões alheias a sua vontade, não conseguiu efetivar a produção.



## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

de sabores variados, vinho branco, vinagre, chocolate, doce, cigarro e charuto. Dedicava-se também a produção de fubá e a refinação de sal, além de ser o pioneiro na fabricação de confete no Estado.

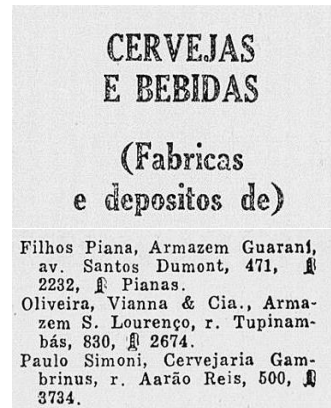


Figura 18: Anúncio no Almanack Laemmert, de 1914 e de 1936. Fontes: [Cervejaria Gambrinus](#) e [Almanack Laemmert](#).

O estabelecimento tinha um grande salão, no qual ficava o depósito das massas alimentícias, e outro, no qual era feito o acondicionamento e o depósito de sacos<sup>98</sup>. Já a fábrica de cerveja, que levava o nome de Cervejaria Gambrinus, dispunha de destiladores, esfriadores e uma grande caldeira<sup>99</sup>, na qual era produzidas as marcas "Excelente", "Pretinha" e "Gambrinus".



Figura 19: Rótulo das cervejas produzidas no Estabelecimento Industrial Mineiro. Fonte: [Cervejaria Gambrinus](#).

<sup>98</sup> Possuía uma produção mensal de aproximadamente 30.000 Kg. de massas, utilizando prensas duplas, prensas para massas finas e amassadeiras automáticas.

<sup>99</sup> A caldeira possuía capacidade para 2.000 litros, o que garantia uma produção mensal de 12.000 garrafas.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



A destilação do vinagre e demais bebidas era feita por diversas máquinas e filtros, utilizando como matéria-prima apenas aguardente fermentada com açúcar de cana. Dentre as outras bebidas produzidas na fábrica desacatam-se xaropes, laranjinhas, aniz, biter, fernet e vermouth.



Figura 20: Estabelecimento Industrial Mineiro, nos anos de 1930. Fonte: [Cervejaria Gambrinus](#).

O Paulo Simoni, bem como o Estabelecimento Industrial Mineiro, ficou conhecido em todo o país pelos produtos que eram exportados não só para o interior mineiro como para outros Estados.<sup>100</sup> Além disso, o industrial recebeu inúmeras premiações em exposições nacionais e internacionais.

Ao que tudo indica, Paulo Simoni diversificou ainda mais sua produção ao estabelecer uma fábrica de cerâmica na avenida do Contorno, 6507, nas imediações do Instituto Padre Machado e da rua que hoje leva seu nome. Conforme observa-se na conformação do bairro Santo Antônio, já havia ali outra fábrica que também voltada para esse ramo a Fábrica de Cerâmica Poni & Josué, fundada por José Poni e Josué Pezzi em 1900.<sup>101</sup>

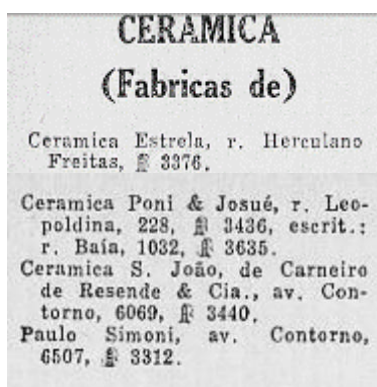


Figura 21: Anúncio no Almanack Laemmert, de 1936.

<sup>100</sup> PEREIRA, p.8.

<sup>101</sup> PEREIRA, p.8.



## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

Em 1941, pouco antes de falecer, Paulo Simoni mudou o nome de sua empresa para Indústrias Reunidas Paulo Simoni Ltda.

As informações históricas obtidas sobre a edificação localizada à Rua Paulo Simoni, 123, baseiam-se principalmente no registro do imóvel disponibilizado pelo proprietário<sup>102</sup>, bem como a análise da ficha de obra e do projeto arquitetônico aprovado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Ao que tudo indica, a primeira proprietária do lote teria sido a senhora Maria da Conceição Freitas, mas não foi possível saber quando isso aconteceu.

A senhora Maria da Conceição teria encomendado a Henri (ou Henrijs) Friedlaender ( - ) o projeto de uma edificação residencial unifamiliar de um pavimento com área de 248 m<sup>2</sup>, garagem e dependência ou porão de 81 m<sup>2</sup>. Em 10 de setembro de 1964, a proposta (projeto nº 749, processo 22.816/64) foi aprovada, conforme a ficha de obra 21937. A construção, realizada por Antônio M Freitas, iniciou-se em 13 de outubro de 1964, foi concluída em 1965, com baixa concedida em 2 de agosto de 1967.

---

<sup>102</sup> Observa-se que a primeira entrada do registro disponibilizado só acontece em 2010 o que nos permite inferir que o imóvel não havia sido registrado anteriormente.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



|                            |     |                 |          |                             |      |                              |            |
|----------------------------|-----|-----------------|----------|-----------------------------|------|------------------------------|------------|
| seção                      |     | 2ª suburbanica. |          | quarteirão                  | 4-17 | lote                         | 19-A-21937 |
| rua                        |     | Paulo Simoni    |          | n.º 123.                    |      |                              |            |
| proprietário               |     |                 |          |                             |      |                              |            |
| Moana da Conceição Freitas |     |                 |          |                             |      |                              |            |
| autor do projeto           |     | carteira        |          | procedimentos               |      | data                         |            |
| Henri Friedlander          |     | 2370-D          |          | Proc. 29667/64              |      | 2919164                      |            |
| construtor                 |     | carteira        |          | início                      |      | data                         |            |
| Antônio J. Freitas         |     | 7835-D          |          | Proc. 22816/64              |      | 131X164                      |            |
| alvará                     | n.º | data            | processo | croquis alinhamento e nível |      | data                         |            |
|                            | 749 | 14/9/64         | 22816/64 | —                           |      | 1 1                          |            |
|                            | —   | 1 1             | —        | verificação de alinhamento  |      | Proc. 8784/65 cont. 5 15 165 |            |
| novo alvará                | n.º | data            | processo | topografia                  |      | resultado                    |            |
|                            | —   | 1 1             | —        | alinh. (Rua asfaltada)      |      | —                            |            |
|                            | —   | 1 1             | —        | topógrafo                   |      | —                            |            |
|                            |     |                 |          | pedido                      |      | data                         |            |
|                            |     |                 |          | 22816/64                    |      | 1519166                      |            |
|                            |     |                 |          | concessão                   |      | habite-se                    |            |
|                            |     |                 |          | -9-8-67-                    |      | -2-8-67-                     |            |

Figura 22: Ficha de Obra, frente. Fonte: SMPU.

|                                             |                                         |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------|
| natureza da obra                            | área                                    |
| Residência                                  | 248 m <sup>2</sup> no 1º andar - Gradil |
| perdo                                       | dependência                             |
| 8/m <sup>2</sup>                            | —                                       |
| garage                                      |                                         |
| —                                           |                                         |
| observações: cálculo pelo proc. 29667/64 af |                                         |
| anotação, por falta de início, em           |                                         |
| 23.9.64 - cálculo anexo do (Mo. 6-5-65)     |                                         |
| -Baixa anotada por: Genê                    |                                         |

Figura 23: Ficha de Obra, verso. Fonte: SMPU.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Cabe destacar que Henri (ou Henrijs) Friedlaender ( - ) foi autor de outros projetos na cidade, alguns deles já tombados outros com processo de tombamento aberto: terceiro projeto de modificação do bem cultural à rua Carvalho de Almeida, 398; Sinval de Sá, 422; coautor do Edifício Panorama; anexo de dois andares, ligando o Sulacap ao Sulamérica; Galeria do Ouvidor, entre outros.

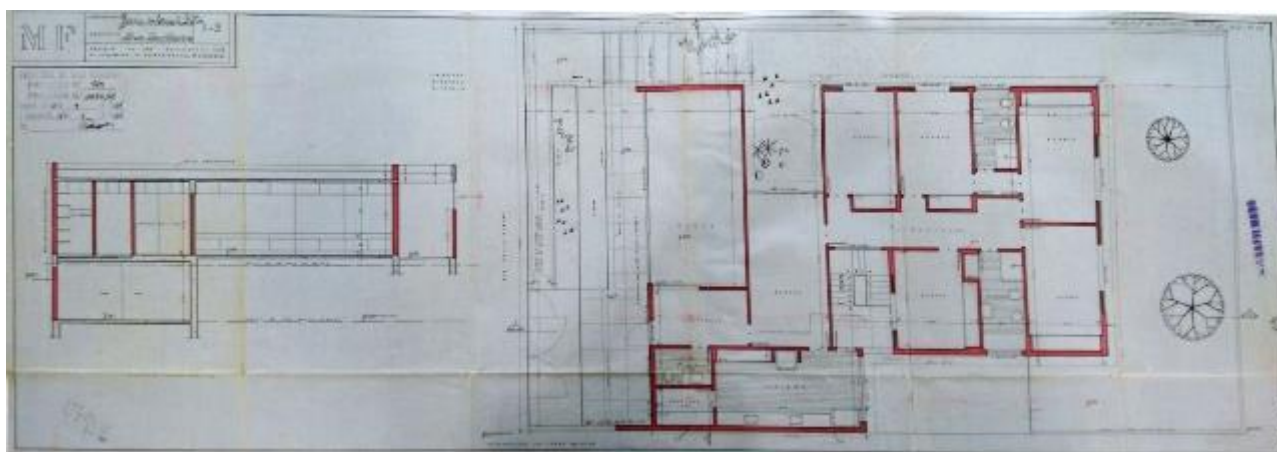


Figura 24: Projeto de casa uma residência para o lote - 19 A - quarter 4 A – 2ª Suburbana. Prancha 1/3. Fonte: APCBH.

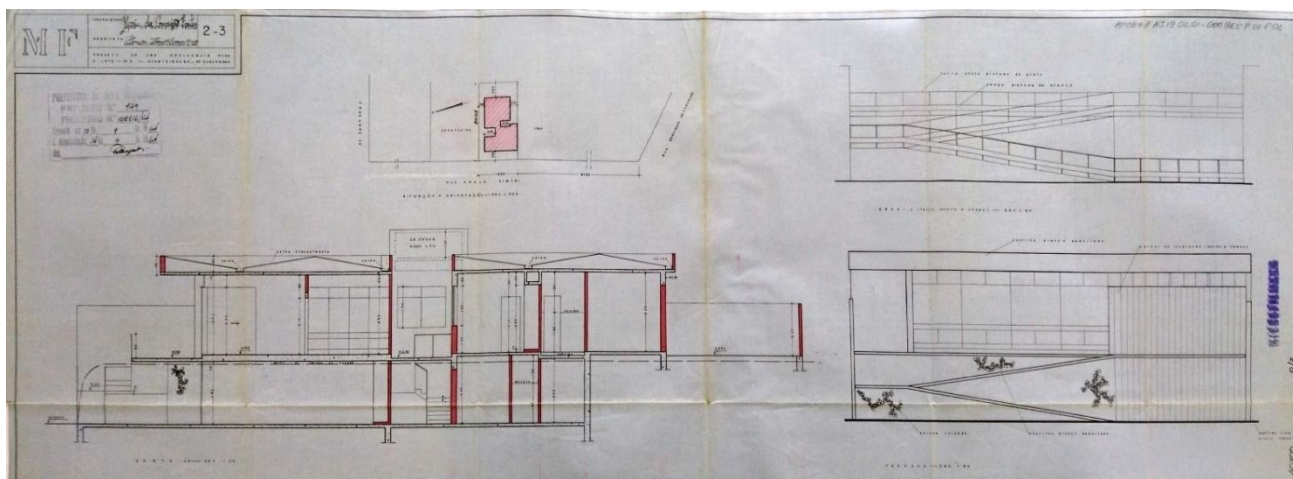


Figura 25: Projeto de casa uma residência para o lote - 19 A - quarter 4 A – 2ª Suburbana. Prancha 3/3. Fonte: APCBH.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

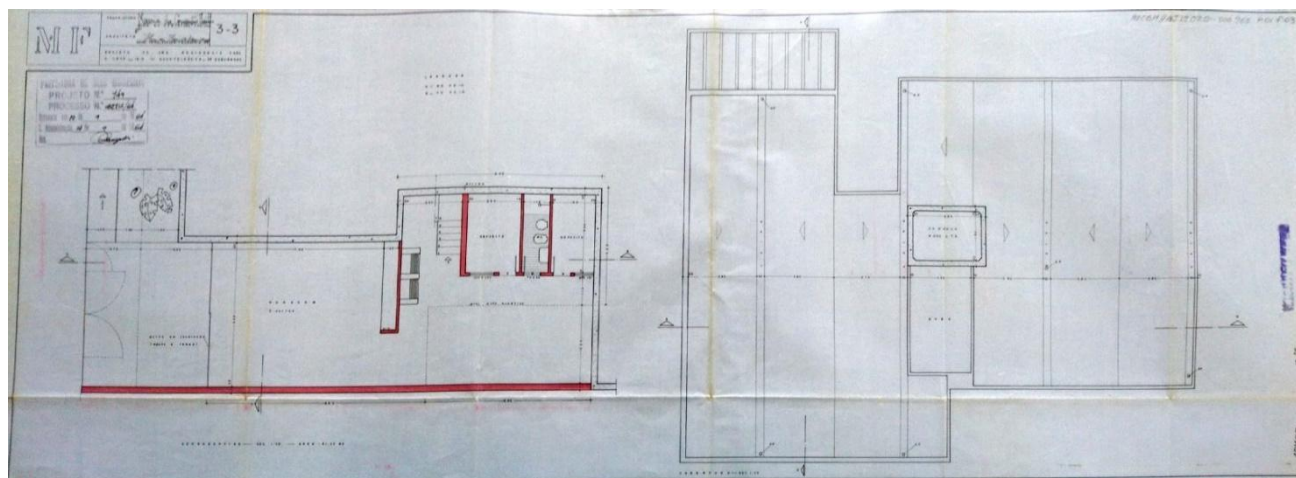


Figura 26: Projeto de casa uma residência para o lote - 19 A - quarteirão 4 A – 2ª Suburbana. Prancha 3/3. Fonte: APCBH.



Figura 27: Detalhe do projeto arquitetônico com assinatura da proprietária senhora Maria da Conceição Freitas e do arquiteto Henri Friedlaender. Fonte: APCBH.

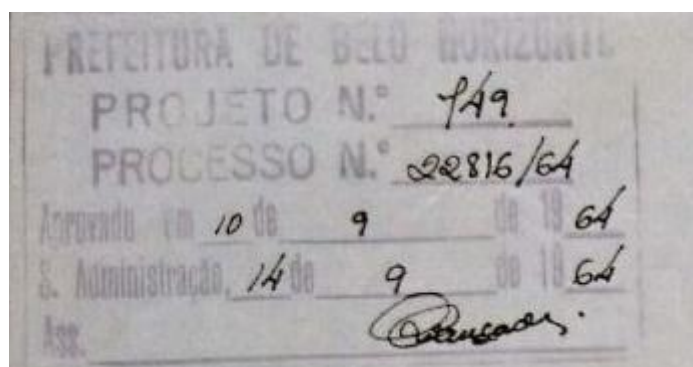


Figura 28: Detalhe do projeto arquitetônico com a aprovação do projeto. Fonte: SMPU.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

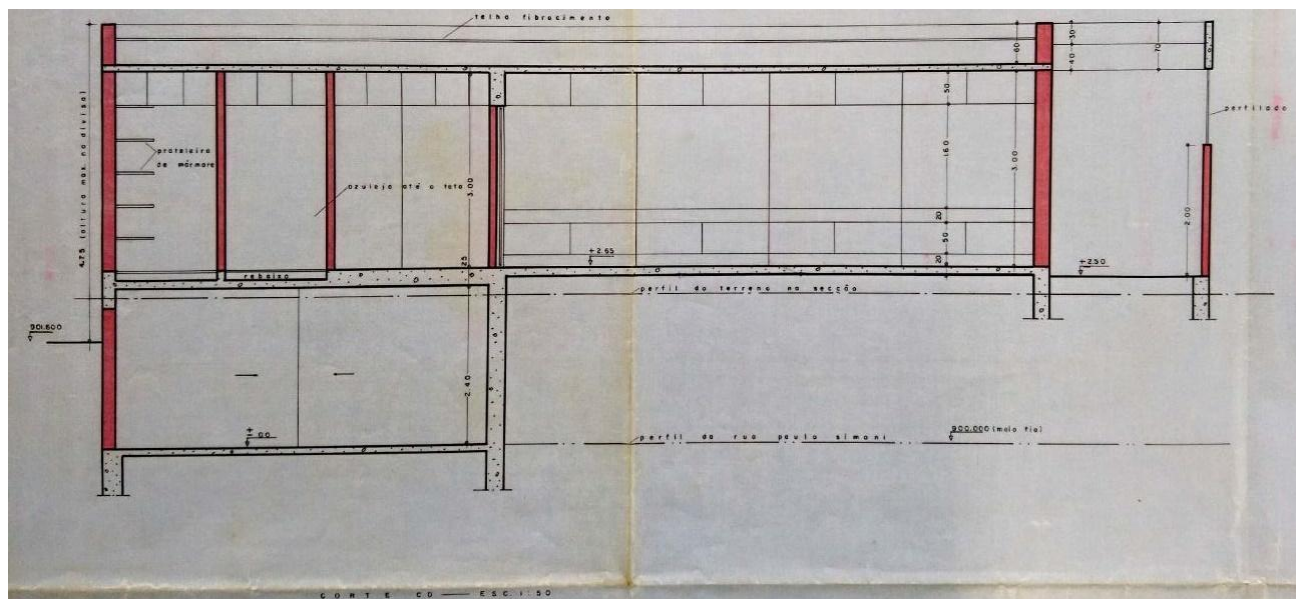


Figura 29: Corte CD da edificação. Detalhe da prancha 1 de 3. Fonte: APCBH.

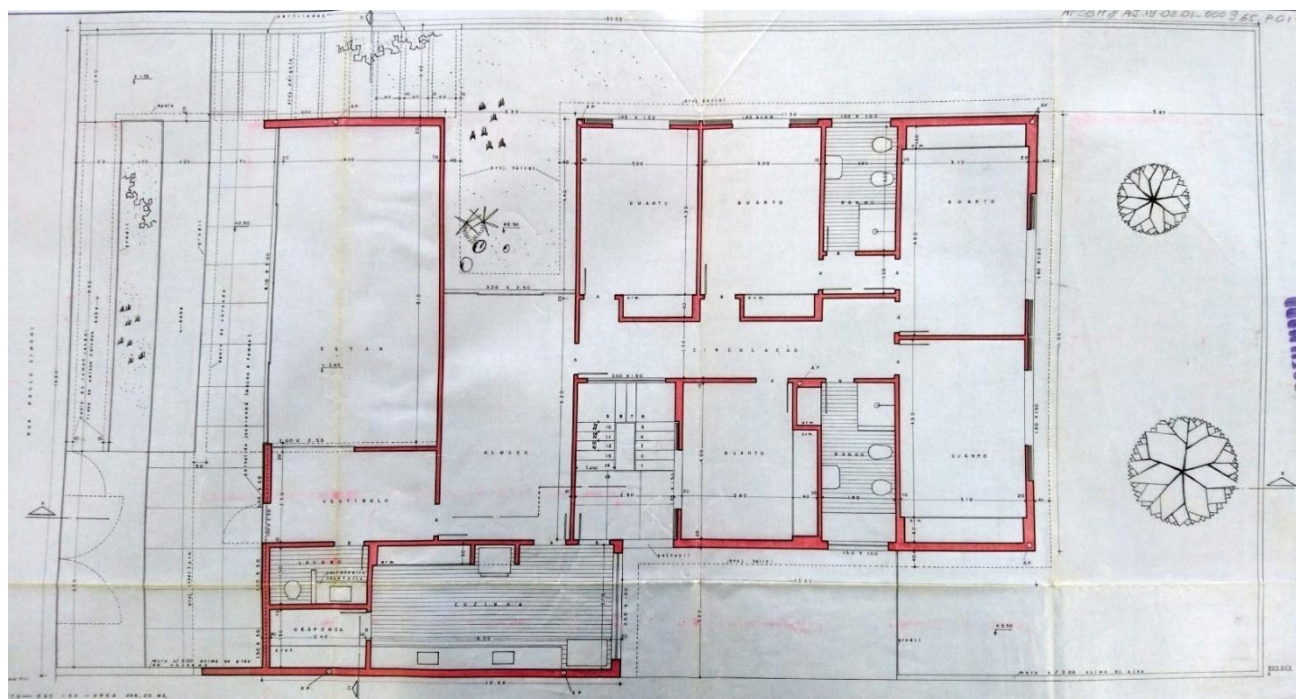


Figura 30: Planta baixa da edificação. Detalhe da prancha 1 de 3. Fonte: APCBH.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

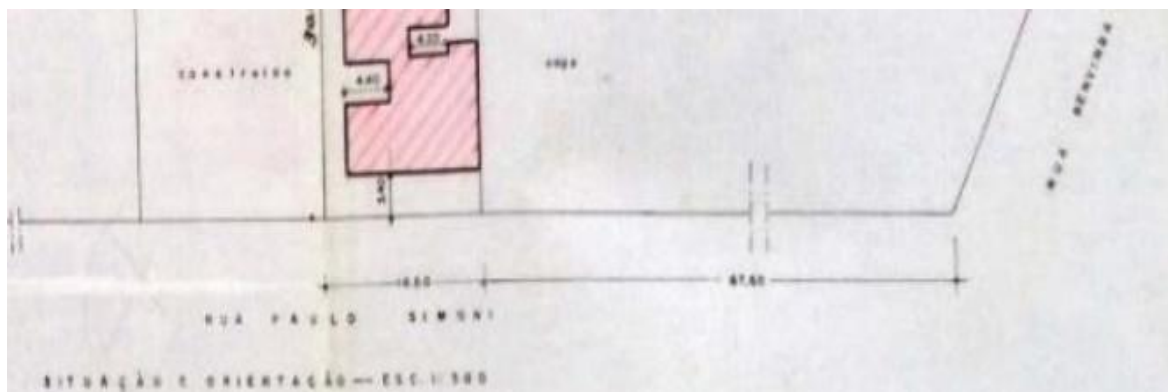


Figura 31: Planta de situação do projeto de 1964. Detalhe prancha 2 de 3. Fonte: APCBH.

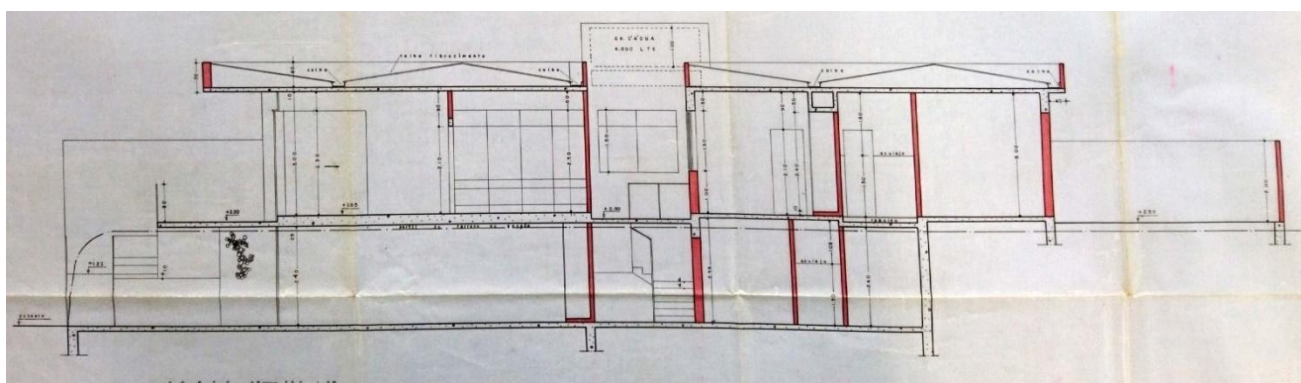


Figura 32: Corte AB da edificação. Detalhe prancha 2 de 3. Fonte: APCBH.

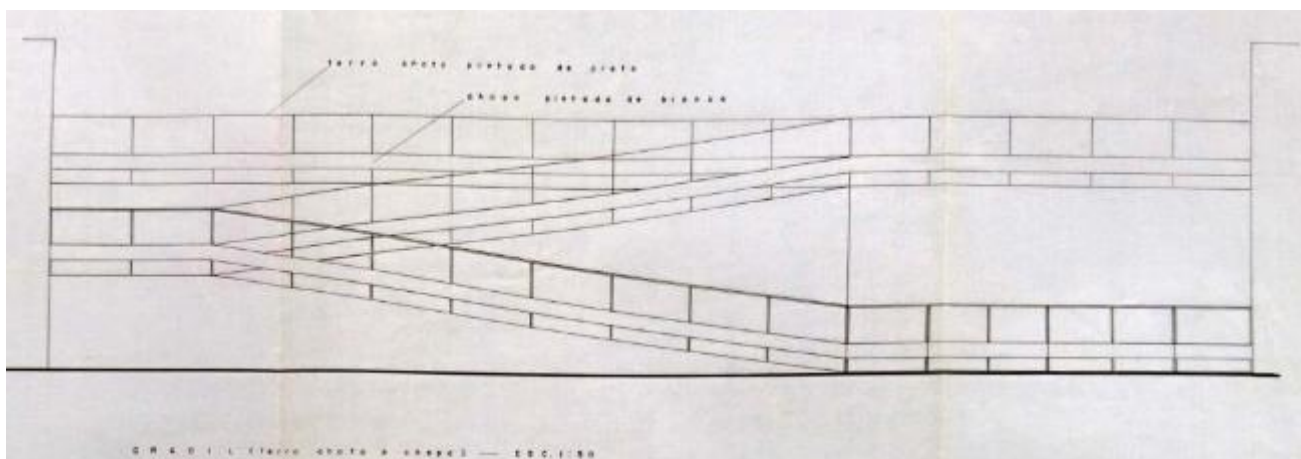


Figura 33: Detalhe do fechamento do lote com gradil. Detalhe prancha 2 de 3. Fonte: APCBH.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

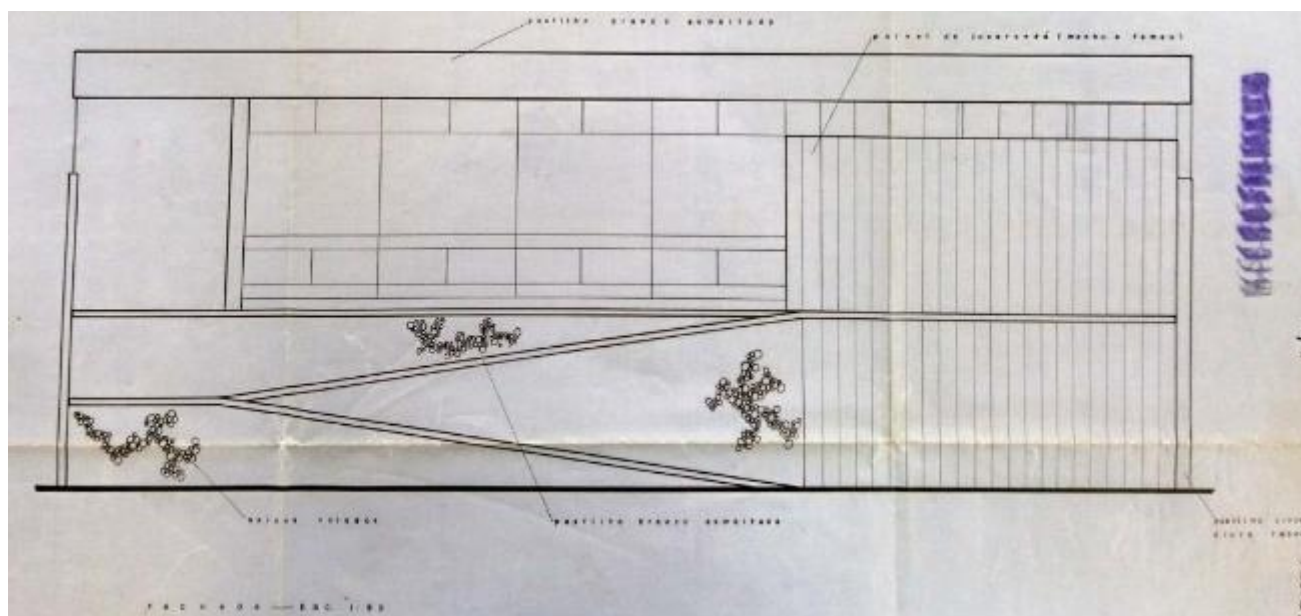


Figura 34: Fachada da edificação segundo projeto aprovado em 1936. Detalhe prancha 2 de 3. Fonte: APCBH.

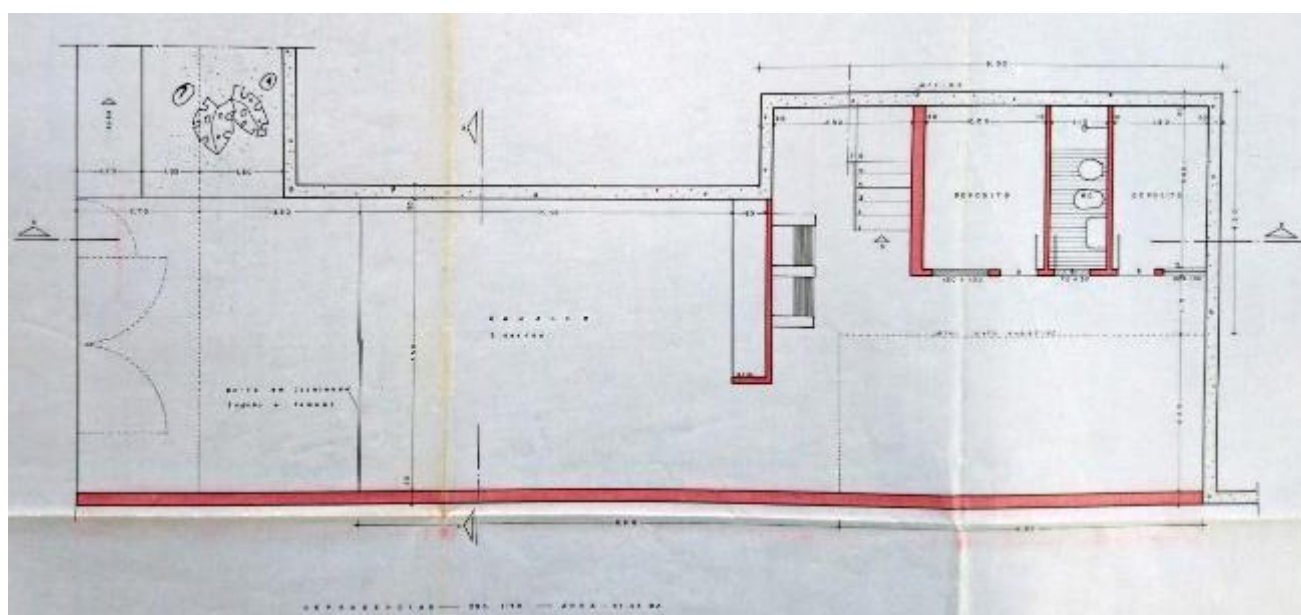


Figura 35: Planta baixa da garagem e da dependência. Detalhe prancha 3 de 3. Fonte: APCBH.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

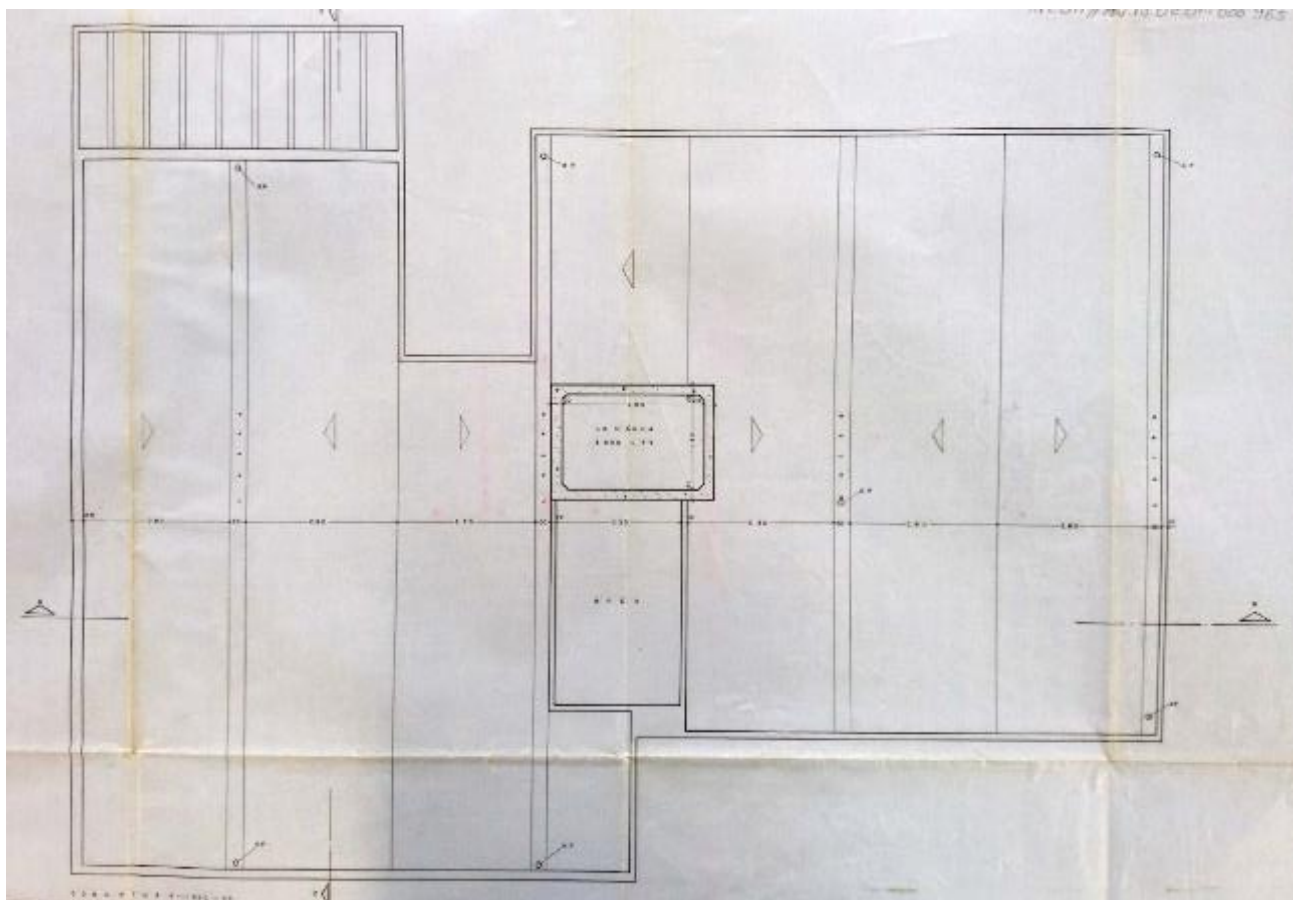


Figura 36: Planta de cobertura. Detalhe prancha 3 de 3. Fonte: APCBH.

Conforme a matrícula 91.482 do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, em 2 de agosto de 2010, o imóvel foi registrado como propriedade do senhor José Francisco Neto e da senhora Maria de Lourdes Cunha Nacif, sua esposa. Não se sabe quando adquiriram o imóvel ou se chegaram a residir na edificação, uma vez que o registro seguinte trata do falecimento do senhor José Francisco Neto em 14 de dezembro de 1981. Segundo o formol de partilha lavrado em 1983, a viúva senhora Maria de Lourdes Cunha Nacif e aos filhos senhoras Maria Ângela Cunha Nacif Osório e Maria Virgínia Cunha Nacif, e senhores Antônio Márcio Cunha Nacif Andrade, Luiz Carlos Cunha Nacif. Em 29 de dezembro de 2008, os demais herdeiros doaram a senhora Maria de Lourdes Cunha Nacif a fração de cinquenta por cento que possuíam do imóvel, passando a viúva a ser proprietária única do imóvel.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



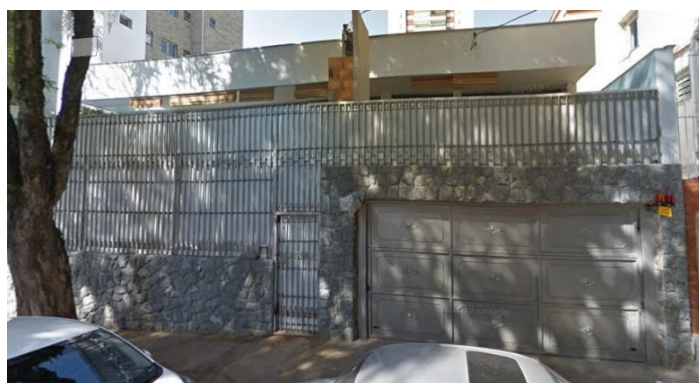
Figura 37: Vista do bem cultural em 2009, antes de ser vendida para o senhor Orazio Conte. Ao que tudo indica ainda servia de residência. Fonte: Google *Streetview*.

Em 29 de novembro de 2011 o imóvel foi adquirido pelo senhor Orazio Conte e sua esposa senhora Dinorh Rosália Turchetti Conte, que permanecem sendo os proprietários do bem cultural até o momento de feitura do presente dossiê. Ao que tudo indica, o bem cultural foi adquirido com propósito de ser alugado para fins comerciais.

A partir de 2011 foi possível verificar que ocorreram intervenções na edificação que não contaram com a anuência prévia da Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público. As principais alterações ocorreram no gradil, rampa externa, cobertura da área da garagem e retirada de lambri da fachada.



(a)



(b)

Figura 38 a-b: Evolução das intervenções que ocorreram no bem cultural sem aprovação em 2011 e 2014. Fonte: Google *Streetview*.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

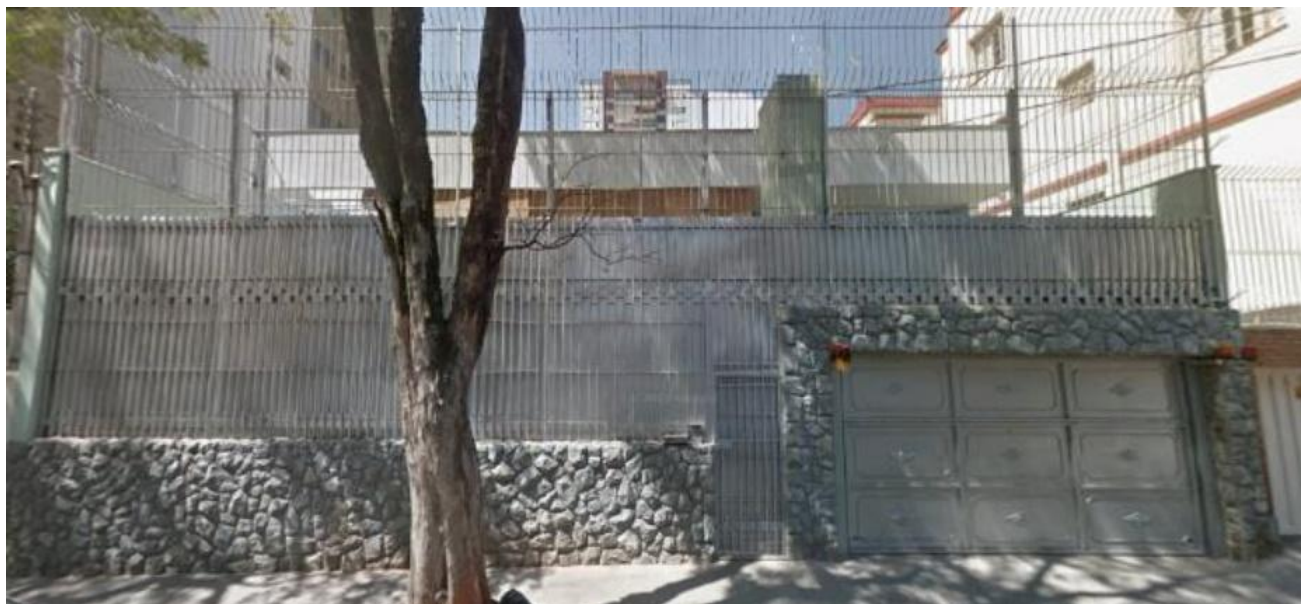


Figura 39: Bem cultural em 2015 com novas intervenções irregulares, com a ampliação da altura do gradil frontal. Fonte: Google *Streetview*.

Em junho de 2022 o imóvel abriga o Brechó Tudo Novo De Novo (TNDN), trata-se de estabelecimento comercial que revende roupas usadas infantis. Ao que parece estão estabelecidos neste endereço desde 2017, conforme foi possível verificar pelo Google *Streetview*.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 40: O bem cultural encontra-se com essas características desde 2017, alugada para o Brecho Tudo Novo de novo (Brechó TNDN). Fonte: DPCA, 2022.



## 4. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DO BEM CULTURAL

### 4.1. O entorno

A edificação em questão situa-se na rua Paulo Simoni que possui um único quarteirão. Localiza-se nos limites do bairro Santo Antônio, próximo a avenida do Contorno e a região da Savassi. Observa-se que a rua passou por intensas modificações especialmente nos últimos anos, quando se proliferaram edificações verticais residenciais e comerciais com afastamento frontal reduzido causando a sensação de afunilamento da via já com dimensão mais estreita.

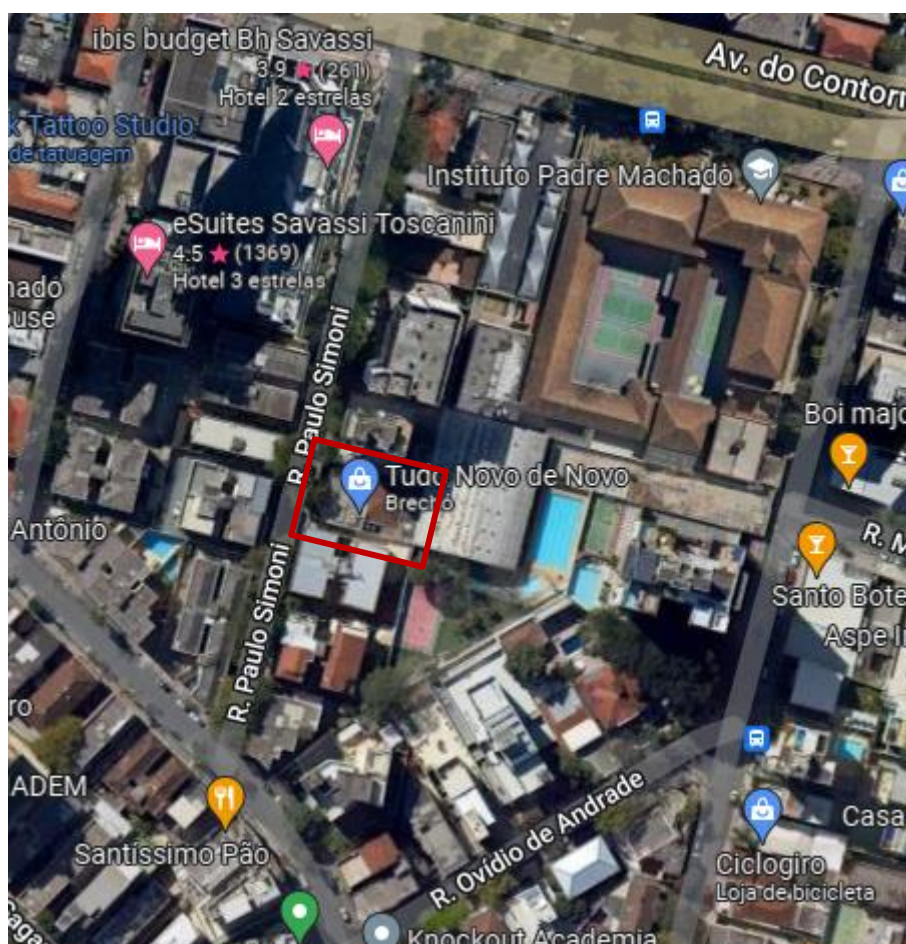


Figura 41: Vista aérea da edificação, assinalada com contorno vermelho. Fonte: Google Earth, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

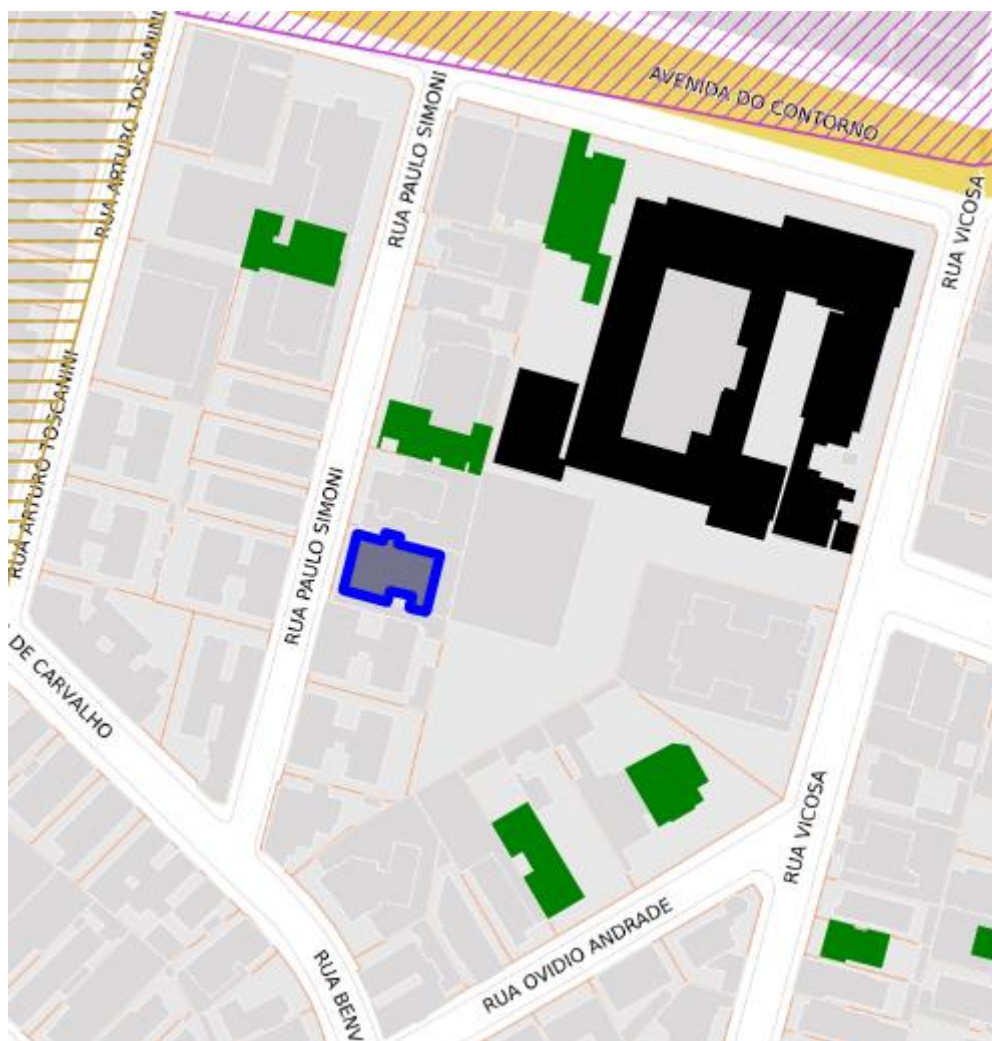


Figura 42: No mapa acima, o polígono amarelo indica o bem cultural com processo de tombamento aberto. Os imóveis marcados em verde têm o grau de proteção Registro Histórico Documental aprovado. O imóvel assinalado em preto é o Instituto Padre Machado, tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM-BH. Por estar fora de Conjunto Urbano protegido a quadra possui altimetria definida pela legislação urbanística. Fonte: Mapeamento DPCA, 2022.

Na face do quarteirão 019A voltada para a avenida do Contorno localiza-se o bem cultural tombado Instituto Padre Machado. Idealizado pelo Professor Antônio de Lara Resende, foi fundado, inicialmente, em São João Del Rei, em 25 de janeiro de 1921 e transferido para Belo Horizonte em 1939. No início da década de 1940, para sediar adequadamente as instalações do novo Colégio que tencionava construir, Lara Resende e colegas acionistas encontraram e escolheram, um terreno numa região onde desenvolviam os nascentes bairros Santo Antônio e São Pedro. O projeto arquitetônico do novo prédio ficou a cargo do arquiteto Luiz Gioseffi Jannuzzi. O projeto de 1940 foi repensado em 1942 adequando à realidade técnica e financeira para a construção do Colégio. O Instituto Padre

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Machado foi construído com arquitetura filiada ao ecletismo tardio, caracterizado por influências diversas, predominando expressões neoclássicas, observando-se ainda elementos do repertório neocolonial e protomoderno na composição das fachadas.



43: Instituto Padre Machado. Fonte: DPCA, 2013.

Para além desse bem cultural, a edificação a rua Paulo Simoni, 123, encontra-se isolada, não possuindo em suas imediações outras edificações de interesse cultural. Vale destacar que a horizontalidade era uma característica do gabarito arquitetônico neste trecho do bairro, particularmente devido à ocupação primordialmente residencial. Esta tendência já foi modificada, principalmente pela construção de edificações mais verticalizadas tanto nas imediações do bem cultural em análise quanto daquele já tombado.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

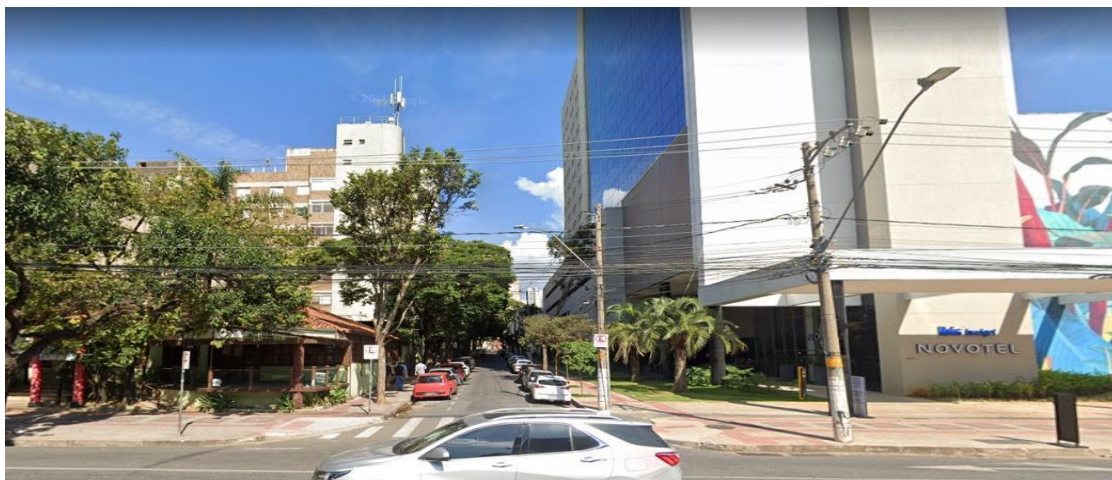
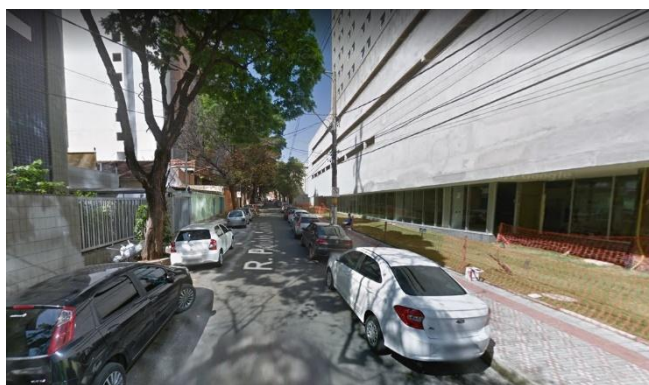


Figura 44: Vista da rua Paulo Simoni esquina com avenida do Contorno. Fonte: Google Streetview, 2018.

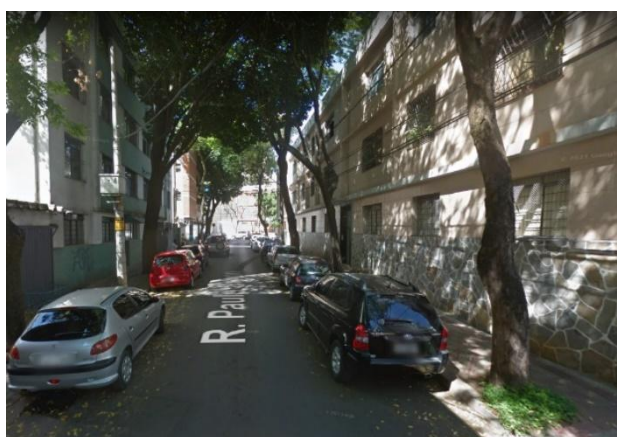


(a)



(b)

Figura 45 a-b: Vista da rua Paulo Simoni, na qual se observam edificações multifamiliares. Fonte: Google Streetview, 2018.



(a)



(b)

Figura 46 a-b: Vista da rua Paulo Simoni, na qual se observam edificações multifamiliares. Fonte: Google Streetview, 2018.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

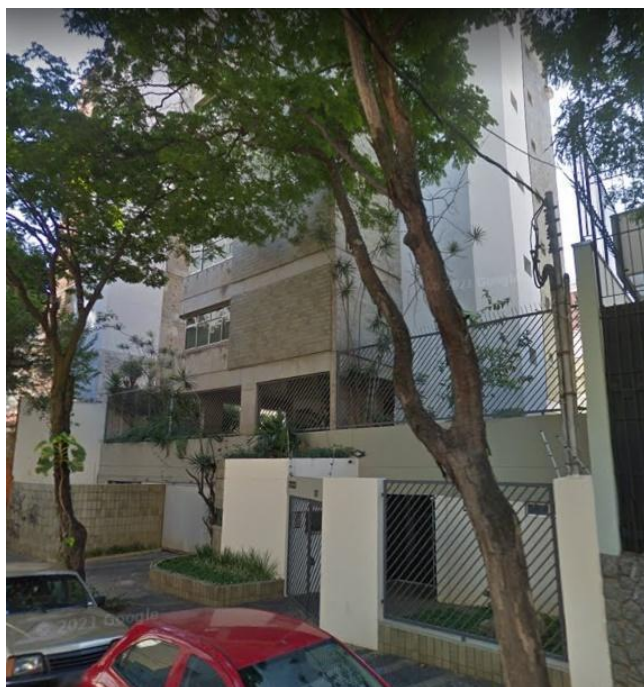


(a)



(b)

Figura 47: a-b: Vista da rua Paulo Simoni, nas imediações da edificação em estudo, na qual observa-se edificações multifamiliares de baixa altimetria. Fonte: Google Streetview, 2018.



(a)



(b)

Figura 48: a-b: Imóveis sem interesse lindeiros ao bem cultural em estudo, à esquerda, rua Paulo Simoni, nº105, e à direita, rua Paulo Simoni, 143. Fonte: Google Streetview, 2018.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 49: Vista do único outro imóvel residencial unifamiliar existente a rua Paulo Orsini, 55, sem interesse de preservação. Fonte: Google Streetview, 2018.



#### **4.2. A caracterização arquitetônica atual**

O lote 019A do quarteirão 004A, onde se implanta a casa da rua Paulo Simoni, 123, tem formato retangular. O projeto aprovado em 1964 para a sra. Maria da Conceição Freitas pelo arquiteto Henri Friendlaender. O projeto para a casa residencial unifamiliar foi concebido em contexto da arquitetura moderna. Ver selo no microfilme e ficha de obra anexo.

A casa projetada possui subsolo com uso de garagem e área de serviço e pavimento térreo acima do nível da rua com acesso por rampa no recuo frontal e escada na parte posterior.

Na divisão interna original estão a varanda frontal com sequência posterior de sala de estar, vestíbulo, lavabo e despensa. Como prolongamento da varanda frontal existem pérgolas junto ao afastamento lateral direito até o volume correspondente à sala de estar. Originalmente a sala de almoço, posterior à sala de estar e vestíbulo teria uma reentrância configurando um possível jardim de inverno que hoje está coberto junto ao alinhamento da fachada lateral direita.

A cozinha conjugada com sala de almoço, despensa e escada de acesso à garagem e áreas de serviço estão na lateral esquerda da solução em planta.

Ao longo da parte posterior da casa estão cinco quartos e dois banhos com generosa circulação e amplos armários. Hoje estes ambientes de quartos estão conjugados e se comunicam internamente sem paredes divisórias.

A configuração horizontal e retilínea da fachada se alonga por toda a extensão da frente do lote com os elementos do beiral e da pérgola na porção lateral direita. A extensão das janelas e portas de correr em metal e vidro fazem composição de vazios se contrapondo com a parte em alvenaria.

Os principais revestimentos de época existentes são mármore e piso em taco de madeira para pisos e esquadrias em metal e vidro para salas e quartos.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 50: Vista da fachada frontal do bem cultural com engenho de publicidade no gradil acima do acesso garagem e vista parcial do beiral da fachada frontal atrás da parte vazada do gradil elevado. Fonte: DPCA, 2022.

As características da casa modernista englobam o uso do concreto armado, do vidro, do aço e o partido por linhas longitudinais e retas nas fachadas. Tais elementos são reconhecidos principalmente na fachada frontal da edificação. O sistema construtivo de cobertura é de telhado embutido com uso de platibanda, elemento este que reforça o partido arquitetônico modernista adotado na concepção original da edificação.



Figura 51: Vista de trecho da fachada lateral esquerda cega na divisa dos imóveis. Vista para a platibanda e o telhado embutido no reforço estético da tipologia modernista da edificação. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Destaca-se na fachada frontal a inserção do pergolado em concreto, possivelmente armado, localizado no afastamento lateral direito da edificação. Este elemento tem como partido a horizontalidade, a simplicidade e a permeabilidade visual e lumínica, uma vez que, permite a iluminação zenital na fachada lateral direita. Entretanto, destaca-se que o pátio interno identificado na planta original da edificação foi modificado e substituído pelo fechamento da porta corrediça em ferro da Figura 52-b.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



(a)



(b)

Figura 52 a-b; Vistas da fachada lateral direita com sequência do beiral e pérgolas ao longo da alvenaria da sala de estar a partir da rampa e do portão. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Na planta original da edificação o afastamento posterior era generoso com área permeável, atualmente há uma edificação anexo, sendo o afastamento um corredor o afastamento entre esses dois volumes.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 53: Vista de parte da fachada posterior. À direita, janela do quarto posterior e à esquerda o anexo construído junto a divisa de fundos. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Na fachada frontal há valorização dos espaços livres, funcionalidade, com o abandono dos adornos e objetos decorativos exagerados, uso de aço vidro e concreto nos fechamentos.



Figura 54: Vista da varanda com piso de mármore e fachada frontal. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 55: Vista da varanda frontal da edificação que passou por intervenções que retiraram os painéis de jacarandá (macho e fêmea) que fechava a porta de entrada, à direita, e pintaram de preto as pastilhas esmaltadas brancas do beiral existentes no projeto aprovado. Houve também alteração na rampa de acesso, provavelmente para promover a acessibilidade da edificação. Fonte DPCA, 2022.

No acesso da fachada frontal tem-se a rampa com guarda-corpo em gradil metálico como estratégia de reforço das linhas do partido arquitetônico modernista. Foram inseridos brises verticais móveis na fachada.



Figura 56: Vista da rampa e da fachada da edificação. Fonte DPCA, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



No que tange a concepção dos espaços internos atuais, nota-se a fragmentação dos cômodos, concepção que não se relaciona com a original. O acesso a dependência apresenta reforma para adaptação ao uso.



Figura 57: Vista interna da garagem. Fonte: DPCA, 2022.



Figura 58: Vista da escada de acesso para o pavimento superior e da antiga dependência. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

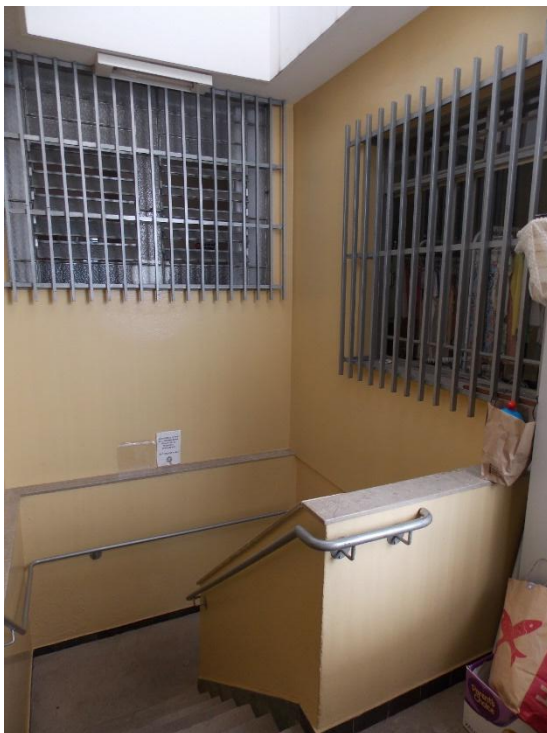


(a)



(b)

Figura 59 a-b: Vista da escada de acesso para a cozinha no segundo nível da edificação. Fonte DPCA, 2022.



(a)



(b)

Figura 60 a-b: Vista da escada a partir da porta da cozinha e a vista da claraboia do vão da escada. Fonte DPCA, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

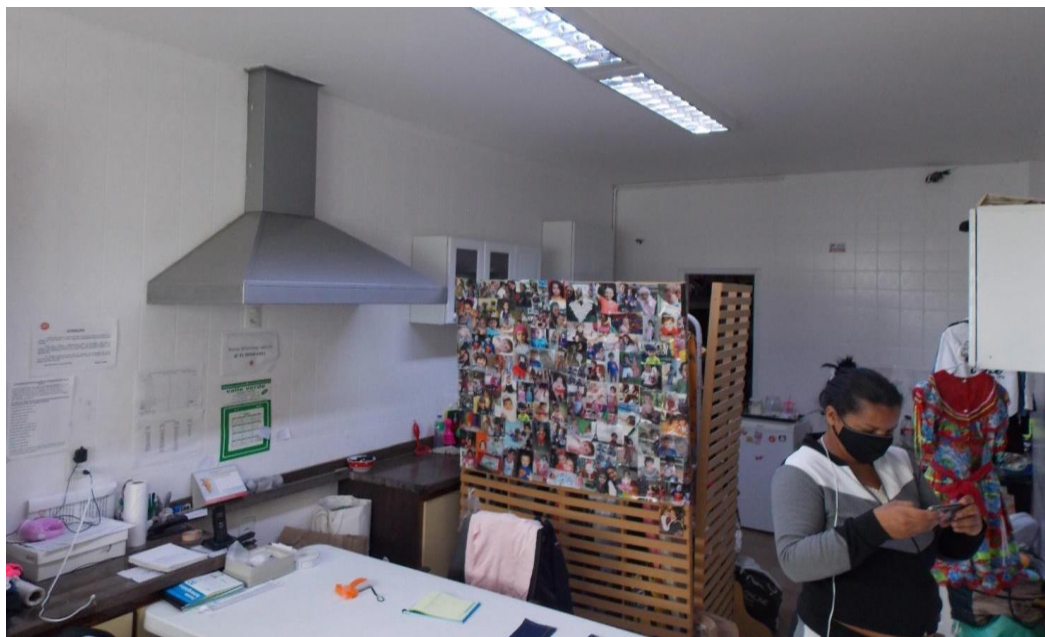


Figura 61: Vista da cozinha reformada do imóvel que foi adaptada para funcionar como local de trabalho. Ao fundo, vê-se porta que leva para uma despensa. Fonte DPCA, 2022.

As intervenções internas realizadas na edificação impactaram o partido da iluminação zenital, como a distribuição dos vãos livres e a funcionalidade dos cômodos.



Figura 62: Vista do antigo almoço. No projeto aprovado havia uma parede que separava o almoço da sala de estar e do vestibulo da edificação. Observa-se que o cômodo foi ampliado em relação ao projeto aprovado, passando a porta para a área externa a se alinhar a parede externa da sala de jantar. Anteriormente, almoço compreendia a área que possui piso em mármore, a parte em que se vê o porcelanato era uma espécie de pátio. Fonte DPCA, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

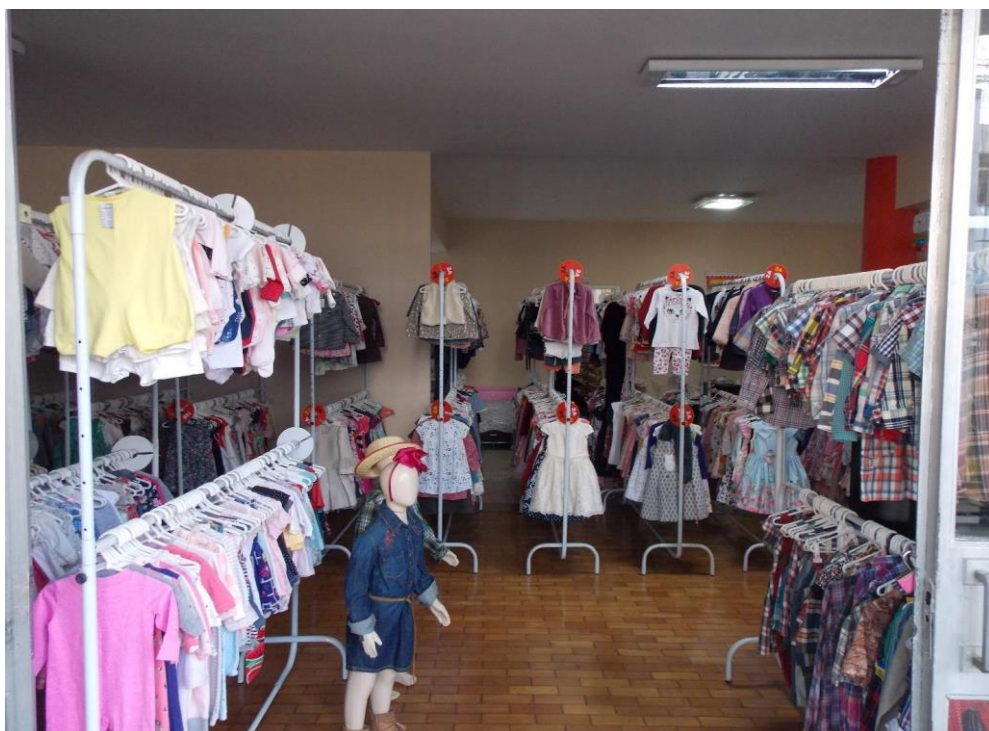


Figura 63: Vista da antiga sala, a partir da porta de vidro do alpendre. No projeto aprovado havia uma parede que separava a sala de estar do almoço e do vestíbulo da edificação. Observa-se piso em taco. Fonte DPCA, 2022.

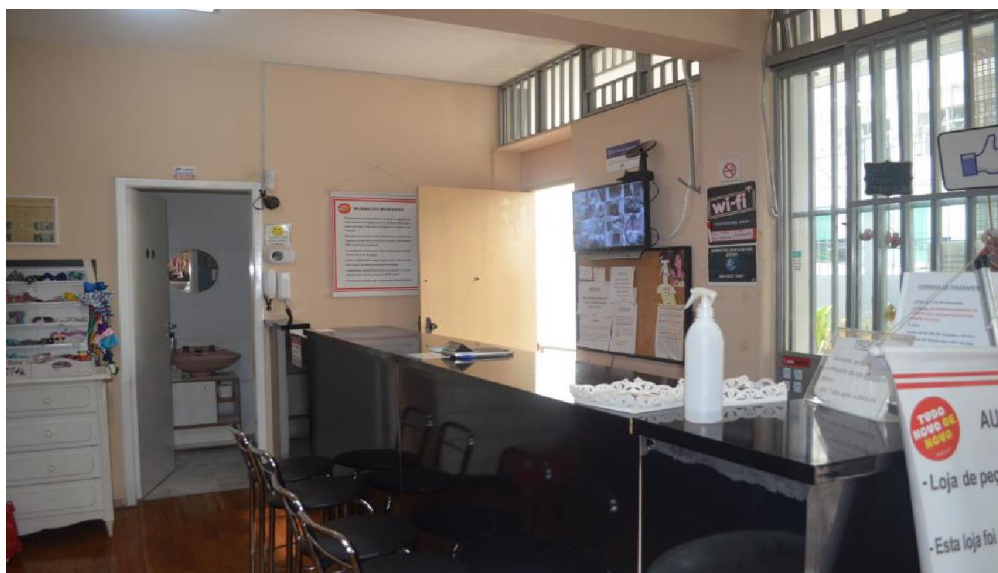


Figura 64: Vista do antigo vestíbulo para porta em madeira de acesso pela varanda, já sem a parede de divisão para a sala de estar e o almoço. Ao fundo vê-se porta de acesso a lavabo. O lavabo possui piso de mármore semelhante ao do almoço. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

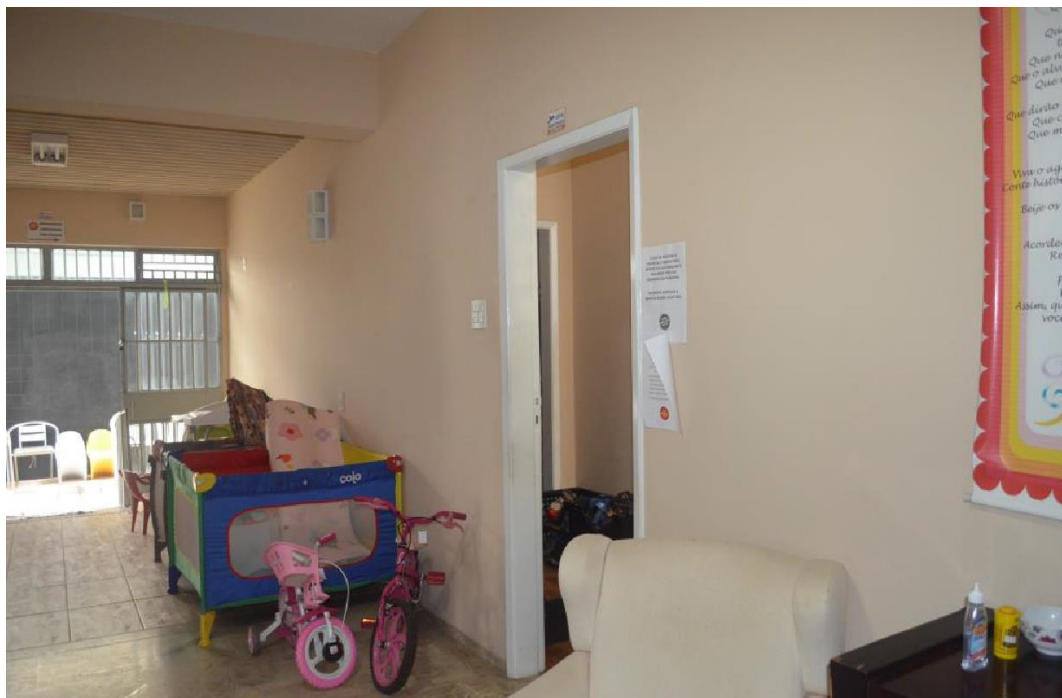


Figura 65: Vista do almoço para a porta de acesso à circulação íntima, identifica-se alteração e substituição do piso original. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Como pode-se observar nas figuras a seguir, o piso em taco foi preservado em algumas áreas internas como os quartos, corredores e na sala de jantar. Todos os outros cômodos tiveram seu sistema de revestimento de piso alterado e substituído para adaptação de uso.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

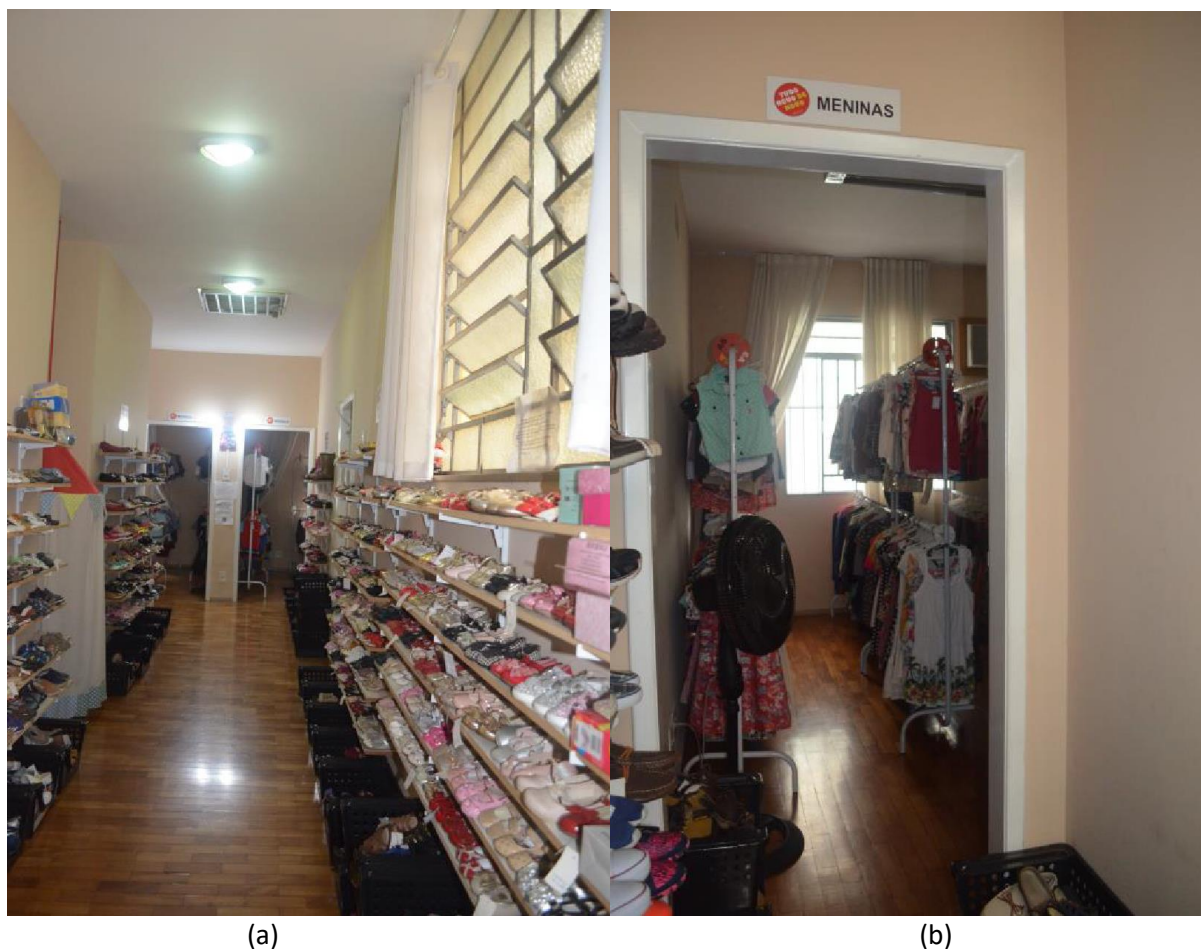


Figura 66 a-b: Vista da circulação que leva para a área íntima da edificação composta por cinco quartos e dois banheiros. Vista do acesso ao primeiro quarto com janela da fachada lateral direita. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

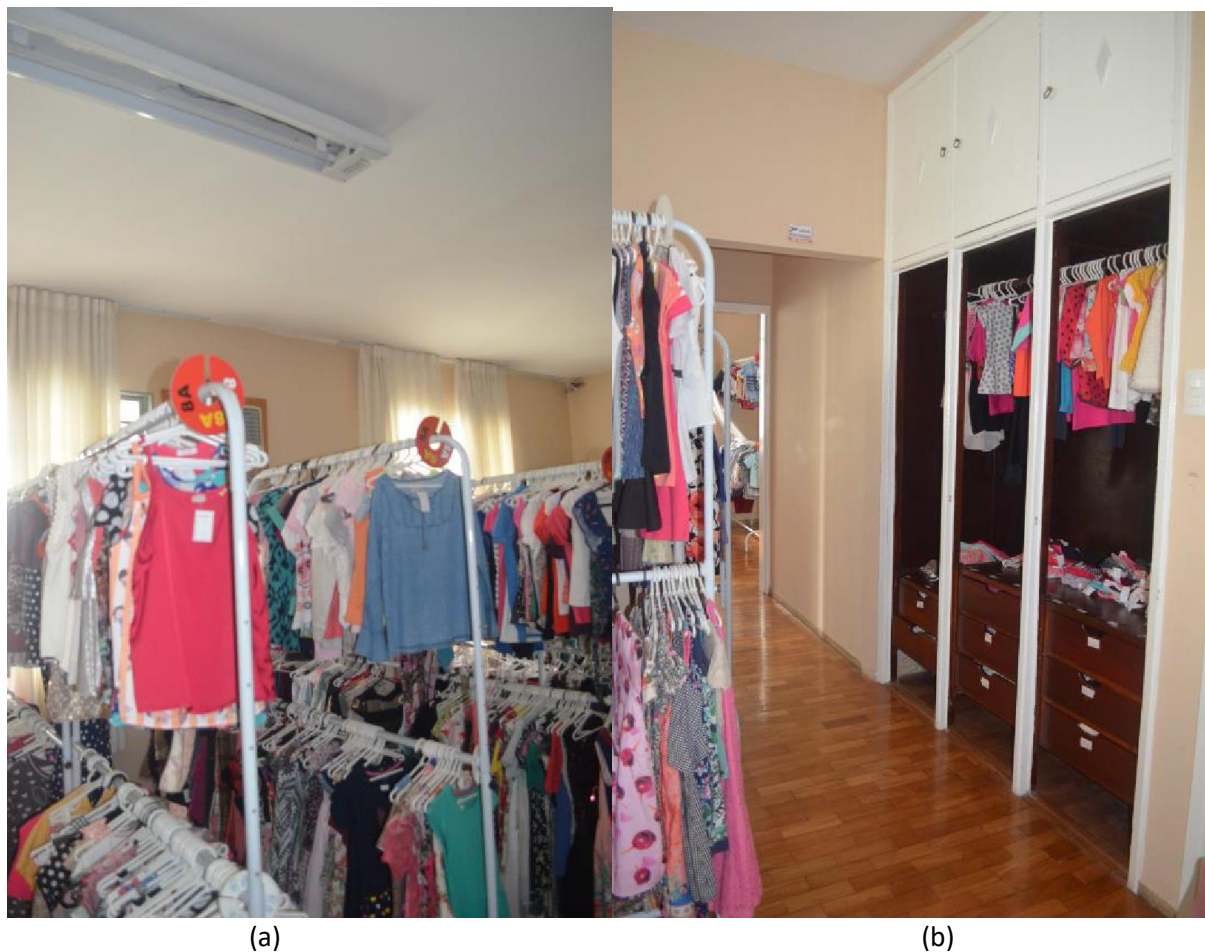


Figura 67 a-b: Vista do quarto voltado para a fachada lateral direita e passagem para o quarto dos fundos e banheiro. Observa-se que dois quartos foram transformados em uma grande sala, mantendo-se os armários embutidos. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 68: Vista da circulação para o recorte de porta em acesso ao quarto entre os volumes dos armários internos. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

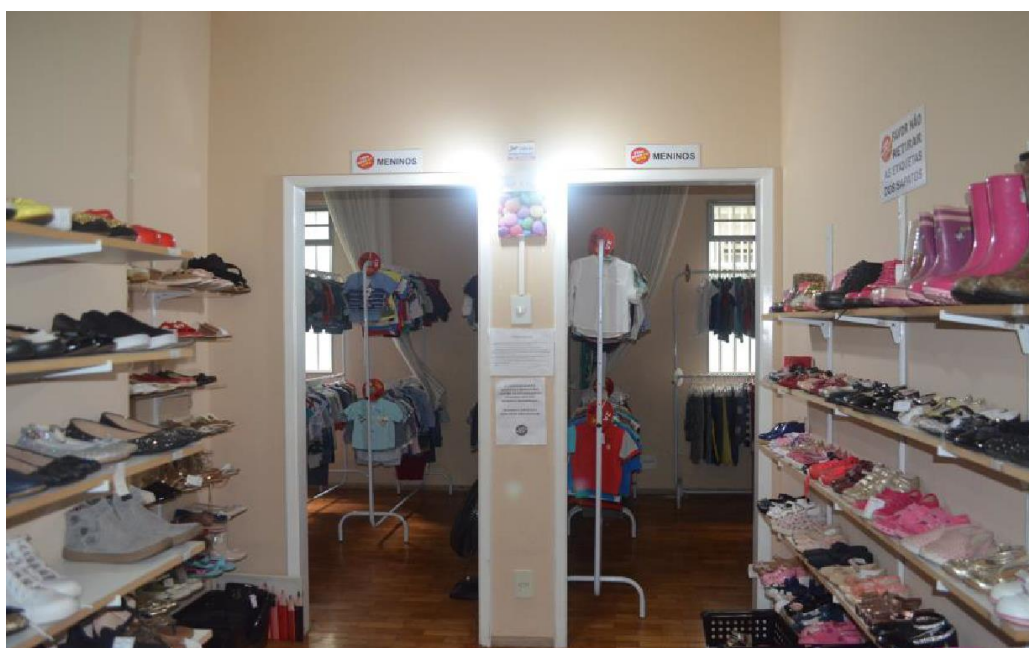


Figura 69: Vista dos quartos posteriores no fundo da circulação. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 70: Vista dos quartos posteriores. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Figura 71 a-b: Vista dos dois banheiros, um voltado para a fachada lateral direita e outro voltado para a fachada lateral esquerda. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.



Figura 72: Vista interna do anexo posterior com piso em granito polido. Fonte: Eliana Ronki, material apresentado para celeridade, 2022.



## 5. JUSTIFICATIVA PARA PROTEÇÃO PROPOSTA

A política de proteção ao patrimônio cultural em Belo Horizonte pauta-se na identificação da significância cultural de um bem, isto é, no reconhecimento dos valores coletivos que nele se materializam. Os valores expressamente descritos e reconhecidos em um processo de tombamento são condição para a elaboração ou revisão da norma de preservação. Uma vez identificados, devem ser traduzidos em atributos e características perceptíveis e identificáveis dos quais resultem em um quadro de referência objetivo que permita, em qualquer momento, avaliar a "situação de preservação" do bem protegido, os riscos às garantias da sua preservação e as condições de sustentação da sua preservação.

Para Riegl (2014), atribuímos valores históricos a um bem quando este possui pertinência e relevância documental, tendo permanecido como vestígio de um contexto específico, do qual tem a capacidade de atuar como testemunha. O valor científico, por sua vez, complementa o valor histórico, pois representa um aporte significativo para compreensão dos hábitos, valores, modos de ser e viver que caracterizaram um determinado momento histórico de ocupação da cidade. Já a Carta de Burra orienta que os valores estéticos se referem às experiências sensoriais e de percepção do espaço, a conceitos estéticos formais, que são culturalmente influenciados pelos costumes locais, bem como a características que sejam simbólicas, que evoquem estilos ou que sejam representativas de determinados imaginários (ICOMOS, 2013). Existem ainda muitos outros valores que podem embasar e nortear as ações protetivas, como o valor afetivo, referencial, simbólico etc;

É na condição espacial, e principalmente na cidade, que as principais atividades humanas são realizadas, portanto para compreender o homem é necessário interpretar a história ocorrida na cidade. Conclui-se que espaço e tempo são dimensões complementares, pois a formação histórica referencia as pessoas nestas dimensões, dando-lhes consciência clara do espaço/momento em que vivem sendo possível então, através da história conhecer a nossa identidade, distinguindo-a da universalidade ou da massificação.

A arquitetura presente na cidade, que, ao constituir parte do seu patrimônio cultural, se transforma em espaço de representação simbólica e referencial urbano facilita a compreensão do processo de

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



formação da cidade. A arquitetura dá a escala do tempo e nos ajuda a entender as condições de vida sociais e econômicas das gerações anteriores, portanto a cidade e sua arquitetura contam parte da história da trajetória do homem no tempo e no espaço por ele percorridos.

Documentos de referência global elaborados em encontros sobre a proteção ao Patrimônio Mundial promovidos pela UNESCO dentre eles a Carta de Veneza, de 1964; a Declaração de Amsterdã, de 1975; a Recomendação de Nairobi, de 1976; a Declaração do Conselho da Europa, de 1978; a Carta de Toledo, de 1987; a Conferência de Helsinki, em 1996, estabelecem um conceito de patrimônio mais amplo, que engloba os objetos mais diversos, progressivamente aplicados a diversos tipos de bens materiais e imateriais. Também consideram o reconhecimento do valor do objeto do cotidiano e não somente daqueles ligados a fatos memoráveis da história de um país, afinal a história também se constitui de fatos do cotidiano e não apenas de grandes acontecimentos.

Preservar a edificação em questão significa resguardar a forma de vivência demonstrada através das características arquitetônicas desta edificação e dos outros bens culturais que configuraram seu entorno e que o tornam representativos dessas formas de viver num determinado período da história da cidade. Portanto, a preservação tem como premissa a manutenção da memória urbano-social, em sua dimensão material e simbólica e o cumprimento de uma demanda social, uma vez que deve ser entendida e assumida como mais um elemento dentro da dinâmica da cidade. A preservação tem o intuito de promover a qualidade de vida dos cidadãos e o patrimônio cultural da cidade. A melhoria da qualidade de vida

(...), tão ameaçada nos dias de hoje, depende em parte desse conhecimento e da valorização da cultura que nos cerca. Tão importante quanto preservar a natureza é também manter a feição dos lugares, ruas e outros ambientes que conformam a localidade em que vivemos e são incorporados e apreciados no nosso cotidiano.<sup>103</sup>

No contexto de atuação da Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público, focada preferencialmente na proteção de Conjuntos Urbanos. Ocasionalmente são inventariados imóveis que se encontram isolados, mas cuja preservação promove a valorização dos elementos simbólicos que remetem à história da ocupação dos bairros nos quais estão localizados. O objetivo fundamental

---

<sup>103</sup> MARIANI, Alayde Wanderley. In: Memória e educação. RJ: IBPC, 1992.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



da preservação desses bens culturais é a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, ao valorizar seus lugares de memória, suas identidades e suas referências cotidianas.

O imóvel da rua Paulo Simoni, 123 teve processo de tombamento aberto com base no entendimento de que a edificação poderia possuir valor histórico e científico, posto que o imóvel documenta um momento histórico específico e sua preservação contribuiria para pesquisas nos campos da História, Arquitetura, dentre outras ciências sociais. O valor estético também foi identificado, ao se verificar que o autor do projeto era Henri (ou Henrijs) Friedlaender, proeminente arquiteto da cidade.

Durante os estudos para elaboração do presente dossiê, evidenciou-se que o imóvel passou por processo de modificação severo, em que pese, a manutenção do seu agenciamento original. Destaca-se que somente durante a elaboração do dossiê para conclusão deste processo, foi possível à DPCA acesso mais detalhado às características e condições atuais da edificação e de seu entorno. Dessa forma, foi possível aferir, excepcionalmente, que o bem cultural, como se encontra, agregaria pouco significado ao Patrimônio Cultural a ser preservado no local, ou em outras palavras, em sua ambiência, mesmo que exista algum valor estético por seu um projeto de Henri (ou Henrijs) Friedlaender.

Considerando o estudo realizado pela equipe técnica da DPCA na elaboração do dossiê do bem tem-se as conclusões alcançadas: a análise da paisagem urbana da rua Paulo Simoni evidencia sua modificação, especialmente pelo surgimento de edificações multifamiliares; a edificação em análise apresenta agenciamento espacial e implantação semelhante ao projeto aprovado, mas sofreu inúmeras intervenções descaracterizantes. Mesmo ainda mantendo uma leitura dessa proposta, algumas modificações importantes como o fechamento do gradil frontal, retirada do painel em jacarandá, alteração da dimensão do antigo almoço e a construção do anexo, que encostou a edificação no fechamento posterior e suprimiram a área permeável da edificação, foram intervenções que impactaram de forma negativa na leitura do bem.

Cabe destacar que, como Registro Histórico Documental, o valor científico e documental da edificação mantém-se preservado, posto que o documento ficará disponível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para quaisquer pesquisadores.

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



Assim, sejam pelas características próprias do referido bem e seu contexto de isolamento, seja considerando ainda o papel social e político do Patrimônio Cultural na promoção do desenvolvimento urbano e econômico de modo sustentável, defende-se, nesse caso singularmente, que o grau de Registro Histórico Documental, possam bastar como instrumentos de proteção do CDPCM-BH para garantir a memória da comunidade e na preservação da referência do bem como Patrimônio da coletividade, neste caso em caráter excepcional.

Diante do exposto, a Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público encaminha para análise e decisão do CDPCM-BH sobre a pertinência ou não do terceiro grau de proteção - tombamento - para o bem cultural situado à rua Paulo Simoni, 123.



## 6. DIRETRIZES DE PROTEÇÃO

A restauração é um conjunto de medidas necessárias à conservação e à recuperação dos valores arquitetônicos e artísticos de um determinado imóvel. Essa abordagem é diferenciada do projeto convencional, que tem como dados o elenco de necessidades, o terreno, a orientação, etc. No caso de uma restauração, o objeto é portador de valores outros que têm que ser considerados, e assim é a qualidade do próprio objeto é que vai definir a metodologia.

O objetivo do projeto de restauração é propor soluções que se harmonizem à configuração físico-espacial do edifício e que não alterem a sua concepção arquitetônica original. O projeto pressupõe a atitude crítica do restaurador frente às diversas soluções de cada caso, além de amplo conhecimento técnico especializado.

Caso o CDPCM-BH delibere pelo tombamento, as intervenções a serem implementadas neste imóvel devem contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Fica proibida a construção ou inserção de elementos que impeçam ou reduzam a visibilidade do bem, conforme previsto no art. 17 da Lei Municipal n.º 3.802 de 06 de julho de 1984.
2. Os engenhos de publicidade a serem instalados no imóvel deverão estar em conformidade com as diretrizes definidas pelo CDPCM/BH conforme deliberação vigente;
3. Para execução, reforma e manutenção de passeios, deverá ser observado o projeto de padronização das calçadas estabelecido pelo CDPCM/BH e lei vigente para o Conjunto Urbano;
4. O fechamento existente deve ser alterado, com a retirada das placas metálicas que impedem a permeabilidade visual em relação ao bem, além disso, a inserção de elementos do tipo concertina não é recomendada;
5. Deverão ser mantidas a volumetria, as fachadas e as características estilísticas da edificação com preservação inclusive das águas da cobertura e demais elementos originais de composição (agenciamento externo, esquadrias, elementos decorativos, frisos etc);
6. Deverão ser mantidos e preservados os vãos de portas e de janelas originais e os elementos decorativos das fachadas;

## Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



7. Deverão ser mantidas todas as esquadrias existentes, tanto portas quanto janelas originais, assim como suas ferragens, fechaduras e trincos originais;
8. Internamente deverá ser mantida a divisão de espaços conforme planta original, sendo que qualquer intervenção deverá ser submetida à análise e aprovação prévia do CDPCM/BH;
9. Preventiva e periodicamente, deverá ser feita a verificação do estado de conservação da estrutura da cobertura e do sistema de drenagem pluvial, incluindo madeirame, telhas, rufos e calhas assim como reparos na cobertura, a fim de sanar causas de infiltrações que possam colocar em risco a integridade do imóvel, bem como a verificação das instalações elétricas e hidráulicas e implementação de sistema de prevenção contra incêndio;
10. Demais aspectos referentes à restauração e intervenções no bem tombado devem ser elaborados a partir da orientação da equipe técnica do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural, e serem submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município.

No entanto, uma vez que a edificação sofreu intervenções descaracterizantes que impactaram no projeto original, perdendo um pouco de sua leitura e, ao mesmo tempo, ter perdido a justificativa de proteção, caso o CDPCM-BH acate a indicação de não tombamento, a diretriz para novas edificações passaria a seguir as dos demais lotes do quarteirão estabelecida pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.



## 7. REFERÊNCIAS

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva -história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1995.

CARDOSO, Vera Alice . Tempos da faculdade de Filosofia. Caderno Pensar. *Estado de Minas*. 17 de abril de 1999. Pg. 2

CHAUÍ, Marilena de Souza, “Os trabalhos da memória”, in: BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, Edusp, SP, 1987.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, *Planta Geral da Cidade de Minas*, “organizada sobre a ‘Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral do Belo Horizonte’, de 26/11/1894”.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *BH: horizonte históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996

ESTADO DE MINAS GERAES, *Revista Geral dos Trabalhos* - Comissão Construtora da Nova Capital, H. Lombards & Cia, RJ, abril de 1895, *op. cit.*

GIOVANNONNI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Secretaria Municipal de Cultura. Belo Horizonte, 1992.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & Gonçalves, Marcos A., *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

IBGE, “Sinopse preliminar do Censo Demográfico, VII, Recenseamento Geral, 1970, Minas Gerais, in: TORRES, Maria Ângela de Oliveira, *Estudo sócio-econômico do bairro Santo Antônio*, IGC/UFMG, 1972 (mimeo).

LARA RESENDE, Antônio, *Memórias 2: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva*, Record, BH, 1972.

LE VEM, Michel Marie. *Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914)*. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

LIMA, Benvindo, *Canteiro de saudades - pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950)*. Belo Horizonte, 1996. Pág. 79

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte - um espaço para a República*. Belo Horizonte. UFMG. 1989. P. 55.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1992.

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123



*Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1997.

PENNA, Octávio. *Notas cronológicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, Belo Horizonte, 1997.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais. Disponível em <[https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigracao\\_desenvolvimento.pdf](https://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigracao_desenvolvimento.pdf)>. Acessado em jun. 2022.

Prefeito Cornélio Vaz de Mello, *Relatório - 1915*, Imprensa Oficial, 1915.

Prefeitura de Belo Horizonte. *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1996. 2ª edição.

*Relatório Anuais de Atividades da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte de 1912*, vol. 9, item 2.

*Relatório Anual de Atividades da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte de 1902*, vol. 1, item 3.7.

*Revista Arquitetura e Engenharia*. N.º 1 Ano 1. Belo Horizonte, 1946.

*Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital*. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895.

SALGUERO, Eliana Angotti. *O Ecletismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; USP, 1987, p. 111.

SANTIANNA, Márcia, *Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica* - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> em 27 de março de 2004.

SILVA, Luiz Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

TASSINI, R. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1947 (citado também na nota nº. 83, p. 173, pelos coordenadores da nova edição da obra de Abílio Barreto).

TEULIÈRES, Roger. *Bidonvilles du Brésil - Les favelles de Bello-Horizonte*, *Extrait de la revue Les Cahiers d'outre-mer*, Bourdeaux, 1955. O autor refere-se aos aglomerados no interior da zona urbana e especificamente a um situado próximo ao Barro Preto que pode ser o do Leitoão.

WESTIN, Vera Lígia Costa. *Santa Tereza na construção cotidiana da diferença* - um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. Dissertação apresentada ao mestrado de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 1998.

## FONTES DE PESQUISA

Dossiê de Tombamento Rua Paulo Simoni, 123

■

*Diário de Minas*. Domingo, dia 06 de outubro de 1968. Pg. 8.

*Estado de Minas*, 01 de Abril de 1992, p.20

*Estado de Minas*, edição de 11/07/90.

*O Diário*. 1959:4-9.

